

Cadernos

de

Clio

Revista Cadernos de Clio
Publicação PET História UFPR

Corpo Editorial

Marcos Gonçalves (Presidente), Alex de Lima Ferreira, Ana Camille Kroin, Arthur Menozzo da Rosa, Bruno Stori, Cassiana Sare Maciel, Cristina Dietrich Machowski Martins, David Ribeiro e Silva Neto, Felipe Adrian de Assis Vaz, Helena Luciano Lopes da Silva, Helena Putti Sebaje da Cruz, Heloisa Motelewski Trippia, Juliana Aragão Luiz, Letícia Barreto Assad Bruel, Rafaela Zimkovicz, Rhangel dos Santos Ribeiro, Vitória Gabriela da Silva Kohler, Walter Ferreira Gibson Filho

Conselho Consultivo

Amanda Cieslak Kapp (Unibrasil)
Anita Martins Rodrigues de Moraes (Universidade Federal Fluminense)
Anne da Rocha de Moraes (Universidade Federal do Paraná)
Brenda Yasmin Degger (Universidade Federal do Paraná)
Cláudio César Foltran Ulbrich (Universidade Federal do Paraná)
Fabiane Miriam Furquim (Universidade Federal do Paraná)
Fernando Bagiotto Botton (Universidade Estadual do Piauí)
Gabriel Elycio Maia Braga (Universidade Federal do Paraná)
Gabriela Muller Larocca (Universidade Federal do Paraná)
Isabela Brasil Magno (Universidade Federal do Paraná)
Lucas Kosinski (Universidade Federal do Paraná)
Otávio Luiz Vieira Pinto (Universidade Federal do Paraná)
Priscila Vieira (Universidade Federal do Paraná)

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
VENDA PROIBIDA

Cadernos

de

Clio

V. 11, Nº. 1, 2020, PET - História UFPR

Endereço para correspondência
Rua General Carneiro, nº 460, 7º andar, sala 713
Centro – Curitiba – Paraná – Brasil
CEP: 80060-150
e-mail: cadernosdeclio@gmail.com
Cadernos de Clio online <https://revistas.ufpr.br/clio>

Projeto gráfico, capa e lombada:
Rhangel dos Santos Ribeiro

Editoração, editorial:

Alex de Lima Ferreira, Bruno Stori, Felipe Adrian de Assis Vaz, Heloisa Motelewski Trippia, Letícia Barreto Assad Bruel, Rafaela Zimkovicz,
Rhangel dos Santos Ribeiro

Diagramação:

Alex de Lima Ferreira, Bruno Stori, Felipe Adrian de Assis Vaz, Heloisa Motelewski Trippia, Letícia Barreto Assad Bruel, Rafaela Zimkovicz,
Rhangel dos Santos Ribeiro

Referência de Capa e Contracapa:

Tirachard Kumtanom, *Fundo de textura padrão de mármore preto.*
Fundo foto criado por
tirachard - br.freepik.com

Catalogação na publicação
Universidade Federal do Paraná - Biblioteca de Ciências Humanas – UFPR
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9^a/1607

Revista Cadernos de Clio. / PET História UFPR; projeto gráfico, capa e lombada :
Rhangel dos Santos Ribeiro; editoração, editorial e diagramação : Alex de Lima
Ferreira ...et. al. - v.1, (2010). – Curitiba, PR : Programa de Educação Tutorial de
História da Universidade Federal do Paraná, 2020.

v.11, n.1, jan./jun . 2020.
Semestral (a partir do primeiro semestre de 2015)
ISSN : 2237-0765
ISSN : 2447-4886 (on line)
Disponível em : <https://revistas.ufpr.br/clio>

1. História - Periódicos. 2. História – Estudo e ensino. 3. Historiografia – Divulgação
científica. I. Programa de Educação Tutorial de História da Universidade Federal
do Paraná. II. Ribeiro, Rhangel dos Santos. III. Ferreira, Alex de Lima.

CDD – 907

Editorial

Prezadas/os leitoras/es,

a presente edição da revista *Cadernos de Clio* consiste no sexto número lançado após a retomada da publicação do periódico pelo grupo PET História UFPR, processo que teve seu início ainda no ano de 2019, quando a Comissão Editorial abriu novas chamadas para artigos e retomou contatos com pareceristas, sendo concretizado com o lançamento virtual de edições referentes aos anos de 2017 e 2018 a partir do mês de junho de 2020. Hoje, aproximadamente um ano depois da disponibilização pública do primeiro volume dessa fase de retomada, inauguramos um novo ciclo de dinâmicas da revista: após finalizar as publicações de textos voltados às temáticas de História e Literatura e História do Brasil republicano - eixos encabeçadores dos dossiês abertos há dois anos -, adentramos uma etapa de enfoque na editoração de artigos e resenhas de temas livres. O recebimento desses trabalhos foi fruto de uma nova chamada de textos entre os meses de fevereiro e março de 2021. Contando com extensa divulgação virtual - amplificada por compartilhamentos realizados por outros grupos PET e por revistas de graduação de demais instituições de ensino superior -, a chamada propiciou uma diversificação dos vínculos e inserções da *Cadernos de Clio* no âmbito dos periódicos acadêmicos da área de História, chamando atenção, ainda, para um dos efeitos da conjuntura pandêmica à reestruturação dos mecanismos de atuação do PET, que passou a ser preponderantemente na intensificação da presença virtual e no uso das

plataformas como pontes de diálogo e de formação de parcerias interinstitucionais.

Ao contrário do alcance obtido em 2019, de teor majoritariamente local e interno, com alta taxa de submissão de trabalhos por discentes da própria Universidade Federal do Paraná, as respostas obtidas este ano apontam para uma aproximação a graduandas/os de todas as regiões do país. Concomitantemente, a expansão de alcance geográfico da revista representou também uma pluralização de contextos históricos, tipologias de fonte, correntes teóricas e modelos metodológicos empregados nos textos em processo de lançamento. As influências da diversidade de currículos formativos e de núcleos de pesquisa especializados entre as várias IES espalhadas pelo país manifestam-se já na composição desta primeira edição compilada a partir da chamada de fevereiro, contribuindo para seu ecletismo, que engloba desde contribuições sobre escritos portugueses de viajantes do século XVII a análises sobre as contravenções de Yves Saint Laurent frente aos códigos de moda e a reflexões acerca das publicações de bibliografias da história do Sudeste Asiático.

No prisma de imbricação às premissas que embasam o Programa de Educação Tutorial, salientamos que a existência ativa do periódico permite congregar múltiplas práticas listadas entre as filosofias orientativas dele a nível federal: de um lado, destaca-se a confecção de cada volume como um ato processual, que demanda, em termos de organização interna do grupo, o estabelecimento de um modo de trabalho regido pela efetivação dos significados do princípio de “educação tutorial”. Desde o último ano,

convencionamos a participação no comitê editorial como uma tarefa integralmente coletiva, isto é, da qual tomam parte todas/os as/os PETianas/os, e não somente uma parte de nossos integrantes. Com isso, tornou-se mais extenso o desafio de familiarização grupal com as instruções necessárias ao cumprimento dos passos sequenciais que levam à finalização dos compêndios semestrais. Buscamos, então, fortalecer as trocas internas de informações, ficando as/os integrantes mais antigas/os da Comissão com o papel de direcionar as/os recém-ingressas/os em sua função como editores. De outro, observamos uma gradual execução de esforços voltados ao enriquecimento dos cursos de graduação a que o PET História atrela-se, bem como ao incentivo da interdisciplinaridade e do rompimento de barreiras institucionais, ambos pilares fundamentais do intuito de transformação dos moldes de ensino superior alavancado pelo Programa.

Ao fornecer um espaço de avaliação crítica e de publicização dos textos acadêmicos de estudantes de graduação, possibilita-se, simultaneamente, um aprofundamento do pensar científico sobre o conteúdo e o formato das proposições discentes, de modo a favorecer revisões e aprimoramentos de pesquisas e narrativas desenvolvidas, e a ampliação dos meios de divulgação de iniciativas nascentes nos ambientes de graduação das Ciências Humanas. O componente interdisciplinar, por sua vez, vem à tona justamente com a abertura da revista em recepcionar trabalhos não restritos à História, com a finalidade de aprovisionar também uma esfera profícua de apresentação de conexões entre temáticas caras ao

campo histórico e abordagens inovativas por meio das quais elas são enunciadas em áreas próximas, como as Ciências Sociais, a Filosofia, o Direito e a Literatura.

Adentrando, enfim, a estrutura do número inaugural do décimo primeiro volume da *Cadernos de Clio*, podemos vislumbrar a diversidade de recortes e de horizontes de análise que permeará tanto os seis artigos e duas resenhas que constituem esta edição, quanto os textos que serão disponibilizados nas outras três capas previstas para o ano de 2021. Em “Entre a tradição e a nação: a perspectiva utópica de Mia Couto para uma terra sonâmbula”, **Cláudio César Foltran Ulbrich, Lorena Illipronte Niwa e Matheus Kochani Frizzo**, graduados em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), desvelam as noções construídas pelo escritor moçambicano Mia Couto em relação aos valores que deveriam pautar a edificação nacional de Moçambique no pós-Guerra Civil, conflito deflagrado de 1977 a 1992, logo após o encerramento da Guerra de Independência do território, travada contra o antigo estado metropolitano, Portugal. Analisando as trajetórias e valores de Muidinga, Tuahir e Kindzu, protagonistas do romance *Terra Sonâmbula*, publicado no imediato término dos embates, os autores atentam para o tom opositivo de Couto ao projeto governista ratificado pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) - identificado como excessivamente violento - enquanto chamam atenção para outra ruptura proposta pelo romancista, de defesa da valorização da oralidade ancestral daquela população sem, contudo, prezar por um uso

exclusivo das línguas africanas, misturadas - ao longo da obra - com o falar em português.

Na sequência, **Arthur Lopes dos Reis**, estudante de História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV-MG), apresenta os tensionamentos de convívio entre alunas do curso de Economia Doméstica e alunos dos cursos de Agronomia e Veterinária da então Universidade Estadual Rural de Minas Gerais em texto intitulado “Entre o Bonde a a Paineira: Embates Discursivos, Feminilidades e Masculinidades em Periódicos Universitários (1948-1960)”. Conforme explicitado pelo autor, o ingresso de mulheres no ambiente universitário do interior mineiro - marcado fortemente por uma cultura de orgulho estudantil masculino em pertencer a um polo acadêmico conhecido por seu papel de impulsionamento das exportações agropecuárias regionais e, consequentemente, do avanço do ideal de progresso nacional - trouxe certas conflituosidades até então pouco pronunciadas na instituição. Dedicando-se à análise de páginas do jornal *O Bonde* usadas pelos universitários homens para reificar a noção de que mulheres seriam inaptas para escrever ou desenvolver raciocínios científicos, sendo, portanto, incapazes de partilhar do meio e das atividades acadêmicas; e outras do boletim *A Paineira* - porta-voz de demandas e de manifestos femininos, críticos, por exemplo, do humor leviano dos rapazes do periódico rival e das condutas de assédio físico e moral cometidas pelos colegas homens -, Reis observa as nuances de transgressão desempenhadas pelas discentes da UERMG à época. Reforça-se que, se de um lado as jovens tinham um papel conciso por conta do viés tradicionalista da

formação que recebiam, por outro, questionaram hierarquias e excessos de poder considerados monopólios masculinos.

Com temática também análoga às relações de gênero, tem-se o artigo “Esse é o meu verbo de fraternidade: Questões sobre feminismo e educação para mulheres em Maria Lacerda de Moura”, da graduanda em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU-MG) **Kathleen Loureiro Santana dos Reis**. Nele, a discente examina o percurso intelectual e de militância da anarquista citada no título, a qual, tendo nascido no final do século XIX, envolveu-se com uma série de lutas que marcaram a Primeira República e os governos de Getúlio Vargas, caso das reivindicações por educação popular e do questionamento de ideais eugenistas que classificavam determinados setores da população brasileira como “degenerados”. Em um primeiro momento, a autora traça um panorama das invisibilizações a que mulheres ativistas estiveram submetidas nos séculos anteriores, atentando para a experiência anarquista espanhola da década de 1930, quando a organização *Mujeres Libres* participouativamente dos embates das resistências anarquistas no processo da Guerra Civil (1936-1939), recebendo, no entanto, pouco reconhecimento historiográfico nos períodos subsequentes. Maria Lacerda de Moura teria como ponto de convergência com essas espanholas não só a marginalização histórica, mas, preeminentemente, a similitude de ideais defendidos - caso do amor livre e da oposição às instituições dos Estados capitalistas - e do cenário de repressão política vivido. Em uma segunda etapa do trabalho, Reis enfatiza, amparando-se no livro-fonte *A mulher é uma degenerada*, a

retórica feminista da militante em questão, detalhando seu projeto de defesa do direito de educação das mulheres, encarado por Moura como mecanismo fundamental à superação da dita inferioridade feminina, fator mobilizado por intelectuais homens para classificar os corpos femininos como insuficientes, de suposta utilidade meramente reprodutiva.

Já em "Olívio/Felício: de Portugal À Ásia e de Volta: Uma Análise da Representação da Natureza em *Lusitânia Transformada* (1607)", de **Fábio Wroblewski Filho**, aluno de História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), é destrinchada a obra *Lusitânia Transformada*, do autor português Fernão Álvares. Situando a produção no posto de um construto literário da atmosfera de exploração ultramarina europeia que permeou os séculos XVI e XVII, Wroblewski Filho utiliza teorias geográficas compostas na contemporaneidade para explorar as noções de subjetividade e de envolvimento afetivo e pessoal com lugares físicos denotadas pelo lusitano. A dualidade de personas - explicitadas já no título do artigo pela dupla de nomes empregados, que fazem menção a diferentes figuras que assumiam o sujeito protagonista da narrativa à medida que esse se deslocava espacialmente, com Felício vindo à tona na Europa e Olívio, na Ásia -; a vivacidade da natureza asiática; e o apelo a um imaginário de bucolismo idílico são alguns dos aspectos elencados pelo trabalho publicado. Os esforços de historicização do romance conduzidos ao longo do artigo trazem à tona uma sensibilização quanto ao entendimento das mentalidades portuguesas à época - os riscos enfrentados por Olívio em suas expedições asiáticas, quando contrastados à paz que obteve ao

embarcar em retorno a Portugal, onde já esperava reencontrar-se com entes espiritualizados seriam sintomáticos de todo um povo que vislumbrava seu extenso império mundializado por lentes de exaltação primeira dos laços religiosos e locais, isto é, as terras originais da metrópole lusa.

O quinto artigo a compor este volume é “Possessões Demoníacas e Suas Representações: O Corpo da Possessa nos Impressos Ingleses Modernos do Século XVII”, redigido por **Luisa Padua Zanon**, discente do curso de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nele, a estudante parte do folheto "*A strange and true relation of a young woman possess with the Devill, by name Joyce Dovey*" para observar de que forma se consolidou a prática de demonização de mulheres - por associação delas aos aspectos ruins, danosos do mundo - no contexto turbulento que atravessava a Inglaterra em meados do século XVII, momento de publicação do material periódico em análise. Enfatiza-se, assim, que a ocorrência da reforma anglicana - a qual, com a nova moral religiosa estabelecida, acarretou uma gradual individualização das culpas religiosas - e das Revoluções Inglesas, em plena erupção quando da produção do panfleto e desencadeadoras da intensificação de angústias, irritações e receios coletivos por conta das violências disseminadas em larga escala, foram fatores-chave ao recrudescimento de discursos e posturas de histeria na relação dos sujeitos com as crenças religiosas. As mulheres, percebidas como frágeis, e, portanto, mais vulneráveis à dominação por forças malignas, e inseridas em uma estrutura social de expressão de misoginia e de autoridade masculina, teriam sido convertidas em alguns dos alvos

principais das acusações de possessão, sendo esse um enfoque necessário ao preenchimento de "silêncios históricos" - conclui Zanon.

Por fim, o texto “Yves Saint Laurent: Coleção Pop Art e a Criação do Le Smoking para o Outono-inverno de 1966”, de **Mayumi Abe Oliveira** - acadêmica de História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) -, encerra a coletânea de artigos da edição. Tensionando as interpretações atribuídas à moda, valorizada, em leituras especializadas, como uma linguagem potente para a expressão de mensagens de estilo pessoal e, consequentemente, de identidade e comportamento, mas excluída do cotidiano popular enquanto processo criativo dotado de significados, Oliveira analisa a trajetória profissional do estilista argelino Yves Saint Laurent. Conforme aponta a autora, de seu posto de diretoria do magníficente ateliê de Christian Dior ao alcance do renome de sua própria casa de moda, o fashionista francófono teria atingido uma maior liberdade criativa, impulsionado pelo cenário de propulsão econômica dos "Trinta Gloriosos" franceses, que provocaram um crescimento da classe média, favorecendo o consumo de itens das coleções de Saint Laurent voltadas ao *prêt-à-porter* (“pronto para vestir”), modalidade de compra menos individualizada do que o sistema de alta costura, baseado na produção unitária de peças a pedido de clientes abastadas. Tendo seu cenário de criação atravessado pelos impactos dos movimentos feministas e pelas liberações almejadas nas convulsões sociais de 1968, a criação icônica do estilista, seu *smoking* redesenhado ao público feminino da época, tornaria nítidas as potencialidades disruptivas da moda ao remodelar as opções de

vestuário convencionadas às mulheres segundo modelagens e códigos andrógenos.

Na seção de resenhas, contamos com as contribuições de **Carlos Eduardo Bione Sidrônio de Lima** e **Heloisa Motelewski**, discentes de graduação em História pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), respectivamente. Lima pondera acerca dos impactos, inovações e da relevância desempenhada pela obra *Việt Nam – A History from Earliest Times to the Present* (2017), do estadunidense Ben Kiernan, professor do Programa de Estudos sobre Genocídios na Universidade de Yale. Enquanto China, Japão e, no máximo, a Coreia do Sul parecem figurar como os enfoques predominantes de textos historiográficos sobre a História da Ásia, ou curtos períodos da História recente de países menores do Sudeste Asiático são retratados com destaque por permitirem um esquadrinhamento das atuações bélicas ocidentais, o volume resenhado se sobressai, segundo o graduando, à medida que conduz uma ampla narrativa histórica. Essa daria conta de explicar a organização do povo do Vietnam em períodos longínquos, de cerca de 9.000 AEC, e as relações dele com o Império Han, identificar particularidades topográficas do território ocupado por aquela população e seus padrões de cultivo, bem como abarcar o processo corrente de estruturação de um país autônomo, dotado de equilíbrio e fôlego em meio ao cenário geopolítico contemporâneo. As sínteses levantadas por Lima permitem, portanto, uma aproximação de leitores nacionais às proposições centrais aventadas pelo pesquisador de Yale, contribuindo para o aprofundamento dos aportes

bibliográficos de um campo ainda em desenvolvimento nas universidades brasileiras, conforme reforçado pela ausência de traduções do manual ao português.

Também debruçando-se sobre uma obra em língua estrangeira, neste caso, *Paradis du Nouveau Monde*, do pesquisador Nathan Wachtel, catedrático do Collège de France na cadeira de História e Antropologia, **Heloisa Motelewski** aborda a relevância do título para um aumento das difusões bibliográficas referentes aos imaginários que constituem as tradições de memória dos povos indígenas de diferentes regiões do continente americano. Por meio de uma contextualização inicial de pensadores e viajantes que anteviam a existência de paraísos terrestres desde a primeira modernidade, indica-se que Wachtel opera três teorizações - uma referente às narrativas europeias que identificavam nos indígenas americanos laços com a ancestralidade judia, o que lhes teria propiciado certa dignificação nas interações coloniais, e outras duas fundamentais ao entendimento das mobilizações indígenas de reação ao colonialismo imposto, que diziam respeito ao uso das chamadas "crenças messiânicas" para reivindicar liberdade pelo poder de lideranças locais divinizadas na América Latina e a rituais cosmológicos de homenagem a perdas de territórios e de irmãos por populações alocadas no que se tornou a "América Anglo-saxã".

Esperamos que tais trabalhos e os esforços conjuntos de organização deste volume enriqueçam o panorama de circulação de pesquisas recentes em produção nos diversos departamentos de Ciências Humanas das

instituições de ensino superior do país, contribuindo, assim, para o fomento de novas investigações nos diferentes campos temáticos abordados e das rotas de difusão de conhecimentos históricos críticos. Reforçamos, ainda, que a *Cadernos de Clio* segue aberta ao recebimento de textos em fluxo contínuo, aceitando artigos, relatos de docência, ensaios fotográficos, ilustrações e agora, além das resenhas de filmes, livros e músicas já recebidas, também aquelas referentes a dissertações e teses.

Boa leitura!

Rafaela Zimkovicz,

Junho de 2021.

Sumário

Artigos

Entre a tradição e a nação: a perspectiva utópica de Mia Couto para uma terra sonâmbula - Cláudio César Foltran Ulbrich, Lorena Illipronte Niwa, Matheus Kochani Frizzo.....	20
Entre o bonde e a paineira: embates discursivos, feminilidades e masculinidades em periódicos universitários (1948-1960) - Arthur Lopes dos Reis.....	39
“Esse é meu verbo de fraternidade”: questões sobre feminismo e educação para mulheres em Maria Lacerda de Moura - Kathleen Loureiro Santana Reis.....	61
Olívio/Felício: de Portugal à Ásia e de volta: uma análise da representação da natureza em <i>Lusitânia Transformada</i> (1607) - Fabio Wroblewski Filho.....	83
Possessões demoníacas e suas representações: o corpo da possessa nos impressos ingleses modernos do século XVII - Luisa Padua Zanon.....	98
Yves Saint Laurent: coleção <i>Pop Art</i> e a criação do <i>Le Smoking</i> para o outono-inverno de 1966 - Mariana Mayumi Abe Oliveira.....	118

Resenhas

KIERNAN, Ben. <i>Việt Nam – A History from Earliest Times to the Present</i> . New York: Oxford University Press, 2017. - Carlos Eduardo Bione Sidrônio de Lima.....	145
WACHTEL, Nathan. <i>Paradis du Nouveau Monde</i> . Paris: Librairie Arthème Fayard, 2019. - Heloisa Motelewski Trippia.....	161
Normas editoriais.....	170

Artigos

ENTRE A TRADIÇÃO E A NAÇÃO: A PERSPECTIVA UTÓPICA DE MIA COUTO PARA UMA TERRA SONÂMBULA

BETWEEN TRADITION AND THE NATION: MIA COUTO'S UTOPIAN PERSPECTIVE FOR A SLEEPWALK LAND

Matheus Kochani Frizzo¹

Lorena Illipronte Niwa²

Cláudio César Foltran Ulbrich³

Resumo: Com base nas contribuições do pensamento pós-colonial, procuramos compreender neste artigo como o autor moçambicano Mia Couto, em seu premiado romance “Terra Sonâmbula” (1992), se posiciona em relação ao futuro pós-colonial de seu país, escrevendo em um contexto marcado por sucessivas guerras e por uma violência que marcou gerações. Pensando nisso, veremos como o autor opta, ao lidar com o binômio tradição-modernidade, por elaborar uma síntese entre o resgate das tradições locais (incluindo espiritualidade, cultura e linguagem) e a superação da condição colonial que Moçambique vivia. Localizado entre tradição e modernidade (nação), ideias centrais nos conflitos entre o Estado revolucionário da Frelimo e as populações locais, Mia Couto constrói uma

¹ Graduado no curso de História (Licenciatura e Bacharelado) da Universidade Federal do Paraná e mestrando na mesma instituição. Email para contato: mkfrizzo@gmail.com. Endereço para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5496976754408011>.

² Graduada no curso de História (Licenciatura e Bacharelado) da Universidade Federal do Paraná. Email para contato: contatonowa@gmail.com. Endereço para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9038379563308288>.

³ Graduado no curso de História (Licenciatura e Bacharelado) da Universidade Federal do Paraná e mestrando na mesma instituição. Email para contato: claudiocfoltran@gmail.com. Endereço para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3323544978420365>.

utopia, no sentido de uma proposta de sociedade moçambicana capaz de unir os esforços da nação moçambicana e construir uma nova via, superando tanto o colonialismo quanto a proposta dos movimentos de libertação que ele entendia como violentas e reducionistas.

Palavras-chave: Mia Couto; Terra Sonâmbula; tradição; nação; colonialismo; violência.

Abstract: Based on the contributions from postcolonial thought, we seek to understand in this article how the Mozambican author Mia Couto, in his award-winning novel “Terra Sonâmbula” (1992), positions himself in relation to his country's post-colonial future, writing in a context of seemingly endless wars and extreme violence. Thinking about it, we will see how the author chooses, when dealing with the binomial tradition-modernity, to elaborate a synthesis between the rescue of local traditions (including spirituality, culture and language) and the overcoming of the colonial condition that Mozambique was living. Located between tradition and modernity (nation), central ideas in the conflicts between the revolutionary Frelimo State and the local populations, Mia Couto builds a utopia, in the sense of a proposal of a Mozambican society capable of uniting the efforts of the Mozambican nation and building a new way, overcoming both colonialism and the proposal of the liberation movements, that he understood equally violent and reductionist.

Keywords: Mia Couto; Terra Sonâmbula; tradition; nation; colonialism; violence.

Pós-colonialismos e o desejo comum de uma ruptura epistemológica

A expansão do colonialismo pelos países imperialistas do centro do capitalismo, sobretudo entre os séculos XIX e XX, é indissociável da criação de epistemologias universalizantes acerca de África. Foram as chamadas correntes pós-coloniais que primeiro marcaram oposição a esse universalismo eurocêntrico, principalmente a partir das guerras de independência africanas. Essas bases foram definidas por uma tríade de

movimentos políticos sucessivos, vetores de uma tentativa dessa universalização de pensamentos, conceitos e ideias: o estabelecimento do colonialismo, o desenvolvimento do capitalismo e a imposição do imperialismo. Formado por intelectuais que buscavam entender, criticar e superar essa tríade, o chamado pós-colonialismo pode ser dividido em três fases, de acordo com a cientista social Luciana Ballestrin (2017): pós-colonialismo anticolonial, estudos canônicos e estudos decoloniais.

Foi no contexto da descolonização e das guerras de independência na África, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, que surgiram as primeiras grandes obras anticoloniais, grandemente influenciadas pelas correntes panafricanistas. Intimamente relacionados aos movimentos políticos revolucionários e ao pensamento marxista, essa produção variou

de discursos políticos à poesia, envolvendo pensadores latino-americanos, africanos e europeus (sobretudo, franceses): Amílcar Cabral, Che Guevara, Frantz Fanon [1961], Ho Chi Minh, Jean-Paul Sartre, Aimé Césaire e Albert Memmi (BALLESTRIN, 2017: 509).

Os estudos canônicos, por sua vez, são posteriores, remetendo a 1978, ano de publicação da obra de Edward Said “Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente”, que almejava

demonstrar, através da análise discursiva de textos literários e culturais europeus, a invenção do Oriente pelo Ocidente como um estereótipo estratégico para a manutenção do poder colonial e imperial europeu. Nesta versão mais conhecida, o argumento pós-colonial foi fortemente influenciado pelos

estudos pós-estruturais, pós-modernos, desconstrutivistas, culturais e subalternos indianos (BALLESTRIN, 2017: 509).

Logo, a ênfase dessa fase recai sobre as estruturas mentais, ideológicas e teóricas do colonialismo. Entendidas como uma sobrevida do colonialismo após a segunda metade do século XX, essas estruturas compõem a chamada “colonialidade”.

Um desses intelectuais, o congolês Valentin-Yves Mudimbe, foi grandemente influenciado por Said ao estudar o colonialismo em África em suas diversas formas de dominação. Ele aponta que existe uma produção de raízes iluministas que construiu uma ideia de África, a partir de uma episteme ocidental desenvolvida durante o século XIX e o início do XX (MUDIMBE, 2019). O historiador indiano Sanjay Seth, ligado aos estudos subalternos e decoloniais, aponta que essa visão imperialista coloca outras culturas como incapazes de representar seu próprio passado por serem supostamente “atrasadas” (SETH, 2013).

Como afirmou o líder revolucionário guineense Amílcar Cabral, o cerne da luta estaria na cultura popular, perdida com a intromissão imperialista e com a separação dos povos africanos de sua cultura, o que lhes negou sua própria agência histórica e autônoma. Nesse sentido, a luta de libertação africana era vista também como uma oportunidade de ruptura epistemológica. Afinal:

Para além da exploração econômica do domínio territorial, político e social da vida das populações, marcas mais evidentes do sistema colonizador, a dominação colonial

distinguiu-se, sobretudo, pela negação da condição humana da população colonizada, negação da sua cultura, da sua filosofia, do seu modo de ser (ABADIA, 2017: 1)

Resgatar essa cultura, portanto, se torna crucial para esses intelectuais no processo de libertação colonial, justamente por essa epistemologia eurocêntrica e imperialista, em sua prática discursiva, minar a resistência e a revolta dos povos autóctones. Essa prática, para Mudimbe, compõe um “emaranhado de discursos formulados a partir do Ocidente” que ele chama “africanismo”, em um sentido similar ao de “orientalismo” (MACEDO, 2016).

O orientalismo, segundo Edward Said (2007), está relacionado aos empreendimentos coloniais dos países imperialistas europeus na Ásia e no Oriente Próximo e aos estudos que abriram espaço para a criação de instituições especializadas no estudo dos povos e culturas dessas regiões. Enquanto campo erudito e eclético, deu origem a um pensamento esquematizado que, categorizando e organizando o espaço, distingue ontológica e epistemologicamente o “Oriente” do “Ocidente”. Esse Oriente, importante destacar, era visto como passível de ser colonizado e civilizado através da apropriação intelectual, sendo o orientalismo uma forma de

negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental de dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (SAID, 1990: 60).

O africanismo de Mudimbe se refere a um processo similar a esse, mas que, com suas especificidades, foi voltado para a África. Constituindo uma episteme colonizadora, o africanismo se baseia em essencialismos que categorizam as sociedades africanas e estigmatizam seus saberes tradicionais locais, vistos como parte de uma tradição estática e pré-histórica. Nesse sentido, se construiu uma série de binarismos que, de maneira geral, opõem ‘tradição’ e ‘modernidade’. Essas construções se mantêm através do que Mudimbe chama de “biblioteca colonial”, isto é:

o conjunto de enunciados emanados de distintos grupos de observadores externos que acabaram por constituir “regimes de verdade” e servir de recurso de autoridade de uma “razão etnológica” amplamente empregada na interpretação das realidades africanas – inclusive por africanos (MUDIMBE, 2019: 287-288).

Essa dicotomia, de certa forma, constituiu os conflitos civis que se seguiram em muitos dos países africanos, sobretudo por compor um *modus operandi* de pensamento que sobreviveu à derrocada das instituições coloniais.

Nesses processos se inclui Moçambique, que, entre 1964 e 1974, esteve em guerra contra Portugal por sua emancipação, em um conflito liderado pela Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) e que mobilizou todas as regiões do país. Apesar da vitória moçambicana, que levou à independência do país em 25 de junho de 1975 e à ascensão do líder revolucionário Samora Machel à presidência, seguiu-se a ela uma

guerra civil de enormes proporções. Alguns ex-militares portugueses e dissidentes da Frelimo se instalaram na Rodésia, região revoltosa que se colocava como independente da autoridade moçambicana, mas que não tinha essa condição reconhecida pela maioria dos países do mundo. A Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) surge com o objetivo de organizar uma reação desses grupos às políticas de Machel de estatização e socialização do campo. Essa guerra, baseada na disputa entre a Frelimo e a Renamo e alimentada pelas insatisfações populares com as condições de vida no país após mais de dez anos de guerra seguida, só terminou em 4 de outubro de 1992 com a assinatura de um Acordo Geral de Paz, em Roma.

Uma terra sonâmbula

O escritor moçambicano e biólogo de formação António Emílio Leite Couto, ou apenas Mia Couto, nascido em julho de 1955, cresceu durante esse longo período de instabilidade, testemunhando os horrores desses quase trinta anos de guerra. Essa experiência marcou sua personalidade e sua escrita, uma vez que Couto é filho de pais portugueses, o que lhe colocava em uma posição de “homem de fronteira”. Aos 17 anos, ingressou na Faculdade de Medicina de Maputo, abandonando o curso após dois anos para trabalhar como jornalista. Em 1976, tornou-se diretor da Agência de Informação de Moçambique, passando também pela revista *Tempo*, entre 1979 e 1981, e pelo jornal *Notícias*, entre 1981 e 1985, quando deixou o jornalismo para cursar Biologia e se tornar professor na Universidade Eduardo Mondlane. Mas ele não deixou de escrever.

Logo após o Acordo Geral de Paz, Couto publicou aquela que seria sua obra mais famosa e premiada, o romance *Terra Sonâmbula*, de 1992, cuja história se desenrola no contexto da guerra civil moçambicana. Movido pelos problemas dessa conjuntura, ele procura se posicionar nessa obra sobre duas questões relacionadas aos conflitos que testemunhara e acompanhara de perto enquanto jornalista: a dicotomia entre tradição e modernidade, criação colonial e a violência pós-colonial. Apesar de seu pensamento ter sido influenciado pela produção anticolonialista de teor marxista, Couto se tornou grande crítico desse pensamento a partir da década de 1990, principalmente devido às suas desilusões com os movimentos revolucionários de seu país.

O título de seu primeiro romance faz referência à falta de descanso dessa terra, que sofrera com duas longas e violentas guerras, uma seguida da outra, permanecendo “sonâmbula”, perdida em si mesma. Vagando, igualmente sem norte, por essa terra devastada se encontram os protagonistas dessa história, o velho Tuahir e o menino Muidinga. Este é um rapaz novo, mas que sofre de amnésia e não se lembra de sua infância e de sua família, tendo sido resgatado por Tuahir quando estava à beira da morte. Em uma relação que por vezes beira uma entre pai e filho, o velho passa seu tempo (re)ensinando a Muidinga sobre o mundo enquanto fogem sem rumo dos conflitos da Guerra Civil em Moçambique.

A história começa quando, caminhando por uma estrada devastada e sem fim, encontram um machimbombo (ônibus) que fora incendiado e decidem utilizá-lo como abrigo durante a noite. Sinal da guerra, o veículo

está cheio de corpos queimados, os quais são retirados e enterrados pelos dois. Mas há um outro corpo à beira da estrada. Curiosos, vasculham o morto à procura de algo que pudesse identificá-lo, ou que pudesse ser útil aos transeuntes. O que encontram, todavia, é uma mala com objetos pessoais e uma série de diários, os “cadernos de Kindzu”, pelos quais Muidinga se interessa e passa a ler em voz alta para Tuahir, que não era letrado. A narrativa, a partir desse ponto, se alterna constantemente entre os acontecimentos da viagem de Tuahir e Muidinga (narrado em terceira pessoa) e, acompanhando a leitura do garoto, a história relatada pelo homem desconhecido (em primeira pessoa), identificado como Kindzu.

Viajantes sem rumo, tradições perdidas

Como nos traz Jorge Alves Santana (2016), a guerra pós-colonial, com as consequentes diásporas internas e para fora do país, causou uma desestruturação das heranças institucionais, núcleos familiares e laços intergeracionais. Pensando nisso, ele aponta que o núcleo de Tuahir e de Muidinga “encaminha-se para o resgate dialético dessa dinâmica intergeracional”, isto é, compõe um eixo geracional localizado entre a tradição e o moderno, nos termos de Mudimbe. Sua relação tem o potencial de “resgatar as estórias sociais e culturais tanto da tradição, quanto aquelas de sua contemporaneidade nebulosa” (SANTANA, 2016: 557).

Esse problema exige uma reflexão sobre si mesmo e sobre seu passado, algo que os diários de Kindzu possibilitam à dupla. Afinal, Muidinga e Tuahir estavam perdidos, em um não-lugar, sem terra e sem

contato com suas tradições. Por isso, as coisas ao seu redor se moviam. Como eles, Kindzu também se perdeu, sem referenciais em meio aos escombros da guerra. Soube por seu pai que a terra se movia atrás dos sonhos das pessoas. Uma terra sonâmbula, que não via futuro e não mais conseguia se agarrar ao passado. Porém, Kindzu ainda estava conectado à tradição, pois mesmo tentando romper com ela, ela não rompeu com ele.

Muidinga e Tuahir, portanto, representam a dialética entre o velho e o novo, a tradição e a modernidade. Para Mia Couto, nenhuma delas é suficiente por conta própria, sendo necessária uma síntese a fim de se fugir de uma escolha pautada na dicotomia entre ambas. Em outras palavras, combinando elementos próprios de cada uma, pensando sempre na realidade moçambicana e em prol da reconstrução do futuro do país, seria possível se chegar a um denominador comum. Resgatando o velho, mas sem fechar os olhos ao novo.

Trata-se, enfim, de uma visão que, apesar de ter um mesmo objetivo - isto é, criar uma sociedade de indivíduos livres do colonialismo – difere daquela proposta por Samora Machel acerca do “Homem Novo”. Como o próprio afirma, “A construção da Nova Sociedade em que estamos empenhados é indissociável da criação do Homem Novo” (MACHEL apud MARIANI, 2012: 65). Essa política se pautava no antagonismo com o colonialismo, inclusive ontologicamente. Afinal, um de seus objetivos era “liquidar com o modo como os moçambicanos eram significados, ou seja, como ‘selvagens, como seres inferiores, sem consciência...’” (MARIANI,

2012: 66). Além disso, a imagem do “Homem Novo” estava relacionada à luta revolucionária nacional:

Não bastava ser patriota, era necessário que esse “homem novo” estudasse, produzisse, participasse da luta, se integrasse com os camponeses em seu trabalho manual, combatesse as formas de exploração, buscasse criar relações novas, cultivasse continuadamente a disciplina revolucionária, e assim por diante. (MARIANI, 2012: 66)

Couto divergia dessa visão. Para ele, construir a futura sociedade moçambicana só seria possível abandonando visões utópicas de caráter nacionalista, que ele associava à da Frelimo, e refletindo sobre o próprio passado a fim de se construir algo, mesmo que a partir dos escombros da guerra. Nesses termos, há uma denúncia do que ele entende como uma negação ou esquecimento da tradição, feita através da história de Taímo, que, não podendo viver de seu trabalho ancestral, morre por inação. Por outro lado, não se trata de uma simples volta ao passado, isto é, de resgatar valores culturais pré-lusitanos, como Kindzu tenta fazer ao buscar pelos Naparamas.

Essa opção por uma síntese entre o novo e o velho é percebida, inclusive, no uso característico que Mia Couto faz de sua língua. Através do que Maria Nogueira chama de “tradução interlingual”, o autor utiliza signos da língua portuguesa (língua alvo) para expressar ideias da língua bantu (língua fonte) (NOGUEIRA, 2010). Em outras palavras, Couto adapta expressões próprias do bantu e de sua tradição oral, ou seja, de seu

contexto sociocultural específico para a realidade da língua portuguesa. Da mesma forma, usa o que Nogueira aponta como uma tradução “estrangeirizadora”, isto é, busca usar o português de forma distante da norma padrão, aproximando-se do modo de falar cotidiano do moçambicano. O termo “machimbombo”, utilizado por ele para se referir ao ônibus, é um exemplo dessa plasticidade que Couto dá à linguagem.

Dessa forma, há uma preocupação do autor em transpor a dinâmica da fala oral para o texto, mantendo a “miscigenação” de sua forma e usando o português europeu para expressar a ancestralidade e as formas orais da língua (NOGUEIRA, 2010: 42-43). Afinal, Couto era filho de portugueses nascido em Moçambique, escrevendo a partir de um “Terceiro Espaço” que, de acordo com Moellwald, se configura como um lugar de ambivalência ao colocá-lo entre o colonizador e o colonizado (2008: 29). Pensando além, podemos compreendê-lo também como um lugar de síntese, que propicia ao autor moçambicano desenvolver uma linguagem e um ponto de vista únicos.

Essa discussão promovida por Mia Couto se insere em um contexto caótico, marcado por sucessivas guerras e por uma violência que marcou gerações, e, portanto, com um futuro nebuloso. Segundo Branca Cabeda Egger Moellwald, ele descreve uma sociedade pós-independência eivada de “patologias de poder” e disputas que geram pobreza, corrupção, dependência e subdesenvolvimento. A nacionalidade moçambicana, portanto, era construída sobre os escombros da guerra. Pensando nisso, complementa, afastando-se de noções utópicas e baseado na realidade

pré-colonial, Couto apresenta em suas obras “passagens” dentro de uma nação híbrida, cujas vozes de esperança são continuamente silenciadas (MOELLWALD, 2008: 28).

Moellwald (2008: 36) aponta como Moçambique era uma colônia muito pouco integrada, em si e com as outras colônias portuguesas, e onde as divisões raciais eram pungentes, a pobreza, generalizada, e a vida cultural, focada especialmente no português colonizador. Para Mia Couto, isso indica que Moçambique era uma “nação sem moldura”, um país disforme, uma terra sonâmbula desconectada de seu passado e à procura de sonhos próprios. Afinal, o momento da independência foi seguido de um desencanto com a nação, que percebeu que as mudanças não seriam feitas sem reações. Por isso, Mia Couto argumenta que a nação não é um ponto de chegada, mas um processo que deve ser construído por muitas mãos e no qual a literatura deve ter o papel central (MOELLWALD, 2008: 54).

João Paulo Borges Coelho (2003) questiona, pensando nesse quadro desolador do qual parte Mia Couto, como as colônias portuguesas mantiveram dentro de si um potencial de violência, recaindo em guerras civis e tensões internas tão grandes e tão destrutivas que causaram o completo colapso dessas sociedades. Um dos principais elementos dessa desordem era, segundo Coelho, a existência de um movimento de libertação que fora vitorioso e, por isso, “pouco inclinado a negociar qualquer solução de integração das tropas especiais africanas” (COELHO, 2003: 190). Identificando inimigos internos, esse movimento, simbolizado pela Frelimo, não dialogava com grupos tradicionais, limitando-se a

projetos de poder e de nação desconectados das populações locais, identificadas como forças hostis a serviço dos colonialistas. Esse era um reflexo, aponta Coelho, da extrema militarização da sociedade moçambicana (COELHO, 2003: 193).

Andréa Trench de Castro (2014) aponta que, nesse contexto em que o Estado colonial é substituído por um com forte postura autoritária e uma “potencial carga de violência” que manteve a fragmentação identitária nacional, o personagem de Muidinga expressa a perda de identidade nacional. Com amnésia, ele não entende seu lugar no mundo, uma metáfora para a própria perda de identidade coletiva frente a um episódio traumático. Kindzu, nesse sentido, é responsável por uma reconstituição da cultura de Moçambique, na esperança de que isso ajude a reconstruir sua identidade pessoal e como moçambicano.

Em suma, Kindzu reconstrói a identidade do próprio Moçambique através de histórias, relatos, mitos e personagens que conformam essa identidade no pós-independência (CASTRO, 2014: 4-5). Os cadernos de Kindzu representam, portanto, uma retomada da identidade por parte de Muidinga, que passa a aprender a história da própria nação e, a partir dela, consegue reconstruir sua própria identidade nacional. Assim, a busca por suas origens se relaciona com a própria ideia de que, encontrando suas origens, pode retomar sua identidade (CASTRO, 2014: 5).

Por fim, ainda que Mia Couto recuse as visões utópicas conhecidas de seu tempo e contexto, vários personagens de sua obra encarnam um objetivo utópico implícito que ele projetava para Moçambique. Muidinga

se recusando a apenas esperar a morte, sempre querendo seguir em frente; Kindzu querendo parar a guerra como um naparama; Nhamataca querendo construir um rio para matar a sede na terra. Sua escrita se coloca como um espaço de expectativas, “esperançosa e engajada”, que busca construir um futuro para além da guerra, o que tem a ver com o próprio objetivo do autor de construir uma nação. Afinal, como afirma Boaventura de Souza Santos, as utopias são necessárias no século XXI como forma de conseguirmos projetar, ansiar e lutar por um futuro melhor, para além dos pressupostos do capitalismo moderno e suas injustiças intrínsecas (CASTRO, 2014: 8-9).

Considerações finais

Terra Sonâmbula é um livro que mistura sonho e realidade, sendo perpassado pela barbárie da guerra, mas também movido pela esperança de uma sociedade melhor. Vivendo sempre nesse limiar entre a imaginação e a realidade, entre o caos e a esperança, há um constante sentimento de confusão e abandono, em que os mitos se colocam nessa transição entre as duas esferas (BACH, 2008).

O objetivo do autor é propor a construção de uma identidade nacional moçambicana de maneira dialética, com base em uma tese, representada por Tuahir, portador de uma cultura tradicional oral, e uma antítese, representada por Muidinga, jovem letrado desconectado seu passado, mas que, inspirado pelos diários de Kindzu e ensinado por seu tutor, está destinado a criar um caminho próprio. O rapaz, portanto, concretiza um encontro da tradição com a modernidade, da tradição oral

com a escrita em língua portuguesa. Mas mais que isso, simboliza uma nova via, além da colonialista e daquela proposta pelo movimento de libertação, que Mia Couto entendia como reducionistas e violentas (tanto física quanto simbólica e culturalmente) em sua práxis.

Nesse sentido, comprehende-se que as opções linguísticas de Mia Couto ecoam suas escolhas, sobretudo no que diz respeito à sua busca por uma síntese. Se trata de uma especificidade de Couto em relação a outros pensadores, como o queniano Ngũgĩ wa Thiong'o, por exemplo, que defende em *Decolonising the mind: The politics of language in African literature* (1992) que, para se quebrar com o imperialismo e o neocolonialismo, seria necessário que escritores e intelectuais de maneira geral produzissem seus textos em línguas africanas. Couto, por sua vez, apesar de se voltar para a cultura autóctone, não descarta a língua portuguesa.

Assim, os sonhos de Kindzu não são meras premonições. Eles representam esperanças e apontam para novas possibilidades de mundo. Um mundo ressacralizado pela tradição, mas que também não pretende um simples retorno ao passado. São, portanto, elementos de uma utopia que, em um sentido positivo, simboliza a vontade de transformação da sociedade em algo novo, apartado da violência e da miséria generalizada à qual aquela terra parecia tão imbricada. Até então, a estrada estava morta, pois o próprio país parava de se mover. A guerra matara seus sonhos, deixando a terra sonâmbula, a esmo. Nesse cenário, apenas os sonhos colocariam a

nação em movimento novamente, direcionando as energias e resgatando a esperança.

Referências

- ABADIA, Danúbia Mendes. Descolonizar as mentes e os corações: Amílcar Cabral e a ruptura com a razão colonial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 29., 2017, Brasília. *Anais eletrônicos...* Brasília: UnB, 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501687884_ARQUIVO_texto_anpuh_danubia_abadia.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- BACH, Carlos Batista. Sonhos de esperança em uma Terra Sonâmbula. *Revista Eletrônica de Crítica e Teoria de Literaturas*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 1–10, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/view/5808/3413>>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem Imperialidade? O Elo Perdido do Giro Decolonial. *DADOS*, v. 60, n. 2, p. 505-540, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/dados/v60n2/0011-5258-dados-60-2-0505.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- CASTRO, Andréa Trench de. Terra sonâmbula, de Mia Couto, e os (des)caminhos da memória e da linguagem literária como reforço das identidades culturais. *Revista Mulemba*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 4–18, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/4994/16131>>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- COELHO, João Paulo Borges. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas. *Lusotopie, Aix-en-Provence*, v. 10, n. 1, p. 175–193, 2003. Disponível em:

<https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2003_num_10_1_1554>. Acesso em: 25 fev. 2021.

COUTO, Mia. *Terra sonâmbula*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MACEDO, José Rivair. Intelectuais africanos e estudos pós-coloniais: considerações sobre Paulin Hountondji, Valentin Mudimbe e Achille Mbembe. *OPSIS*, Catalão, v. 16, n. 2, p. 280–298, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/37298/21940>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

MARIANI, Bethania. Discurso revolucionário moçambicano e a escrita do homem novo. *Via Atlântica*, n. 21, p. 59-74, 2012.

MOELLWALD, Branca Cabeda Egger. *A poiesis da nação em Mia Couto: fragmentos de um olhar*. 2008. 240 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária) — Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90863>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

MUDIMBE, Valentin-Yves. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

NOGUEIRA, Maria das Graças de C. A tradução nas literaturas africanas de língua portuguesa: a posição de Mia Couto. *Cadernos CESPUC*, Belo Horizonte, n. 20, p. 40-47, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/7867/6889>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SAID, Edward W. *Orientalismo*: o oriente como invenção do ocidente. Tradução de: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTANA, Jorge Alves. Dos sonhos de Kindzu e da produção dialética de lugares e não lugares em *Terra sonâmbula*, de Mia Couto. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 51, n. 4, p. 555–564, dez. 2016. Disponível em:

Cadernos de Clio, Curitiba, v. 11, nº. 1, 2020

<<https://www.scielo.br/pdf/lh/v51n4/0101-3335-letras-51-04-0555.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 11, p. 173-189, abr. 2013. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/554/352>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

WA THIONG'O, Ngugi. *Decolonising the mind: The politics of language in African literature*. East African Publishers, 1992.

Recebido em: 25/02/2021

Aceito em: 12/05/2021

ENTRE O BONDE E A PAINEIRA: EMBATES DISCURSIVOS, FEMINILIDADES E MASCULINIDADES EM PERIÓDICOS UNIVERSITÁRIOS (1948-1960)

BETWEEN “O BONDE” AND “A PAINEIRA”: DISCURSIVE CLASHES, FEMININITY AND MASCULINITY MODELS IN ACADEMIC NEWSPAPERS (1948-1960)

Arthur Lopes dos Reis¹

Resumo: Este trabalho analisa os embates discursivos entre as estudantes do curso de Economia Doméstica e os estudantes dos cursos de Agronomia e Veterinária, na década de 1950. Utilizamos dois periódicos organizados por esses estudantes, *A Paineira* e *O Bonde*, o primeiro majoritariamente feminino e o outro masculino. Partimos do conceito da estrutura de poder proposta por Michel Foucault e do pensamento acerca dos atos performativos e da constituição da categoria gênero elaborado por Judith Butler. Buscamos entender de que maneira a disputa binária instituída entre masculinidades e feminilidades foi um fator estruturante e como essas categorias foram definidas nas relações entre os dois grupos, formando identidades que se construíram na vivência dentro do meio acadêmico e social da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, atual UFV.

Palavras-chave: Embates discursivos; periódicos universitários; gênero; cursos superiores; machismos.

Abstract: This work aims to analyze the discursive clashes between the students of the Home Economics course and the students of the Agronomy and Veterinary courses, in the 1950's. We used two newspapers, organized

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Viçosa, na qual ingressou em 2018. Atualmente é membro do Laboratório de Estudos de Gênero e Ensino de História (LEGEH - UFV), sob orientação da Prof^a. Dr^a. Gilmária Salviano Ramos. Email para contato: arthur.l.lopes@ufv.br. Endereço para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5164916618068917>.

by these students, *A Paineira* and *O Bonde*, mostly female and male bulletins, respectively. We start from the concept of the power structure proposed by Michel Foucault and from the theory of performative acts and the constitution of the gender category elaborated by Judith Butler. We seek to understand how the binary dispute set between masculinities and femininities was a structuring factor and how they were defined in the relations between the two groups, forming identities that were built in the experience within the academic and social environments of the Rural University of the State of Minas Gerais, currently known as UFV.

Keywords: Discursive clashes; academic newspapers; gender; degree courses; sexisms.

Introdução

“#NÓSRESISTIREMOS”. Por vários locais da Universidade Federal de Viçosa (UFV) se podem ver adesivos que estampam esta frase junto a uma fênix vermelha. Representa-se a luta do corpo discente do curso de Economia Doméstica pela continuidade dele, que teve sua existência ameaçada no ano de 2016, em um tentativa, não inédita, de excluir os estudos domésticos dos cursos oferecidos de forma pública e gratuita.

O curso de Economia Doméstica desde seu início lutou por sua existência e afirmação dentro do corpo acadêmico Ufviano. No presente artigo, remetemos ao momento de fundação do curso na UFV, em meados do século XX. Neste contexto pode-se destacar a dupla jornada por que passavam as alunas: mais do que uma luta pela existência de um curso universitário, tratava-se da luta pela inserção de mulheres no meio acadêmico e na produção de ciência.²

² Para uma análise da criação e da história do curso de Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa, consultar a tese do Professor Fábio Simão (2016):

Neste sentido, o movimento de busca por validação dentro da academia é, além de uma luta institucionalizada, um debate que percorre as noções de masculinidade e feminilidade e que reflete sobre seus papéis, deveres e comportamentos no meio social.

Intrínsecos à vivência social humana, os níveis de subjetividade e complexidade, dentro das relações de poder que constituem e moldam a organização da sociedade, são conceituados de várias formas durante nossa existência. Geram-se certos conceitos que, em boa parte das vezes, são considerados gerais e universais, criando modos de enxergar o mundo limitados a nossa linguagem, que parte não só de nossa individualidade, mas também de mecanismos sociais que moldam nossas percepções e identificações. Assim foram consideradas por um longo tempo as categorias que serão analisadas neste trabalho.

Feminilidade e masculinidade, como todos os discursos que circundam esses conceitos, são e devem ser lidos sob um olhar histórico, conforme defendido por este e outros trabalhos, que se propõem a construir algum conhecimento sobre a realidade. Embora residam dentro de um campo de saber que possui regras e métodos, são transmitidos e construídos através de escritos, os quais partem de um ponto por sua vez insuficiente para abarcar toda a complexidade do real à medida que está imerso em redes sociais de poder e significação.

Ser mulher, “uma missão”: A escola superior de ciências domésticas, domesticidade, discurso e representações de gênero (1948-1992).

É claro, o modo como estes conceitos se estruturam em nosso modo de pensar atual parece se aproximar muito mais de uma realidade tangível, embora fragmentada, que nos passa certa ilusão de objetividade em sua própria subjetividade. No entanto, tal esfera do real não deve ser descartada como uma habitante da colcha de retalhos chamada linguagem, ocorrendo o mesmo com todas as suas características guiadas por essas relações, situadas entre poder/discurso/saber, como nos aponta Michel Foucault ao longo de seus vários escritos.

Desse modo, este trabalho se estrutura na compreensão de que todos os saberes contidos aqui são visões de quem os produz, podendo não corresponder ao que significaram as vivências das pessoas, ou melhor, dos grupos aqui citados. Apenas a visão interpretativa daquele que, com sua mente e escrita, coloca em contingência os corpos do passado, quase os coloniza, retirando o que para si é provido de sentido. Assim, para prosseguirmos com nossa análise, devemos traçar um breve apontamento a respeito dos principais referenciais teóricos, fontes e pesquisa.

Pode-se encarar o ambiente educacional - seja em nível fundamental, médio ou superior - como um espaço de construção e desconstrução de ideias, de modos de ser e de individualidades conflitantes. Desta maneira, deve-se enxergar esses lugares como transformadores e constituintes de sujeitos e experiências que nos dizem muito sobre determinadas épocas e lugares, suas relações de poder e formações de subjetividades.

Nosso trabalho consiste em uma análise sobre o modo como, dentro das relações de poder institucionais, algumas estudantes do curso de

Economia Doméstica e alguns estudantes dos cursos de Agronomia e Veterinária enxergavam uns aos outros; como manifestavam e enxergavam seus gêneros; e, sobretudo, como a presença feminina era sentida no meio acadêmico, quase puramente masculino, não fosse a presença das turmas de Economia Doméstica e raras exceções nos demais cursos.

Para isso, usaremos os periódicos *A Paineira* e *O Bonde*³, sendo um feminino e um masculino. Tais publicações devem ser vistas como espaços de discussão e de voz das alunas e dos alunos em relação ao meio universitário, sobre o mundo e sobre si mesmos. Falaremos mais sobre os periódicos adiante. O material analisado compreende do ano de 1956 a 1960, datas que marcam respectivamente, a primeira edição d'*A Paineira* e seu último volume. Vale ressaltar que o periódico *O Bonde* inicia suas publicações em 1945 e permanece até 1963. No entanto, como se pode inferir, nestes períodos perdemos o fator principal que acompanhará esse artigo: a relação e a discussão entre os dois jornais. Além disso, a escolha das fontes determinou a dimensão geográfica da pesquisa: a cidade de Viçosa, especialmente a UREMG/ESAV⁴.

³ Boa parte das publicações se encontram disponíveis de forma online e gratuita no site *Atom – UFV*, que cuida da difusão da memória institucional da universidade. Para acessá-lo, visitar: <http://atom.ufv.br/>.

⁴ A Universidade Federal de Viçosa iniciou sua trajetória na década de 1920, funcionando como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) até o ano de 1948, quando, com a criação do curso de Economia Doméstica, passa a se chamar “Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG)”. Posteriormente, embora sendo um período de tempo não contemplado por nossas fontes, a instituição eleva-se ao título de Universidade Federal de Viçosa, em 1968.

Uma referência importante neste trabalho é o conceito de relações de poder descrito por Michel Foucault (1988: 79-125), que nos ajuda a perceber e refletir sobre o caráter relacional dos embates entre as masculinidades e as feminilidades. Este autor aumenta a complexidade do nosso entendimento sobre os modos pelos quais o poder atua e se manifesta no campo social. Entende-se um poder que não possui núcleo ou polo definido, mas sim múltiplas relações de poder que são emitidas em cada ação humana.

Foucault rompe com uma tradição que entende o poder como algo puramente negativo, repressor. Entende o caráter positivo e, sobretudo, relacional do poder, de modo que não se pode fugir das relações de poder, que são multifocais e constroem o todo social em que estamos inseridos. Desta forma, depreende-se que as relações de poder estão intimamente ligadas a sua própria resistência. Desprezar este entendimento seria retirar dos indivíduos sua agência perante o mundo. Ou em outras palavras:

[...] desconhecer o caráter estritamente relacional das correlações de poder. Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a preensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa — alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não

podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, 1988: 90).

Além disso, deve-se ressaltar a importância do pensamento de Judith Butler neste trabalho. Esta autora parte da ideia da categoria gênero como algo construído a partir das práticas que lhe dão significado. Trata-se de atribuir um caráter histórico, social e culturalmente construído a esta dimensão, para além do binarismo naturalizado, pautado em torno do sexo biológico, que geralmente ronda os conceitos de homem/mulher. Entende-se que o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos. Assim, o gênero não

é de modo algum uma identidade estável nem lócus de agência do qual procederiam a diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade constituída de forma tênue no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos (BUTLER, 2018: 3).

Neste sentido, Butler evidencia o caráter performativo da identidade de gênero. Para a autora, devemos entender esta forma de constituição como a “maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um ‘eu’ generificado permanente” (BUTLER, 2018: 3), sendo naturalizado pelos sujeitos, mesmo que de forma ilusória.

Ainda sobre o fator interno e da percepção dos sujeitos ao gênero como algo dado e natural, a autora conclui, de maneira mais clara:

A distinção de gênero faz parte da “humanização” dos indivíduos dentro da cultura contemporânea; assim, quem não efetua a sua distinção de gênero de modo adequado é regularmente punido. Como não existe uma “essência” que o gênero expresse ou externalize, nem um objetivo ideal ao qual aspire; como o gênero não é um fato, os vários atos de gênero criam a ideia de gênero; sem esses atos, não haveria gênero. O gênero, portanto, é uma construção que oculta regularmente a sua própria gênese. O consentimento tácito coletivo quanto a representar, produzir e sustentar gêneros polarizados e distintos como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade concedida à sua própria produção. Os autores do gênero ficam encantados com suas próprias ficções; desse modo, a própria construção faz com que se acredite que ela é necessária e natural. As possibilidades históricas materializadas em vários estilos de corpo nada mais são do que essas ficções culturais reguladas por punições, alternadamente corporificadas e disfarçadas sob coerção (BUTLER, 2018: 6).

Deste modo, o fator “humanizante” em torno da categoria binária de gênero evoca um fator punitivo nos que desviam deste lugar “natural”. Em certo sentido, as alunas da ESCD podem ser entendidas como desviantes e, ao mesmo tempo, como fundadoras de novas formas, ou melhor, de novos lugares que o seu gênero pôde ocupar, o que não significa, é claro, que este processo de “fundação” tenha sido linear e passivo por parte do corpo hegemônico que preenchia o ambiente universitário naquele período.

Assim, devemos levantar alguns pontos sobre o contexto em que essas vivências se dão e fazer breves apontamentos sobre o modo como as/os estudantes interagiam entre si, suas contradições e entendimentos de

mundo, que, embora conflitantes e plurais, se enquadram em certo imaginário coletivo formado em suas relações acadêmicas e cotidianas. Tais relações são, em um plano maior, dicotômicas, binárias e bem delimitadas no que diz respeito à forma pela qual o gênero foi construído/percebido por estas pessoas através de performances discursivas, manifestas nas páginas de seus jornais estudantis.

Os periódicos universitários: projetos e funcionalidade

Quando de sua criação no ano de 1926, como dissemos anteriormente, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária teve seu corpo discente formado exclusivamente por homens, aspecto mantido até finais da década de 1940, quando observamos as primeiras alunas da instituição. Essas foram incorporadas aos cursos de Agronomia e Veterinária. Em 1948, tem-se a criação do curso de Economia Doméstica, que provoca o alargamento da presença feminina no campus (BARDUNI FILHO; FERRARI; LOPES, 2017: 20).

Os primeiros personagens deste artigo começam a aparecer três anos antes, em setembro de 1945. Neste período se tem a primeira edição do encarte *O Bonde*. Em seu primeiro artigo nos são apresentados o jornal e seus objetivos, que podem ser resumidos neste trecho:

Diversos são os motivos que nos mobilizaram para a fundação deste semanário. Objetivamos de início, que ele fosse uma tribuna livre para todos os Esavianos exporem os seus pontos de vista, quaisquer que fossem. Que nestas colunas todos encontrassem um campo aberto para os debates dos problemas

máximos do mundo, do nosso país e da Esav (*O Bonde*, Edição 01: 1).

Isso explica o caráter subjetivo e informal denotado em suas páginas, em que se podem encontrar falas sobre os mais diversos assuntos, escritas por vários alunos com opiniões e pensamentos diferentes. Contudo, eles seguiam certos padrões, como de linguagem, de escrita e de temas abordados, que estão impregnados pelo imaginário coletivo que compartilhavam, provocado pela vivência coletiva acadêmica e social.⁵ Fica claro de qual local partem os posicionamentos dos que escrevem para *O Bonde*. Trata-se de um jornal plural, no sentido de ser feito e escrito por diversas pessoas, embora singular no que se refere a quem podia escrever, isto é, o grupo de alunos da ESAV.

Podemos apontar o caráter “inquisitorial”, de vigília/observação/denúncia, por parte dos que escreviam no periódico. Denunciam-se atitudes de professores, de colegas, da reitoria da universidade. Pode-se citar a coluna de nome “Fatos e Boatos”, que era utilizada de forma humorística para criticar a instituição e outros membros daquele círculo social. Como exemplo, destacamos este trecho: “que a guerra não terminou é boato, mas que na Escola o racionamento de pão continua, é fato” (*O Bonde*, Edição 07: 3).

⁵ Na ESAV existia a intenção de criar um grupo coeso, uma irmandade que giraria em torno de certos ideais. Para uma análise mais detalhada indico o trabalho de Eduardo Simonini Lopes. Segundo este autor ser Esaviano “... correspondia ao comprometimento com o cultivo de uma postura ‘correta’ em direção aos valores de progresso, cooperação, honestidade, higiene, fazer prático/científico...” (LOPES, 2014: 254-255).

Posteriormente se comenta também sobre as alunas da Economia Doméstica. Essas críticas, que podem ser observadas em boa parte das edições de *O Bonde*, tratam sempre de colocar o jornal e seus autores em posição de superioridade. Falaremos mais sobre isso adiante.

Por outro lado, temos o periódico *A Paineira*. Esta publicação, de certo modo, possuía objetivos semelhantes com os de *O Bonde*, como a finalidade de dar espaço às alunas para exporem suas ideias e opiniões sobre o mundo ao seu redor, além buscar

por em relevo, por meio de críticas construtivas, os fatos curiosos de nosso ambiente estudantil, que muitas vezes passam despercebidos, em prejuízo de nossas futuras colegas, que não se beneficiariam de nossa experiência (*A Paineira*, Edição 03: 1).

Evidencia-se o caráter pioneiro deste grupo. Afinal, essas alunas são as primeiras mulheres a ocupar um espaço até então lido como masculino e considerado distante de um lugar “natural” das mulheres.

Deve-se levar em conta o descrédito em relação à iniciativa de produção de *A Paineira* por parte dos produtores d'*O Bonde*. As edições a que temos acesso e que foram utilizadas neste artigo tratam-se de uma segunda tentativa de publicação d'*A Paineira*. Anteriormente, outro grupo de alunas tentou produzir um periódico para o curso de Economia Doméstica sem êxito, ou melhor, sem continuidade, publicando apenas duas edições.

Após o “fracasso” das primeiras edições do jornal, a nova direção tem um novo e dispendioso caminho: afirmar-se como curso e, neste caso, enquanto capaz de manter um jornal. Podemos perceber certa recepção hostil a esta iniciativa nas páginas de *O Bonde*. A opinião de um aluno desconhecido que lá escreve, usando um espaço aberto para manifestações discentes, diz: “Agora *A Paineira* sai! Ah! Sai. Vai sair todo dia... de ônibus! Acabou o mundo!” (*O Bonde*, Edição 175: 2).

O lado feminino do conflito não desanimou perante tal situação. O que vemos por parte das alunas é uma posição de confronto e resistência. Podemos perceber as diferenças na produção do discurso, um que subalterniza e questiona e outro que se impõe, se eleva e busca afirmar suas capacidades. As alunas da ESCD entendem a situação e apresentam sua visão, segundo a qual a direção anterior não fracassou. Conforme aponta Ignez Martins⁶:

Quando, pela primeira vez, encaramos um problema, somos levados a um terrível pessimismo, no que diz respeito à sua solução. Tal acontece conosco, que ora iniciamos como “plumitivas”, esta missão de apresentar à nossa universidade, um pouco do que somos e do que pretendíamos. Atividade tentada por antigas alunas, com relativo bom êxito, já apareceram dois números da *Paineira* (*A Paineira*, Edição 03: 1).

⁶ Uma das idealizadoras da nova iniciativa de construção da *A Paineira* atua como diretora do jornal até, mais ou menos, sua edição de número 07. Não podemos afirmar com base nas fontes, ao certo, quando esta deixa a direção, nem por quais motivos, tendo em vista que as edições 08 e 09 não sobreviveram ao tempo e que a de número 10 já aparece com nova direção.

Ao longo das edições, as autoras nos apresentam suas visões sobre uma ampla variedade de assuntos, que vão dos esportes universitários às festas, das apresentações de trabalhos às reformas e construções na universidade. Na maioria dos artigos, expõe-se o que gostaram ou não, mas sempre tecendo críticas.

Um fato interessante, e que se deve levar em consideração, é que para além das diferenças, as semelhanças na forma de escrita, na organização dos jornais, nos lugares frequentados e em vários outros aspectos demonstram que essa separação que não/pouco se dava geograficamente, ocorre ainda menos no campo intelectual, não fossem os conhecimentos adquiridos nos cursos, que obviamente divergiam em aplicação e conteúdo.

Descrito esse breve contexto, podemos passar ao segundo momento deste artigo, em que iremos analisar o modo como os dois grupos construíram discursos sobre o mundo e sobre o outro. Formando embates que nos mostram como são entendidas suas identidades, seus respectivos papéis “naturais” e, em um sentido mais amplo, certa essência do que significaram as categorias homem e mulher, os materiais possibilitam que procuremos perceber a crítica a esse entendimento limitante e sua possível ruptura.

Embates discursivos e pela verdade: ESCD X ESAV

Nosso último tópico se distribuirá em duas partes. A primeira analisa e relaciona *A Paineira* e *O Bonde*, restringindo nossa busca às falas de um grupo que dizem respeito ao outro, não necessariamente procurando identificar conflitos, mas qualquer menção que nos mostre uma construção de identidade de gênero expressa através do imbricamento relacional. Em segundo lugar, olharemos para o percurso que as estudantes da ESCD fazem para buscar/impôr sua aceitação dentro do meio acadêmico, suas opiniões sobre o curso e sobre qual deveria ser o papel da mulher.

Podemos perceber como o jornal *A Paineira* se posiciona de maneira nada sutil perante os problemas da sociedade e da juventude. Fazem alusões que podem ser consideradas, após a leitura d'*O Bonde*, claramente críticas aos modos masculinos. Um bom exemplo encontra-se no texto “A juventude Coca-Cola”, escrito pela diretora do jornal, Ignez Martins, que ao tratar sobre a geração jovem da época e suas posturas - em suas palavras, um conjunto de “bonecos na mão da vaidade e do artificialismo” (*A Paineira*, Edição 05: 1-2) - não deixa de proferir críticas aos rapazes da ESAV.

O texto, escrito de forma erudita e crítica, censura o uso de gírias e palavras de línguas estrangeiras. Podemos perceber críticas que são direcionadas não só à “juventude” brasileira, como também um perceptível ato de censura aos rapazes da ESAV:

o campo para o abuso de palavras estrangeiras, quando em nosso vocabulário é bastante farto, até criações como “kar”⁷,

⁷ Em português, “elegante”.

provenientes da imaginação do Sr. Ibrahim Sued, encontram adepto, que por certo ficariam humilhados se desconhecessem o significado de tal palavra (cuja tradução até hoje não foi encontrada nas línguas civilizadas) (*A Paineira*, Edição 05: 1).

Este trecho passaria despercebido, não fosse o fato de que nos textos do jornal *O Bonde*, alguns dos escritos, carregam alto grau de estrangeirismos e gírias, como apontado por Martins, a exemplo de: “a amplitude de variação foi grande devido alguns acontecimentos muito **kar** e outros **very grossos**” (*O Bonde*, Edição 175: 3).

Neste e em outros momentos podemos ver uma vontade de mudança por parte do grupo feminino, que critica o grupo masculino e o seu respectivo modo juvenil de agir. Pela leitura das fontes, o que se constata é a exigência feminina por um desempenho masculino mais polido e por uma lógica de organização que emancipe ou pelo menos melhore a vivência das mulheres. Pode-se observar esta ideia claramente em um texto escrito por uma aluna que se identifica como “Minerva”, chamado “Coeducação”, no qual a autora reflete sobre a “educação de pessoas de sexos diferentes, em comum” (*A Paineira*, Edição 05: 3). Ela diz:

Para a coeducação numa escola, por exemplo, de nível superior, já se pressupõe que os alunos tenham certa formação moral que lhe permitirá ter atitudes convenientes com sua idade. Estaremos contribuindo para a coeducação promovendo o conhecimento necessário entre moças e rapazes através da amizade, do convívio diário, e não por meio exclusivo do namoro, como muitos de nossos jovens julgam. [...] Como pessoas de sexos diferentes, homens e mulheres pensam e julgam de maneira diferente, e apesar de propalar a fraqueza

da mulher, esta tem vontade própria e almeja a liberdade de seus pensamentos, tanto quanto os homens desejam a de seus atos (*A Paineira*, Edição 05: 4).

Outra situação em que fica clara a demanda de uma melhor educação dos homens é um texto de uma aluna identificada como “Sayonara”, no qual, ao falar sobre as festas organizadas pelos alunos da Agronomia, repreende alguns comportamentos assediadores masculinos:

às vezes aparecem senhores que se esquecem dos tempos modernos, onde a moça aprecia muito mais uma conversa amigável, do que os corriqueiros elogios à queima roupa, tão em desuso para qualquer mentalidade evoluída (*A Paineira*, Edição 03: 3).

É interessante notar o ímpeto crítico de Sayonara. Em outra edição, falando sobre o mesmo tema, censura um rapaz da seguinte forma: “a única nota chocante da festa é certo rapaz que até hoje não conhece o que é senso de humor, e não só ali, como em outros lugares, tem demonstrado sua enorme falta de ética” (*A Paineira*, Edição 04: 3).

Esta fala é um tiro que acerta o alvo. Na edição seguinte de *O Bonde* um rapaz que se identifica como “Strogof”, escreve um artigo intitulado “Ética e senso de humor”, em réplica ao artigo de Sayonara. Neste texto ele se defende e ataca a aluna de forma clara e agressiva, o que é acentuado pela forma culta e científica de escrita, conforme exemplificado pela frase inicial do texto:

Sayonara, um pseudônimo digno de uma pessoa deficiente em fosfatídeos que carecem de colina. [...] Em sua fuliginosa crônica destas quatro folhas mimeografadas que muitos cognominam de “A Paineira”, tentou em vão fubecar a minha pessoa, que por falta de sorte de sua parte é invulnerável a ataques de microrganismos patológicos, principalmente aos da família SAYNAREAE. Sua inexatidão ao empregar termos como ética e humor deixa bem patente a sua iconoclastia quanto aos princípios básicos de nossa linguagem. Qualquer membro da academia de letras, por mais néscio que seja, classificaria seus artigos como pútridos e tudo faria para sepultá-los, fazendo veemente apelo aos germes telúricos da decência para que exterminassem por completo esse mal, que por todos sabido, insensível a qualquer medicamento [...] (*O Bonde*, Edição 175: 3).

Uma característica marcante dos textos masculinos que se dedicam a criticar as moças é o alto grau de erudição, uso de palavras científicas, e metáforas altamente bem elaboradas. Pode-se pensar sobre a causa desta prática deliberada por parte dos alunos da Agronomia de se colocarem como superiores, produzindo textos que, na sua visão, as mulheres não teriam capacidade cognitiva de ler ou escrever. Embasamos essa ideia em trechos não raros do jornal, como o fragmento acima, no qual a forma de escrita d’*A Paineira* é criticada.

Ao longo do texto recheado de depreciações e de dúvida à capacidade cognitiva das alunas, podemos ver o modo como estes homens se entendiam superiores, detentores de todas as possíveis verdades e discursos decorrentes de quaisquer práticas que surjam.

Outro ponto de extrema relevância é a noção de emancipação da mulher que podemos acessar através das páginas d'*A Paineira*. O grupo de alunas da Economia Doméstica, a todo instante, nos apresentou uma forma de enxergar essa questão, que se estrutura em duas ideias: 1) o progresso da humanidade pede que a mulher tenha conhecimentos além dos que lhes eram dados normalmente. As mulheres devem assumir seu lugar, com ciência e conhecimento, a fim de guiar a pátria rumo ao progresso. E 2) a mulher, embora diferente do homem, possui as mesmas habilidades que ele. Foi-se o tempo em que uma mulher deveria apenas aprender tocar piano, cantar e ler poesia. A mulher da época (anos 1950) seria uma cientista, uma profissional a ser respeitada.

Para entender essas colocações se faz necessário um exercício de imaginar as estruturas sociais que estão por trás dessas falas. Em nossas fontes, pôde-se identificar uma estrutura semelhante que guia as opiniões de ambos os periódicos. Nota-se um forte nacionalismo, uma noção arraigada de progresso e de que novos tempos estão por vir, que se explica até mesmo pelo lugar onde estão: uma universidade pública, de ideologia utilitarista, influenciada pelos ideais estadunidenses (SIMÃO, 2016: 131-145). Esta universidade tem, desde sua origem, um forte compromisso com a economia brasileira; afinal, até os dias de hoje, uma das principais fontes de riqueza do Brasil é sua forte exportação de produtos agrícolas.

Podemos definir as dimensões da sociedade dos anos 1950 em poucas palavras, como nacionalismo/utilitarismo/progresso, que podem representar em certa medida os valores desse grupo de alunas. Entretanto,

não devemos ignorar o fator de unificação dessas ideias: a Economia Doméstica. Como se pode ver no seguinte trecho do artigo de Maria Lúcia Simonini, chamado "Influências das Ciências Domésticas na formação da mulher", os estudos femininos apareciam conectados a um todo maior, que é desejado para o bom funcionamento da sociedade:

De todas as responsabilidades da mulher, a maior e a mais séria, é a formação do lar. Grandes esforços e vasta soma de ideia deve a mulher dispensar para manter a integridade doméstica e fazer do lar um ambiente que convenha ao esposo e aos filhos. Visando facilitar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos ideais femininos, foi criada a escola superior de ciências domésticas, para fazer das mulheres verdadeiras educadoras no lar, na sociedade e no magistério. Sabemos que a sociedade de hoje exige do sexo feminino uma melhor colaboração nos vários setores da vida, a fim de valorizar o meio e combater, com armas eficientes, o egoísmo e a tendência para a desagregação da família. Cabe à mulher incentivar a caridade, a solidariedade e a justiça, levando, com a intenção que lhe é particular, à paz e à união do meio social (*A Paineira*, Edição 13: 1).

Como já dissemos várias vezes nesse artigo, uma das funções do jornal era dar voz às alunas e validar o lugar das Ciências Domésticas no meio acadêmico. Um campo disciplinar que estuda coisas relativas ao lar não é muito levado a sério nas nossas sociedades, nem hoje, nem naquele tempo. No entanto, podemos encontrar algumas estratégias sobre as quais essas estudantes se amparam para dar ao seu curso uma legitimidade. Suas estratégias são muito bem definidas dentro de suas argumentações, como

tratar de trazer o debate científico para o lar, o que não era uma questão de gosto, mas de necessidade. Vemos argumentos que cuidam de “alargar” o papel das mulheres, que buscam certa emancipação, não obstante em muitos momentos delegarem a elas um papel bem definido e pouco móvel.

Conclusão

Deste modo, constatam-se dois pontos principais. Primeiramente, pode-se apontar uma visão que começou a se fragmentar naquele momento, da noção do que é ser mulher e do que é ser homem. Refletindo sobre o caráter contingente das identidades de gênero, sobre como são pensadas em diferentes épocas e sobre o fato de que estão a todo o momento sofrendo novas formas de significação e construção, podemos perceber que, no período analisado, o discurso binário e compartmentado é presente nas definições e imagens que homens e mulheres têm de si mesmos.

Pode-se enxergar o início de uma mudança no *status quo* essencialista, marcadamente binário e excludente. Através das páginas de *A Paineira*, as alunas criticam os comportamentos excludentes e que buscam delimitar o espaço feminino em uma sociedade amparada sobre a hegemonia masculina. Nesse sentido, pode-se destacar o distanciamento de uma ideia segundo a qual o homem seria mais apto para desenvolver determinadas ações, como estar no meio acadêmico, exercer trabalho braçal, etc, enquanto a mulher estaria mais afeita ao trato do lar e da família, de maneira pouco crítica e bastante subserviente.

Em nosso texto, enxergamos um modo de agir que começa a ser formulado pela presença e ação do grupo feminino que ingressa na universidade. Notam-se algumas resistências por parte dos alunos homens da ESAVE, rebatidas pelo grupo feminino.

Deste modo, observa-se que a presença feminina, a criação do curso e a busca por afirmação das alunas criam um momento de tensão, em que são postas à prova as categorias que pensamos neste trabalho. Assim, vamos de encontro às ideias de uma consequência punitiva para os que desviam do esperado em sua performance de gênero e para o caráter contingente e performático destas categorias. Muito há de se enfrentar, como enfrentaram as alunas da ESCD, quando se deseja romper com práticas arraigadas no imaginário coletivo em busca de liberdade.

Referências

- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismos e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Atos performativos e constituição de gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *Caderno de leituras*, Belo Horizonte, n. 78, p. 1-16, 2018. Disponível em: <<https://chaodafeira.com/uploads/2018/06/>>. Acesso em: 06 maio 2021.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- BARDUNI FILHO, Jairo; FERRARI, Anderson; LOPES, Eduardo Simonini. Um jornal na fronteira: breves considerações sobre a produção de masculinidades no semanário estudantil “O Bonde”. *Margens - Revista Interdisciplinar*, Abaetetuba, v. 11, n. 17, p. 11-27, jul./dez. 2017.

Disponível em: <<https://www.academia.edu/35765098/>>. Acesso em: 06 maio 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. v. 1.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LOPES, Eduardo Simonini. “Espírito Esaviano” e cotidiano discente na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do estado de Minas Gerais. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 13, n. 1, p. 251-266, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/28177/15548>>. Acesso em: 06 maio 2021.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 65-98.

SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. *Ser mulher, “uma missão”*: A escola superior de ciências domésticas, domesticidade, discurso e representações de gênero (1948-1992). 2016. 267 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/ppghistoria//files/>>. Acesso em: 06 maio 2021.

Recebido em: 01/03/2021

Aceito em: 08/05/2021

“ESSE É MEU VERBO DE FRATERNIDADE”: QUESTÕES SOBRE FEMINISMO E EDUCAÇÃO PARA MULHERES EM MARIA LACERDA DE MOURA

“ESSE É MEU VERBO DE FRATERNIDADE”: QUESTIONS ABOUT FEMINISM AND WOMEN'S EDUCATION IN MARIA LACERDA DE MOURA

Kathleen Loureiro Santana Reis¹

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de relacionar a história da anarquista, intelectual e feminista Maria Lacerda de Moura aos movimentos internacionais parecidos, além de analisar de que forma as questões de educação e autonomia feminina aparecem na sua obra mais famosa intitulada *A mulher é uma degenerada*, republicada pela editora Tenda dos Livros em 2018. Para a discussão, apoiamo-nos nos estudos de Rago e Biajoli (2017) e Leite (1984), e, da leitura da obra de Moura, pudemos traçar como a luta emancipatória feminina no Brasil caminhava por diversas áreas, inclusive, contestando as teorias científicas e médicas que subjugavam as mulheres em posições ditas naturais de inferioridade intelectual e física.

Palavras-chave: Feminismo; Anarquismo; Educação; Maria Lacerda de Moura.

Abstract: This paper aims to relate the history of the anarchist, intellectual, and feminist Maria Lacerda de Moura to similar international movements, and to analyze how issues of education and women's autonomy appear in her most famous work entitled *A mulher é uma degenerada* (Woman is a

¹ Discente de graduação em História (licenciatura e bacharelado) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente é bolsista do Projeto de Audiovisual Cine-UFU/Dicult. Email para contato: kathleenloureiro@outlook.com. Endereço para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8090385393407698>.

degenerate), republished by Tenda dos Livros publishing house in 2018. For the discussion, we rely on the studies of Rago and Biajoli (2017) and Leite (1984) and from reading Moura's work, we were able to trace how the feminine emancipatory struggle in Brazil walked through several areas, including, contesting the scientific and medical theories that subjugated women in so-called natural positions of intellectual and physical inferiority.

Keywords: Feminism; Anarchism; Education; Maria Lacerda de Moura.

Introdução: “Se hoje somos, é porque antes outras já foram”²

Grandes discursos e teorias emergiram ao longo do século XIX. Muitos intelectuais estavam preocupados em entender como a consciência humana é construída, se haveria um fim certo e coerente para todas as revoluções que pipocavam desde o setecentos e quais os caminhos que os homens do oitocentos deveriam percorrer para alcançar o correto. Caminhos esses, realmente, percorridos por homens, aqueles que possuíam o falo, considerados os genes da genialidade e as ideias de que eram superiores intelectual, física e fisiologicamente. (SILVA, 2000: 10).

Não só as utopias foram forjadas pelas penas de homens do oitocentos, como também seu culto à masculinidade, a veneração pela força e virilidade do homem. Para autopromoção como centro do mundo, construíram um antagonista, que precisaria ser evitado e/ou destruído, o que Simone de Beauvoir vai denominar em *O Segundo Sexo* como o Outro, enquanto o Homem é o Absoluto e Sujeito (BEAUVIOR, 2016: 13). O Outro sexo seriam as mulheres e os homens que não correspondiam aos

² Título do comentário de Carolina O. Ressurreição, publicados na 4^a edição do livro *A Mulher é uma degenerada* de Maria Lacerda de Moura, org. e edição de Fernanda Grigolin. São Paulo: Tenda dos livros: 2018.

preceitos masculinos, rígidos e eretos, e teriam de ser ofuscados pelo grande falo dos Homens de verdade, aquele Homem com H, notadamente europeu, branco, heterossexual e burguês.

A hierarquia dicotômica central da modernidade é a relação hierárquica entre humano e não humano. A diferença fundamental para aqueles que poderiam ser considerados humanos ou não humanos era em função das noções de gênero masculino versus feminino, também dicotômico. Como escrito por María Lugones:

o processo de colonização inventou os/as colonizados/as e investiu em sua plena redução a seres primitivos, menos que humanos, possuídos satanicamente, infantis, agressivamente sexuais, e que precisavam ser transformados (LUGONES, 2010: 941).

Para alcançar a cunha de ser ser-humano, os colonizados deveriam aceitar a civilização por meio dos papéis do que é ser mulher e o que é ser homem. Esses papéis eram teorizados, tratados e referenciados nas ciências biológicas, médicas e antropológicas em quase todos os cantos europeus formais do século XIX e início do XX.

Apesar da tendência fortíssima no discurso hegemônico sobre a masculinidade se referenciar aos homens burgueses, no bloco de esquerda, ainda que revolucionário, as mulheres trabalhadoras e pobres também sofriam com o silenciamento constante por seus companheiros de fábrica (no caso urbano) ou de lavouras (no caso rural). As mulheres que investiam

em trilhas acadêmicas também tinham de lidar com os processos de apagamento de suas obras, falas e pensamentos.

A militância anarquista, desde o século XIX, engajava-se fortemente nas relações sociais e trabalhistas, fundando sindicatos, organizando atividades culturais, construindo calendários de greves e paralisações de oficinas. Eram responsáveis por disseminar ideias contra a ordem burguesa, o capitalismo, o clero e o Estado. Entretanto, nesse meio também não escapavam as interpretações e ações machistas e de ódio em relação às próprias mulheres do movimento (RAGO, 2017: 16).

O anarquista Joseph Proudhon (apud MAIA, 2016: 20) escreveu o artigo *Crônica estrangeira: As mulheres-autor*, publicado no Brasil transscrito pelo jornal francófono *Courrier du Brésil* no Rio de Janeiro na década de 1850, no qual o autor indicava que as mulheres não teriam capacidade intelectual para escrever e que, mesmo que pudessem, não conseguiriam evoluir à altura da intelectualidade masculina. As outras que de alguma forma alcançaram sucesso nas letras e na ciência foram por acaso, por plágio ou por acidente. Para o anarquista, mesmo tendo fama, as mulheres deveriam continuar seguindo suas vidas humildes, abaixo da inteligência do homem.

O exemplo de Proudhon revela, como já indicado, que, mesmo de teor revolucionário, os ambientes de esquerda e anticapitalistas não foram capazes de acomodar as mulheres e suas questões referentes às suas experiências de vida. Dessa maneira, dentro do movimento anarquista já no século XX, mulheres se uniram para garantir não apenas a desapropriação

de indústrias e terras, como também dos preceitos machistas dentro do movimento revolucionário, que se negavam a aprender e a ouvir mulheres.

Muitos grupos autogeridos por mulheres e para mulheres começam a se formar na Europa e, inclusive, no Brasil. São exemplos a Organização anarcofeminista *Mujeres Libres*, na Espanha, e a *Federação Brasileira para o Progresso Feminino* e a *Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher* no Brasil, além da obra anarcofeminista produzida por Maria Lacerda de Moura, que será tratada mais para frente.

O presente artigo pretende abordar *A Mulher é um Degenerada* e analisar de que forma a autora escreve os assuntos sobre educação, maternidade e feminismo no Brasil do início do século XX, além de comparar com as falas de outras militantes e intelectuais que dialogavam com Moura.

“Transmitir, transformar e transgredir”

Se a questão do apagamento das teorias da esquerda revolucionária, em especial aos ideais anarquistas, está sendo muito comentada por pesquisadores libertários homens e mulheres mundialmente, pesa ainda mais para as mulheres as relações com o apagamento feminino dentro desses espaços. Como tratado no texto de introdução do livro *Mujeres Libres da Espanha: Documentos da Revolução Espanhola* (2017), escrito por Margareth Rago e Maria Clara Pivato Biajoli, a história da Revolução Espanhola apagou quase por completo o envolvimento da Organização *Mujeres Libres* e suas experiências sociais e culturais dentro da sociedade

espanhola que promoveram a luta contra “a ignorância, a opressão e o silêncio em que viviam as mulheres espanholas” (RAGO; BIAJOLI, 2017: 15), sobretudo as mulheres das camadas mais baixas, junto às quais o grupo atuou.

A Organização começa suas atividades em abril de 1932, ainda antes da guerra civil, e tem como fundadora principal a jornalista e poeta Lucía Sanchez Saornil, que nasceu em Madri, no ano de 1895. Trabalhou na Companhia Telefônica de Barcelona, participou de diversas greves, de orientação anarquista, e aderiu à CNT – Confederação Nacional do Trabalho. Essa adesão traz para a jornalista a oportunidade de publicar seus textos sobre emancipação feminina em jornais da época.

Outra representante é a advogada Mercedes Comaposada, que nasceu em Barcelona em 1901, filha de um sapateiro anarquista. Ao longo de sua trajetória enquanto advogada, participou da CNT e notou, com suas experiências em cursos destinados aos trabalhadores, que havia uma dificuldade imensa dos homens em aprenderem e ouvirem as mulheres enquanto elas tentavam lecionar. A partir disso, diversas vezes encontrou-se com Lucía Saornil para debaterem sobre a questão feminina dentro do anarquismo e, observando a ausência de tal, acordaram em promover encontros e debates que seriam frequentados pelas próprias mulheres. A médica-pediatra Amparo Poch y Gascón também participou da criação inicial da Organização. Em seus textos publicados pela revista *Mujeres Libres*, tratou sobre questões da maternidade consciente, defendia o amor

livre e era totalmente crítica aos ideais burgueses, rígidos e castradores para as mulheres (RAGO; BIAJOLI, 2017: 15).

O grupo se iniciou pequeno, porém logo ganhou forma e mais integrantes espalhadas pela Espanha inteira. Grupos locais, assim como o principal, desenvolviam e ofereciam em institutos e casas chamadas *Mujeres Libres* cursos de capacitação profissionalizante e educação formal. As disciplinas aplicadas em vários desses espaços eram: aritmética, geografia, história, literatura, contabilidade, ciências naturais, idiomas, desenho, formação de secretárias, enfermagem e mecânica.

Além de promover eventos e meios práticos de participação cultural e política para inserir, especialmente, as mulheres operárias e analfabetas nos espaços de direito político e social, *Mujeres Libres* tinha a ideia de “despertar a consciência feminina para as ideias libertárias”, sendo possível que essas mulheres se desvinculassesem e se desapropriassem dos ideais capitalistas, burgueses e do obscurantismo religioso. Onde criassem de maneira autônoma, anti-hierárquica, relações solidárias e de companheirismo, entre si mesmas e entre os companheiros da luta anticapitalista e, posteriormente, antifascista (RAGO; BIAJOLI, 2017: 19).

A revista que carrega o mesmo nome que a Organização, *Mujeres Libres*, era gerida, editada e escrita apenas por mulheres e tratava de temas relativos às questões femininas, como maternidade, matrimônio, infância, trabalho, questões de gênero. Textos de Maria Lacerda de Moura, que muito produziu no Brasil sobre as liberdades e as emancipações femininas, foram referidos em alguns volumes da revista. Inclusive, houve no volume

10 uma nota referente à prisão de Moura durante o período do governo de Getúlio Vargas. As mulheres, em especial de ideais anarquistas, tentavam formar grupos transnacionais e enviavam correspondências, análises, livros, entre outras produções para fomentar a discussão sobre emancipação, autonomia, mulheres e anarquismo. É o caso do contato que Maria Lacerda de Moura teve com a anarquista ítalo-uruguaia Luce Fabbri.

No Brasil, as discussões de emancipação feminina também emergiram fortemente no início do século XX. A questão da institucionalização do voto feminino foi bastante requerida por diversos grupos locais ditos femininos, mas nem sempre feministas, como o grupo feminino de Júlia Lopes de Almeida, e grupos federais que, no caso de Moura, foram alinhados a causas mais revolucionárias ou reformistas.

Uma representante bastante conhecida é Bertha Lutz, que durante muito tempo tomou a frente das *Ligas pelo Progresso Feminino* e pôde lutar diretamente pela conquista do direito ao voto feminino durante o ano de 1932. O sufrágio feminino, sendo assim, era uma questão central para as mulheres de classe média e classe média alta nos anos 1920 e 1930, mesmo que essas lutas tenham seus inícios ainda nos anos de 1890. Entretanto, a radicalidade que propunha Maria Lacerda de Moura, com o rompimento total com a Igreja e com o avanço em outras áreas que não apenas a político representativa, fez com que Lutz (e as ligas de emancipação) e Moura também tivessem de romper entre si.

Em seu livro, *A Mulher é uma Degenerada*, publicado pela primeira vez em 1924, Moura lança aos leitores:

De que vale a igualdade de direitos jurídicos e políticos para meia dúzia de privilegiadas, tiradas da própria casta dominante, se a maioria feminina continua vegetando na miséria da escravidão milenar? (apud LEITE, 1984: XVII).

Assim como *Mujeres Libres* na Espanha, Maria Lacerda de Moura também evocava para as liberdades femininas, de maneira ousada, que estava contra o discurso hegemônico machista, religioso, ultraconservador, e, também, capitalista.

Ao longo das primeiras páginas de *A Mulher é uma Degenerada*, é possível compreender como a autora, depois de muito aplaudir, percebe que as demandas das mulheres burguesas não são suficientes para suprir todas as necessidades das mulheres operárias, e, portanto, como dito por Isabel Silva em um artigo para o jornal *A Plebe* em 1923, “E eu, como mulher, combatia essa campanha pois aspiro a minha integralização nos direitos sociais, mas a quero completa e de facto” (apud LEITE, 1984: 40), um ano antes da publicação do livro. Um longo ano para Maria Lacerda rever seus conceitos e lançar um ensaio-manifesto sobre as questões femininas.

“Esse é meu verbo de fraternidade”: não se reforma, revolucionar-se.

Maria Lacerda de Moura nasceu em maio de 1887 e morreu aos 57 anos em março de 1945, mudou-se da fazenda Monte Alverne, em Manhuaçu, para a cidade de Barbacena aos quatro anos de idade com sua família. Seu pai trabalhava em um cargo oficial do Cartório de Órfãos e sua mãe era doceira. A educação formal de Moura ocorreu entre a escola de

freiras do Asilo de Órfãos da cidade e depois a Escola Normal Municipal de Barbacena. Iniciou sua vida profissional como professora (1908) e jornalista (1912) e participou ativamente das campanhas contra o analfabetismo da cidade de Barbacena.

Ao longo de todos os anos que viveu em Barbacena, até seus 34 anos, publicou crônicas e realizou conferências em torno da questão da educação. A visibilidade que ganhou com escritores e jornalistas do eixo Belo Horizonte – São Paulo – Juiz de Fora – Rio de Janeiro proporcionou para ela a oportunidade de se mudar para São Paulo em 1921. Na cidade grande, entra em contato com inúmeros grupos feministas e femininos e, a partir desse momento, se detém a escrever sobre as mulheres e as questões que permeiam suas sociabilidades.

Em 1928 muda-se para o município de Guararema e lá estabelece com outros companheiros e companheiras uma fazenda autossustentável e de autogestão até o ano de 1938, onde, desde 1935 sofria diversos atentados, invasões, apreensão de livros, denúncias, prisões e deportações pela política e polícia repressiva de Getúlio Vargas. Foi nessa época que suas obras alcançaram maior maturidade e produção, envolvendo as questões da emancipação da mulher e da luta anticapitalista. Em 1938 retorna ao Rio de Janeiro e começa a deixar de lado as escritas e estudos revolucionários, dando espaço para os estudos sobre ocultismo e horóscopos (LEITE, 1984: VIII-XI).

Seus escritos tinham cunho anarquista, feminista e pacifista. Precursora do anarcofeminismo, foi muito lida por intelectuais, militantes e

escritores tanto do Brasil quanto do exterior. A autora publicou mais de vinte livros, entre eles: *Renovação* (1919), *A mulher e a maçonaria* (1922), *A fraternidade na escola* (1922), *A mulher é uma degenerada* (1924), *Religião do amor e da beleza* (1926), *Amai e... não vos multipliqueis* (1932), *Fascismo: filho dileto da igreja e do capital* (1933), e todos tratavam de oposições aos discursos hegemônicos da época, lutando contra o obscurantismo religioso, contra os estereótipos femininos e contra os ideais burgueses. Foi editora da revista *Renascença*.

Além das lutas anticapitalistas, antifascistas e anticlericais, se dedicou à luta antiespecista³, optando por seguir uma vida vegetariana. E apesar de ser lida durante sua época, hoje em dia sua obra é bastante rara, e apenas alguns dos seus escritos foram reeditados e republicados, com muito esforço inclusive por coletivos anarquistas e feministas.

Seus ideais também eram bastante sensíveis. A autora coloca na introdução do livro *A mulher é uma degenerada*, que seu verbo é a fraternidade, no sentimento de que é preciso criar laços entre os seres humanos para que o bom e justo prevaleça frente às investidas individualistas e capitalistas. Idealizava, na verdade, um individualismo que respeitaria o coletivo e um coletivo que não apagasse as vontades e a liberdade individuais, uma linha tênue possível.

³ Maria Lacerda de Moura criticava o capitalismo, o industrialismo e também como os “animais irracionais” eram explorados e vitimados por conta de um sistema que prezava a tecnociência moderna que se opunha à vida. Na obra *Civilização – Tronco de escravos*, de 1931, Moura busca analisar de que forma os interesses industriais são um atentado à vida e fisiologia dos animais sadios.

Tratando sobre uma dor que é sentida de maneira Universal, tal qual a fraternidade precisava ser cultuada, a autora sinaliza que a “escravidão” das mulheres não será resolvida com a religião ou com a política, é necessário que se quebrem as velharias inúteis para recriar um mundo completamente novo (MOURA, 2018: 13). Para as mulheres deixarem de ser escravas, precisavam de educação formal e aprender a serem fraternas com o mundo e entre si. E esta fraternidade nada tinha próximo de uma fraternidade religiosa, que é descartada por Moura, que dizia o quanto a ideia de caridade estava vinculada com os ideais burgueses (MOURA, 2018: 14). Ao longo do livro é possível perceber como as questões que cerceavam os homens que escreviam as teorias utópicas sobre socialismo e anarquismo aparecem também para Maria Lacerda de Moura.

O livro foi intitulado *A mulher é uma degenerada* como referência à obra do psiquiatra Miguel Bombarda, *A epilepsia e as pseudos-epilepsias*, publicada no ano de 1892, que traz consigo o seguinte trecho sobre a degeneração da sociedade:

A mulher é uma degenerada!... Só o óvulo a salva. Se alguma vez pela energia do espírito a mulher consegue levantar-se, é só depois que a vida sexual tem cessado; só então também a sua organização física tende a aproximar-se da do homem... E é por isso que, desde muito penso que depois da menopausa a mulher é um homem (apud GRILLO, 2015: 220).

O livro inteiro de Moura tenta rebater essa tese e de outros cientistas da época que entendiam que as mulheres eram degeneradas e inúteis para a

sociedade, a não ser para procriação. Os capítulos analisados a seguir neste artigo são os capítulos *1 - A Mulher é uma Degenerada* e *2 - Das vantagens da educação intelectual e profissional da mulher na vida prática das sociedades*. Segue com mais cinco capítulos, totalizando 265 páginas de rebeldia e contestação da ordem social, como dito pela própria anarquista.

A mulher é uma degenerada, (ou as teorias que inventaram para deslegitimar mulheres)

Maria Lacerda de Moura, como ela própria sinaliza ao começar o livro, não tem legitimidade de cientista, porém movimenta diversos trabalhos em português e outras línguas para provar o que quer dizer:

É uma série de reflexões, e, como não tenho a autoridade do cientista senão as minhas leituras e as observações de cada dia – preciso apoiar-me nos cientistas.

Não roubo: não faço como aqueles que não citam por quanto copiam... Não sigo o exemplo numeroso dos tais cientistas que nos dão como se fossem de primeira mão – teses muitíssimo nossas conhecidas. Reivindico os meus direitos: o que é meu – é muito meu (MOURA, 2018: 17)⁴.

A autora começa o primeiro capítulo citando a fala de Bombarda e complementa com a opinião do médico escrevendo que ele sentia que era ridículo “qualquer esforço em prol da independência da mulher e de sua elevação até o homem” e que seria bom se todas as mulheres que

⁴ Ao longo deste trabalho, ao realizar as citações diretas escolhemos manter a grafia original encontrada no livro, por este motivo, algumas grafias de palavras podem estar fora do acordo ortográfico exigido.

pensassem em emancipação fossem esterilizadas. Em resposta, de maneira quase irônica, Moura escreve sobre a possibilidade de a humanidade desaparecer, como são tantas mulheres em busca do caminho da liberdade (MOURA, 2018: 19).

Na primeira parte, intitulada *A mulher é uma degenerada*, a autora se detém em falar sobre os problemas que as mulheres têm em si mesmas que não as deixam seguir para a emancipação total: as mulheres, para Lacerda de Moura, são totalmente cômodas e suas ações são de harmonia, amabilidade e para condizer com os discursos de seus maridos.

Segundo o texto, é necessário que as mulheres deixem esse discurso protetor e patriarcal, para que possam se desamarrar e pensar por conta própria. Aqui podemos fazer uma ponte com o modo como Virginia Woolf trata do tema em *Um teto todo seu* (2014), de acordo com o qual as mulheres devem matar “os anjos do lar”. Dessa maneira, as mulheres não precisariam se sentir obrigadas a serem amáveis, recatadas e do lar. As mulheres não precisariam se despropriar de seus caprichos, de seus luxos, de seus sonhos. Atuariam como feministas e avançariam sobre os empecilhos do mundo moderno, urbanizado e capitalista, que além de tudo, trouxe uma temível frente disciplinadora e controladora.

Outro tópico que se segue trata da “degenerencia” e da “esterilidade” (MOURA, 2018: 22-29), dois conceitos que foram aplicados apenas para as mulheres. A autora discute quais os pressupostos que serviram de base de afirmação do discurso antifeminista que atribuía às mulheres a degeneração da espécie, mas ignorava as ações que os homens faziam em relação ao uso

de drogas, à violência e à exclusão machista. A partir disso, Lacerda de Moura (2018: 27):

Para a mulher – restam apenas: a inconciencia, a fraqueza sem defesa, a maternidade com o seu cortejo de dôres e amargura e o jugo masculino. E vae tudo muito bem. E ai daquela que protesta, ai daquela que tem coragem de dizer algo fóra das normas estabelecidas (...)

Não trato de mim: reivindico os direitos do meu sexo, de todas as mulheres. Além de tudo o ter filhos – não deve, não pôde impedir de pensar. Não são causas incompatíveis.

Para Bombarda, a esterilização feminina estava completamente ligada à educação que as mulheres recebiam, ou seja, quanto menor a educação, menos chances de não procriar a espécie, sendo assim, a maior parte das mulheres esterilizadas deveriam ser de camadas mais populares. Maria Lacerda rebate veementemente essas colocações e ainda esboça sobre a maternidade livre, a escolha de uma mulher de ser mãe, de amar o fruto de seu ventre e da possibilidade, inclusive, de não casar nem ter filhos. Em outros tópicos, a autora vai tratar sobre o ser mãe, que não impede a formação intelectual e vice-versa. Ser mãe é uma missão relacionada à toda a humanidade, porém, não é preciso submeter as mulheres à maternidade em troca de suas liberdades intelectuais.

Nos próximos tópicos *Das Raças e da sua Pureza e Doliccefálos e Braquicefálos*, Moura se orienta a partir de várias teses científicas e antropológicas e propõe a discussão sobre a existência de uma “raça pura”, já que no livro de Bombarda, as mulheres degeneradas estão sujando essa

mesma “raça pura”. Ao longo das páginas, a autora mostra como diversos cientistas já provaram que o tamanho do cérebro, de membros e a cor não significam mais ou menos inteligência, portanto, é impossível falar que mulheres são menos inteligentes que homens por terem um cérebro menor. E, para a autora e suas referências, não existe uma raça ariana, pois cita que existe, na realidade, “tantas observações contra antropologia das 'raças'" (MOURA, 2018: 38). Isto posto, como seria possível um mundo em que as mulheres poderiam causar algum atraso em relação à teoria de uma raça pura, que cairia por terra a partir de outros experimentos científicos?

Para a autora, o que irá conduzir mais ou menos a inteligência de um ser humano é o meio. As atividades que o cérebro desenvolve são capazes de evoluir o corpo humano e sua sabedoria, portanto, um cérebro que é inativo por razões externas, estará atrofiado. Dessa forma, ela defende que as mulheres não são inferiores, elas estão inferiores por uma questão autoritária e superior do homem, que prega o protetorado e o patriarcado (MOURA, 2018: 41).

Nos tópicos que seguem o capítulo *Só o ovulo se salva no grande desastre*, Maria Lacerda retoma alguns pontos escritos por Bombarda e defende que não é possível que a natureza tenha errado e criado apenas um ponto que se salve no corpo inteiro de uma mulher. Há uma discussão sobre o papel dos pais para o desenvolvimento do embrião, e é interessante perceber como essas discussões sobre genética ainda não estavam tão bem desenvolvidas no início do século passado.

A parte fundamental desse capítulo consiste em como, a todo instante - tal qual em pontos anteriores -, Moura retoma a questão de que a mulher não é inferior, mas está em posição discursiva inferior, a partir da domesticação que o homem lhe impôs e das futilidades e devaneios com que entram em contato. Outro ponto a se destacar, enfatizado repetidamente pela autora, são as falas de que, para que a espécie não entre em uma degeneração, a mulher precisa ser fundamentalmente educada - acepção que assume teor diferente do modelo proposto por Bombarba.

Para a autora, o impedimento que a mulher tem para evoluir tal qual o homem é a ideia construída de que ela precisa de uma proteção, de que não irá conseguir superar obstáculos sozinha, e para as burguesas, que se acomodam com seus caprichos (MOURA, 2018: 46-50). Segundo Moura, a mulher foi escrava do homem durante muito tempo na história da humanidade e é impossível que tenha desenvoltura de um homem livre, porém, é necessário que se caminhe mesmo que cambaleando. Sendo assim, a falta de “vigor cerebral” nasce diretamente de tantos séculos de escravidão e da falta de educação.

Os homens têm tido por objetivo conservar a irresponsabilidade feminina, a eterna futilidade do sexo, porquanto assim é mais fácil comprá-la com bonbons e rendas e leques e perolas (MOURA, 2018: 60).

No final do capítulo, a autora sintetiza que as mulheres que são exceção provam que muitas outras podem seguir o mesmo caminho: “a exceção é a confirmação de uma lei desconhecida para o cientista”

(MOURA, 2018: 60). No jugo da escravidão, a mulher buscou sua lógica e seu raciocínio, todavia, percebeu que não conseguia andar, por isso, a autora defende a educação formal e profissional para as mulheres.

O próximo capítulo discorre sobre as vantagens da educação das mulheres e se inicia com uma discussão bastante importante até para os dias de hoje:

o homem é homem antes de ser pai (...). E por que razão nos dizem com arrogância axiomática: a mulher nasceu para esposa e mãe, para o lar? Si o homem, socialmente falando, tem fins a preencher independente do sexo, a mulher não menos, é claro (MOURA, 2018: 70).

Ao longo de todo o capítulo, a autora vai debater como as mulheres primeiro são estereotipadas enquanto mães e esposas, para depois serem tratadas como mulheres e por fim seres humanos. Na frase acima é muito visível como a discussão sobre a existência está posta, o livro inteiro de Moura é sobre como tornar a sociedade um lugar melhor e justo em relação às desigualdades sociais causadas pelo capitalismo. E é a partir da educação – para todos os gêneros – que isso irá acontecer.

A educação pode então ser definida: o aperfeiçoamento de todas as qualidades e faculdades tendentes a um fim social sempre melhor em vista do futuro; o completo desenvolvimento da individualidade para a expansão, para a plenitude de toda a nossa vocação (MOURA, 2018: 71).

Um dos pontos, já discutidos, para defender a educação para as mulheres é sobre a questão de as mulheres não serem um caso perdido: “a mulher é um atrasado pedagógico. Não é mentalmente anormal” e “a mulher é fisiologicamente diferente do homem – não inferior” (MOURA, 2018: 73-75). A partir dessas frases, é possível compreender como a autora também se apropriou dos discursos vigentes para defender sua tese de educação feminina.

Apesar de radicalmente querer acabar com a sociedade que torna as mulheres escravas e que explora o trabalhador, Maria Lacerda de Moura, assim como outros e outras do século XIX e início do XX, acreditava na ciência, no entanto questionava o teor progressista e a tecnociência de uma educação científica libertária, prezando a fraternidade, a natureza, que salvaria a humanidade da degeneração e das doenças. Era assim que baseava suas ideias nas suas obras mais maduras, para a autora:

Si a inteligência feminina se desenvolver pela educação – a espantosa faculdade de reprodução (da brasileira por exemplo) se regulará para dar logar ao desenvolvimento do cérebro. E haverá mais higiene, mais saúde, menos mortalidade infantil (...) (MOURA, 2018: 77).

Maria Lacerda finaliza seu capítulo depositando na educação a importância emancipatória das mulheres, que sairão dos seus estados de escravidão, que atrasa todas e que também atrasa a humanidade. E é a partir da instrução da mulher que será possível o combate ao capitalismo, à burguesia, ao industrialismo, a partir “dos idealistas de nova ordem social”

(MOURA, 2018: 88). A criança e a mulher, segundo a autora, são os grupos mais prejudicados do capitalismo, e quando esses notarem suas posições na sociedade e modifiquem seus estados, todo o mundo poderá girar em prol do bem comum (MOURA, 2018: 89). Para a anarquista, uma mulher instruída não é uma mulher explorada.

Algumas considerações: “Vamos mais longe!”

No início do primeiro capítulo, Moura rebate Bombarda:

Considera “ridículo” qualquer esforço em prol da elevação da mulher até o homem. De que elevação se trata?... O que se vê hoje, é uma mediocridade alarmante por parte do ‘sexo alto’; nem um vislumbre de mentalidade, cousa alguma que provoque desejo de imitação. Pelo contrário. E si a mentalidade masculina norma, comum, tivesse algo de consciente, certamente a mulher não estaria tão ignorante, tão atrasada. Pelo lado moral?... creio bem que não é disso que trata o sr. Bombarda. Demais, é muito medíocre o anseio de ser igual ao homem.... de reivindicar os seus direitos, dentro desta organização social de escravos e máquinas a serviço da mediocria e do industrialismo. Vamos muito mais longe (MOURA, 2018: 20).

A autora durante muito tempo se deteve em estudar as questões femininas, o antifeminismo e a importância da educação para as mulheres. Escrevia em uma época na qual a modernidade corria pela maioria dos corredores intelectuais do país e os bondes disciplinadores e da higienização social selecionavam quais mulheres mereciam troféus de comportamento adequado. A moral e os bons costumes ditavam quais

teriam as doenças, como a histeria, porque os homens utilizavam diversos códigos que catalogavam a loucura feminina, além de indicar as degeneradas.

Na discussão que a autora faz sobre a esterilidade, ela escreve como era um tema majoritariamente apontado para as mulheres, sendo elas responsáveis pela não concepção. Por outro lado, diferentes mulheres eram obrigadas à esterilização, por conta de sua classe, cor, grau de instrução.

Maria Lacerda de Moura pregava uma revolução, era idealista e acreditava que as mudanças iriam acontecer fora da institucionalidade, da política representativa, dos partidos políticos engessados numa construção de Estado. Para a autora: “não há emancipação feminina sem emancipação humana”, era necessário a criação de uma nova sociedade.

De maneira geral, podemos indicar que as posições tomadas por Moura foram fundamentais para traçar um caminho possível de existência feminina nas primeiras décadas do século XX, que propôs o rompimento com o patriarcado, com a exploração capitalista e o anti-especismo.

Referências

- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo – Fatos e Mitos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. I.
- LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.
- LUGONES, María. Rumo ao Feminismo Descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 2014. (Trabalho original publicado na revista *Hypatia*, v. 25, n. 4, 2010)

MAIA, Ludmila de Souza. *Viajantes de saias: gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX)*. 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/305705/1/Maia_LudmiladeSouza_D.pdf>.

RAGO, Margareth; BIAJOLI, Maria Clara Pivato. *Mujeres Libres da Espanha: Documentos da Revolução Espanhola*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017.

SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, online, v. 20, n. 3, p. 10, 2000.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução de: Bia Nunes de Souza. 1. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

Fonte

MOURA, Maria Lacerda. *A Mulher é uma degenerada*. Organização e edição de: Fernanda Grigolin. 4. ed. São Paulo: Tenda dos livros, 2018.

Recebido em: 04/03/2021

Aceito em: 06/05/2021

OLÍVIO/FELÍCIO: DE PORTUGAL À ÁSIA E DE VOLTA: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA NATUREZA EM *LUSITÂNIA TRANSFORMADA* (1607)

OLÍVIO/FELÍCIO: FROM PORTUGAL TO ASIA AND BACK: AN ANALYSIS OF NATURE's REPRESENTATION IN *LUSITÂNIA TRANSFORMADA* (1607)

*Fabio Wroblewski Filho*¹

Resumo: Este artigo objetiva analisar de que forma Fernão Álvares do Oriente, autor português do século XVI, caracteriza a natureza asiática em sua obra mais famosa, *Lusitânia Transformada* (1607). Em primeiro lugar, há uma breve descrição de aspectos biográficos do autor, assim como dos aspectos formais e literários de *Lusitânia Transformada*. O pensamento do geógrafo humanista francês Eric Dardel é utilizado, em seguida, como principal referencial teórico para a análise proposta, considerando suas contribuições acerca da subjetividade presente no espaço geográfico. Enfim, o artigo explora como o livro de Fernão Álvares pode ser interpretado como um manifesto contra as expansões marítimas que guiam Portugal em sua época.

Palavras-Chave: Fernão Álvares do Oriente; *Lusitânia Transformada*; expansão marítima; Império Português.

Abstract: This article aims to analyze how Fernão Álvares do Oriente, a Portuguese author from the sixteenth century, describes Asian nature in his most famous work, *Lusitânia Transformada* (1607). In the first place, there is a brief description of biographical aspects of the author, as well as the formal and literary aspects of *Lusitânia Transformada*. The thought of the

¹ Discente da graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail para contato: fabtt2010@hotmail.com. Endereço para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6297433660847580>.

French humanist geographer Eric Dardel is used then as the main theoretical reference to the proposed analysis, considering his contributions concerning the subjectivity present in geographical space. At the end, the article explores how Fernão Álvares' book may be interpreted as a manifesto against the maritime expansions that guided Portugal at his time. **Keywords:** Fernão Álvares do Oriente; *Lusitânia Transformada*; Maritime expansion; Portuguese Empire.

Comme le voyageur qui navigue entre les îles de l'Archipel voit la buée lumineuse se lever vers le soir, et découvre peu à peu la ligne du rivage, je commence à apercevoir le profil de ma mort (YOURCENAR, 1951: 13).

A singularidade de Fernão Álvares do Oriente

O topos do *locus amoenus* está presente na literatura desde a Antiguidade, designando a criação de um lugar seguro fora do espaço e do tempo, essencialmente onírico e tranquilo, no qual os personagens podem encontrar um refúgio temporário, retornando, então, para a realidade renovados (MULINACCI, 1996). A presença desta geografia lírica é, simultaneamente, o que alinha *Lusitânia Transformada* (1607), de Fernão Álvares do Oriente, a outras obras produzidas no mesmo contexto e o que a singulariza, tendo em vista que o topos é utilizado em uma estratégia narrativa que subverte sua função tradicional. Assim, a obra é identificada ao pastoralismo, maneirismo ou bucolismo quinhentista português (FINAZZI-AGRÓ, 1978; MULINACCI, 1976), mas se destaca pela presença de elementos que situam a narrativa em um contexto histórico definido, subvertendo a liricidade própria ao *locus amoenus*.

A contextualização do autor se faz essencial não apenas para que possamos entender a partir de onde e quando surge sua produção, mas também devido ao caráter autobiográfico que permeia a *Lusitânia Transformada* (AUGUSTO, 2013), característica comum em obras de caráter bucólico. Fernão Álvares, chamado do Oriente, nasceu provavelmente em Goa, por volta de 1530. Serviu à Coroa em diversas missões bélicas, sendo um dos poucos sobreviventes da batalha de Alcácer-Quibir (1578) e tomado prisioneiro. Seus dados biográficos são muitas vezes incertos. Estima-se que morreu nos primeiros anos do século XVII, considerando que a publicação de sua obra foi póstuma, como atestado pelo prólogo, escrito pelo livreiro Domingues Fernandes (MULINACCI, 1996; FINAZZI-AGRÓ, 1978).

A principal obra de Fernão Álvares do Oriente, *Lusitânia Transformada*, foi publicada em 1607, dirigida ao capitão-mor e governador de Ceuta, Dom Miguel de Menezes, com licença do Supremo Conselho da Santa Inquisição. Sua estrutura interna, assim como seu conteúdo, é fragmentada, o que impossibilita uma descrição ou resumo que a une em uma linha geral. Finazzi-Agró (1978: 79) argumenta que a obra mais parece uma justaposição de episódios que uma narrativa única. Para além dos episódios narrados em prosa há também segmentos em verso. Forma, portanto, uma estrutura em geral dividida em três livros, subdivididos em *prosas* separadas por momentos poéticos. Formalmente, o livro alinha-se a uma tradição bucólica, pastoril, sobretudo pela presença de alusões à natureza e pelos problemas de ordem sentimental.

Em relação ao conteúdo, as narrativas convergem na figura de Felício, chamado de Olívio quando no Oriente, que decide narrar sua jornada de desventuras amorosas e o epifânico retorno a Portugal, o *locus amoenus* da obra. Olívio nasceu em Goa e teve a formação marcada tanto pelo estudo das letras quanto das artes bélicas. Episódios de sua vida são permeados pela narração de suas viagens pelo “Oriente”, um grande espaço poucas vezes especificado. Cumpre notar desde já que a ambientação é um aspecto fundamental a ser tratado, essencial para a caracterização das narrativas bucólicas, e que será explorado com mais profundidade posteriormente.

Por agora devemos nos atentar à singularidade da obra: seu caráter histórico explícito. Como já apresentado, *Lusitânia transformada* é uma obra pastoril, categoria recebida sobretudo pelo uso do topos do *locus amoenus* e da onipresente lírica natural. No entanto, esta poética encobre uma preocupação política do autor com o seu tempo. Fernão Álvares utiliza os recursos bucólicos tradicionais para apresentar suas críticas em relação aos rumos de Portugal, desenvolvendo uma dialética entre ficção e realidade que aprofunda a forma literária escolhida (FINAZZI-AGRÓ, 1978: 80-81). O espaço de refúgio do protagonista não pertence a uma dimensão fora do espaço e do tempo, pelo contrário, é geograficamente determinado, é Portugal. Este aspecto contrasta com outras obras do cânone pastoril, como aquelas produzidas por Francisco Rodrigues Lobo no mesmo momento (CRISTÓFANO, 2010). Outra subversão da tradição levada a cabo pelo autor, como assevera Mulinacci (1976: 7), é a posição

do *locus amoenus*, que deixa de ser um ponto de partida de um indivíduo renovado para ser o ponto de chegada, o local de um exílio voluntário do mundo tal como ele se apresentava naquele momento. O espaço de Felício, que muda de nome como forma de indicar que é um homem novo e agora se sente feliz, é uma alternativa ideal. O percurso, externo e interno, de Olívio/Felício é uma característica comum das narrativas bucólicas, como apresenta Augusto (2013: 199). Contudo, se em outras obras o destino final é a impossibilidade da felicidade sem amor, Fernão Álvares do Oriente inova ao apresentar uma substituição do amor humano pelo amor divino, e sua consequente realização em um espaço pastoril e religioso.

A identificação de Portugal como o *locus amoenus* na obra indica uma crítica do autor à situação enfrentada pelos lusitanos à época. Mulinacci (1976: 8) argumenta que o que há são duas formas antitéticas de pensar os destinos históricos de Portugal, de um lado a ambição expansionista que levou a Coroa a estender seus domínios até a Ásia; do outro, a concepção “ruralizada” de Fernão Álvares, que se opõe às expansões, creditando estas à cobiça desmedida que estava levando o reino à miséria. Nesse sentido, a *Lusitânia Transformada* se insere na corrente maneirista, por apresentar o mundo como um lugar de infelicidades do qual é preciso escapar.

Percorrendo os caminhos de uma geografia de sonho

Para Eric Dardel, geógrafo francês humanista, os exploradores do século XVI eram “poetas do espaço” (DARDEL, 2013: 149). Em sua obra

publicada originalmente em 1952, *L'homme et la Terre: Nature de la réalité géographique*, Dardel explora filosoficamente a relação entre os seres humanos e a realidade geográfica que nos cerca. O autor traça uma breve história da geografia, desde a *geograficidade* essencial da condição humana, ou seja, uma atitude de ser que está em uma batalha constante com o espaço, até a geografia científica que se forma no século XIX (DARDEL, 2013). O geógrafo francês argumenta que é a partir da primeira modernidade que a atitude frente à Terra começa a mudar. Se até então o humano era movido pela vontade de explorar, a partir deste momento a racionalidade começa a se tornar um instrumento de compreensão. Os humanos, então, passam a empregar critérios “objetivos” de forma a classificar, medir e, sobretudo, explicar o espaço geográfico. Nesse processo a relação fundamental da existência humana com o seu redor é enfraquecida, uma condição que Dardel quer combater, defendendo uma relação para além do real com nosso planeta.

Um argumento essencial de Dardel é que o espaço terrestre é sempre “para o homem” — ou seja, o autor parte de uma perspectiva antropocêntrica segundo a qual a realidade material é sempre percebida subjetivamente pelos seres humanos, que a classificam de acordo com seus próprios critérios (DARDEL, 2013: 64-65). Ademais, ainda de acordo com esta visão, o território está sempre impregnado pela existência própria daqueles que o percebem, não há uma neutralidade, tendo em vista que a mediação entre o material e o humano é feita a partir das experiências subjetivas, como explica Dardel:

Sin lugar a dudas, la realidad tan concreta y tan cercana de la Tierra no se aprehende más que a través de una interpretación de conjunto que es una forma de acercarse al Ser. El ‘color’ bajo el que nos aparece la realidad geográfica depende de la preocupación y del interés dominantes que nos lleven al encuentro de existencias particulares (DARDEL, 2013: 93).

Seguindo este princípio, a linguagem do geógrafo deve se aproximar da linguagem do poeta, pois a realidade física carrega consigo camadas de significados culturais que em muito ultrapassam sua aparente neutralidade. Os fenômenos naturais são adjetivados subjetivamente de forma que “[...] el lenguaje geográfico transporta las sorpresas, las privaciones, los sufrimientos o las alegrías que se atribuyen a las regiones” (DARDEL, 2013: 97-98). É neste ponto que podemos conjugar a visão de Dardel com a obra de Fernão Álvares do Oriente. As descrições do escritor quinhentista podem ser compreendidas como fontes ricas para se estudar a perspectiva portuguesa da Ásia, ou mais especificamente a perspectiva do autor de *Lusitânia Transformada*, partindo de suas abundantes narrações acerca dos territórios do “Oriente”, decorrentes do fato de que a natureza é um tema particularmente importante para a tradição bucólica da qual Fernão Álvares (formalmente) adota.

Convém apresentar o conceito da paisagem e discutir como ele pode ser trabalhado nas obras de arte. Mendes (2015: 253) argumenta que o conceito de paisagem faz parte da cultura geral, sendo objeto de estudo da geografia. Uma paisagem é uma visualização do espaço, sobre a qual inferimos qualidades subjetivas, que refletem projeções estéticas sociais

(MENDES, 2015: 253). Também Dardel apresenta sua perspectiva sobre o tema, para ele “*más que una yuxtaposición de detalles pintorescos, el paisaje es un conjunto: una convergencia, un momento vivido. Un vínculo interno, ‘una impresión’ une todos sus elementos*” (DARDEL, 2013: 90).

Em suma, o que é ressaltado é a importância da subjetividade na descrição do espaço físico. Tendo isto em mente, as descrições de Olívio são a expressão do pensamento do autor que, fazendo uso das convenções da ficção pastoril, argumenta em favor de um projeto para o futuro de sua pátria, como ficará mais claro adiante.

O Oriente de Olívio é marcado pelo exótico, rico e diferente. A natureza é cheia de vida e fértil de promessas. As descrições quase naturalistas da paisagem que cerca o personagem principal podem ser exploradas em seus inúmeros significados (intencionais ou não). O trecho seguinte exemplifica as narrações contemplativas que estão presentes em toda a obra:

Aqui me assentey entre aruores fructiferos sobre flores olorosas, & discorrendo pensamentos varios, me ajadaua do silencio da escura noite, & da luz amiga da fermosa Lúa (que ja então alumiaua o mundo) para penetrar alguns segredos da natureza, que na variedade das cousas, que as terras Orientais produzem, se mostra alli mais poderosa (ÁLVARES, 1607: 114).²

² “Aqui me assentei entre árvores frutíferas sobre flores olorosas, e discorrendo pensamentos vários, me ajudava do silêncio da escura noite, e da luz amiga da formosa Lua (que já então alumiaava o mundo) para penetrar alguns segredos que na variedade das coisas, que as terras orientais produzem, se mostra ali mais poderosa.”

A natureza oriental é poderosa, os frutos são abundantes e as flores cheirosas. Olívio é Portugal descobrindo os segredos do outro lado do mundo, e o choque com a alteridade é princípio para se descobrir alguns “segredos da natureza”. O ambiente, que faz também as vezes de personagem, é descrito em detalhes. Olívio registra em sua narrativa espécimes específicos de plantas que o seduzem e/ou espantam. A árvore triste, tão comum naquelas terras, mas ao mesmo tempo tão peculiar para o viajante europeu, é um exemplo:

Noutra planta (de que n'aquelle lugar auia grande copia) a qual por delicado antifrasi, chamão os naturais aruore triste [...] A flagrancia do cheiro, que suas flores respirauão, feridas d'hum brando vento, que as sacudia, era para tornar à vida quem quasi d'ella estiuera priuado (ÁLVARES, 1607: 114-114V).³

No entanto, as novas terras descobertas são, além da promessa do futuro, um perigo latente. A imagem do fruto no livro de Fernão Álvares é particularmente esclarecedora nesse caso. Ainda contemplando a natureza ao seu redor, Olívio se depara com uma árvore frutífera: “Via entre outras plâtas a palma fructifera, que penetrando as nuuens aleuanta ao ceo o seu

³ “Noutra planta (de que naquele lugar havia grande cópia) a qual por delicado antifrasi chamam os naturais árvore triste [...] A fragrância do cheiro, que suas flores respirava, feridas de um brando vento, que as sacudia, era para tornar à vida quem quase dela estivera privado.”

pezado fruto, que cheo, quando tenro, d'agoa suauissima, parece na doçura compitir com o celestial Ambrosia” (ÁLVARES, 1607: 114).⁴

Logo em seguida outro vegetal é descrito, mas ao invés da doçura e da beleza o que se observa é o possível sofrimento:

[...] entre as plantas que no mato via, hûas que da terra pouco mais, q hû couado se aleuantão, com hum fruto tam prejudicial, q em pôs desfeito, priua a quem em qualquer manjar os toma por espaço largo, do vso de todos os sentidos, com effeitos taõ miserabeis, que tiuera por melhor sorte outro tanto espaço carecer de vida (ÁLVARES, 1607: 114V-115).⁵

É notável como o autor faz uso de imagens naturais para expressar suas opiniões acerca das explorações portuguesas. Como supracitado, de acordo com Dardel, a visão acerca do ambiente é sempre marcada pela subjetividade, de forma que a linguagem geográfica se aproxima daquela do poeta. Mais livre, contudo, é o poeta que, fazendo uso da licença que lhe é própria, pode adicionar conscientemente camadas de significados. O fruto é o resultado que, embora aparentemente doce e celestial, pode causar também muita dor de forma que a morte seria melhor.

⁴ “Via entre outras plantas a palma frutífera, que penetrando as nuvens alevanta ao céu o seu pesado fruto, que cheio, quando tenro, d'água suavíssima, parece na doçura competir com o celestial Ambrosia.”

⁵ “[...] entre as plantas que no mato via, umas que da terra pouco mais, que um côvado se levantam, com um fruto tão prejudicial, que em pôs desfeito, priva a quem em qualquer manjar os toma por espaço largo, do uso de todos os sentidos, com efeitos tão miseráveis, que tivera por melhor sorte outro tanto espaço carecer de vida.”

Considerando que estamos tratando de um autor português do século XVI, outro elemento natural é de suma importância: o mar. Dardel credita ao oceano um papel importante; se para o autor a natureza é uma linguagem que temos de decifrar, as águas sussurram constantemente:

En la orilla está el hombre: desde allí da rienda suelta a sus sueños y a sus aventuras; desde allí parte como los focenses y los normandos hacia nuevas orillas; desde allí llevará la guerra o el comercio a otros pueblos. Muchos son aquellos que han respondido a la llamada de la mar o que han hecho de ella el medio de comunicarse (DARDEL, 2013: 80).

Na obra de Fernão Álvares, o personagem Olívio viaja por todo o Oriente em embarcações, naturalmente, assim como os inúmeros exploradores, comerciantes e missionários portugueses o fizeram historicamente. O mar é um elemento separador, mas estava então sendo dominado com o desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias (THOMAZ, 1994: 6). Por isso o percurso marítimo revestiu-se de fundamental importância na cultura portuguesa. A representação presente em *Lusitânia Transformada* é eloquente. Olívio vive apuros quando está a bordo em direção à “Ilha formosa”, uma súbita tempestade se forma e castiga a embarcação por três dias:

Pronosticando estauão semelhâtes infortunios os expertos mareantes, quando cubrindose os ceos subitamente d'hûa expessa nuuê, que nos priuou da luz do dia, despidio de si tam ardêtes rayos, que parecia a ruynar de todo a machina celeste [...] Os ventos assobiando, antes bramindo a leuantauam as ondas, que com impeto desmedido constrastauam a nao, que ja

quasi se rôdia combatida da força de tão poderosos inimigos (ÁLVARES, 1607: 154).⁶

As ondas são “inimigas” e a tempestade é capaz de afetar a “máquina celeste”. No entanto, na manhã do terceiro dia o céu volta a clarear e o mar já não é mais o mesmo:

O mar não parecia ser aquele, q pouco antes viramos, antes ja outro nos dava licença, que por sima de suas ondas muy humildes [...], desembarcamos na playa da ilha, que conhecida no mundo por fermosa, tomou o nome: Polla terra estendemos desejosos de satisfazer no terreno fresco, & amigo da propria natureza, o dispêndio, q causou o mar seu aduersario (ÁLVARES, 1607: 163V).⁷

A transformação permite que os tripulantes desembarquem na Ilha, onde será contada a história da Princesa Dinabela e do Príncipe Arima, que, como aponta Augusto (2013: 204), é um conto de caráter moralizante. A máquina celestial volta a rodar indicando enfim um caminho para o protagonista, pois depois de mais uma decepção amorosa, Olívio decide

⁶ “Prognosticando estavam semelhantes infortúnios os expertos mareantes, quando cobrindo-se os céus subitamente de uma espessa nuvem, que nos privou da luz do dia, despediu de si tão ardentes raios, que parecia arruinar de todo a máquina celeste [...] Os ventos assobiando, antes bramindo a levantavam as ondas, que com ímpeto desmedido contrastavam a nau, que já quase se rendia combatida da força de tão poderosos inimigos.”

⁷ “O mar não parecia ser aquele que pouco antes vimos, antes já outro que nos dava licença, que por cima de suas ondas muito humildes [...], desembarcamos na praia da ilha, que conhecida no mundo por formosa, tomou o nome: Pela terra estendemos desejosos de satisfazer no terreno fresco, e amigo da própria natureza, o dispêndio que causou o mar seu adversário.”

regressar a Portugal, onde encontrará seu *locus amoenus* e se tornará Felício. Ocorre, então, a metamorfose dos “passados infortúnios” narrados, representando o amor terreno, para a vida no “sítio deleitoso”, que, por sua vez, é o amor divino.

Portugal deve voltar

Um império é toda e cada pessoa que o compõe, da mesma forma que toda e cada pessoa representa a Coroa. Olívio/Felício representa Portugal na obra de Fernão Álvares do Oriente, um povo que passeia pela Ásia se aventurando em amores terrenos, esquecendo-se do que é realmente importante. Um amor estrangeiro, marcado pelo exotismo que fascina, como um farol que atrai os navegantes, mas também é perigoso pois pode levar aqueles que o perseguem à ruína. Fernão Álvares caracteriza em seu protagonista um povo que deve voltar a si mesmo para poder, finalmente, encontrar a paz.

Fernão Álvares adota os procedimentos de uma determinada tradição literária apenas como um véu que cobre seu verdadeiro pensamento. A subversão realizada de situar o espaço, por definição ideal, é um indício de que a bucólica metamorfose aparente é o disfarce de uma esperança profunda.

Segundo Mulinacci (1996: 8), Fernão Álvares lança anátemas contra a aventura ultramarina portuguesa, creditando a ela a miséria na qual o país se encontrava. O autor também argumenta que a *Lusitânia Transformada* é a apresentação de um novo modo de pensar o destino de Portugal

(MULINACCI, 1996: 8). Este povo que foi pioneiro no processo das expansões marítimas, precedendo outras potências maiores de seu tempo, estava então perdido. O escritor lusitano seiscentista tenta com sua literatura segurar um espelho frente a um império decadente, um império que havia tentado agarrar o mundo com um braço na América e outro na Índia, esticando os dedos até o Japão e a China, mas que em última instância se mostrava incapaz de manter o projeto expansionista que guiava inúmeros exploradores.

A narrativa de *Lusitânia Transformada* convidava seus coetâneos a refletir sobre seu próprio tempo, e nesse sentido a paisagem representada era loquaz. Dardel (2013: 94) explica que:

Hay, en el paisaje, un rostro, una mirada, un oído, como una espera o un recuerdo. Cualquier espacialización geográfica es concreta y actualiza al hombre en su existencia, porque, en ella, el hombre se sobrepasa y escapa y conlleva de esta forma una temporalización, una narración, un acontecimiento.

A perspectiva que o presente trabalho quis propor é a de que o personagem Olívio/Felício é a representação do povo português, e, por conseguinte, de Portugal, e que para Fernão Álvares sua pátria deveria renunciar aos amores terrenos da Ásia para encontrar em si mesma o amor divino.

Referências

AUGUSTO, Sara. Visão e Viagem do Oriente na Lusitânia Transformada. *Máthesis*, n. 22, p. 197-208, 2013.

CRISTÓFANO, Sirlene. Literatura, Natureza e Espaço: Representações do Amor na Novela *Pastoril*, de Francisco Rodrigues Lobo. *Literatura em debate* (URI), v. 4, p. 76-93, 2010.

DARDEL, Eric. *El hombre y la tierra: Naturaleza de la realidad geográfica*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2013.

FINAZZI-AGRÓ, Ettore. *Novelística portuguesa do século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

MADEIRA DAVIM, David Emanuel. O homem e a terra: natureza da realidade geográfica. (Eric Dardel, 2011). *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, v. XXII, n. 2, p. 249-252, jul./dez. 2016.

MENDES, Rui Paes. A Paisagem como elemento de apropriação artística. *Diacrítica*, v. 29, n. 2, p. 251-267, 2015.

MULINACCI, Roberto. Loci amoeni e ilhas afortunadas de Fernão Álvares do Oriente: Tradição e inovação na Lusitânia Transformada de Fernão Álvares do Oriente. *Rassegna Iberistica*, n. 58, p. 3-17, 1996.

THOMAZ, Luís Filipe. Expansão portuguesa e expansão europeia: reflexões em torno da géneze dos descobrimentos. In: _____. *De Ceuta a Timor*. 2. ed. Lisboa: Difel, 1994.

QUINT, Anne-Marie. Pastores no mar: o espaço marítimo nos romances pastoris de Fernão Álvares do Oriente e Francisco Rodrigues Lobo. *Revista de Letras*, v. 39, p. 25-36, 1999.

Recebido em: 24/02/2021
Aceito em: 21/04/2021

POSSESSÕES DEMONÍACAS E SUAS REPRESENTAÇÕES: O CORPO DA POSSESSA NOS IMPRESSOS INGLESES MODERNOS DO SÉCULO XVII

DEMONIC POSSESSIONS AND THEIR REPRESENTATIONS: THE BODY OF THE POSSESSED IN MODERN ENGLISH PRINTED MATTER OF THE 17th CENTURY

Luisa Padua Zanon¹

Resumo: A modernidade inglesa delineou-se por diversos conflitos religiosos, políticos e sociais. Nesse sentido, o clima de instabilidade e temores somou-se ainda ao reforço da ordem dos Estados Modernos e a um processo de disciplinarização e controle dos corpos. Tal cenário, aliado ao advento da imprensa, acentuou a certa vigilância e cuidado para com os corpos femininos e a atuação das mulheres. Em meio a essa apreensão, a esfera do feminino passou a ser cada vez mais associada ao maligno, suscetível ao diabo e à subversão. Assim, a imagem da possessa e do diabo ganham forças e a representação dessa encontra visibilidade na publicação de panfletos e outros textos efêmeros. Considerando isso, o presente trabalho debruça-se sobre esses relatos de possessões demoníacas datados do século XVII, buscando apreender como se deu o processo de construção desses materiais e em que medida eles se articulam com as crenças que assombravam a sociedade nessa Primeira Modernidade.

Palavras-chave: História Moderna; Representação; Possessão; Mulheres; Literatura de rua.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrante do grupo de pesquisa "Cultura impressa na Europa Moderna (século XVI-XVIII)". E-mail para contato: luisa.pzanon@gmail.com. Endereço para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5340085128565242>.

Abstract: Modern England was outlined by several religious, political and social conflicts. In this sense, the climate of instability and fears was added to the strengthening of the order of Modern States and to a process of disciplining and controlling bodies. This scenario, combined with the advent of the press, enhanced the vigilance and care over female bodies and the social behaviors of women. In this apprehension, the sphere of feminine was increasingly associated with the malignant, susceptible to the devil and to subversion. Thus, the image of the possessed and the devil gains strength and their representation found visibility in the publication of pamphlets and other ephemeral texts. Considering this, the present work focuses on these reports of demonic possessions of the 17th century, seeking to apprehend how the construction process of these materials took place and to what extent they were articulated with the beliefs that haunted this Early Modern society.

Keywords: Modern history; Representation; Possession; Women; Street literature

*Be angry, and sin not, neither give place to the Devil.
For the Devil is come down having great wrath,
knowing that his time is but short.
And power was given him to take peace from the earth,
and that they should kill one another. (Revel. 12. 11, & 6. 4
apud The Devils Reign upon Earth, 1655)*

Ao longo dos séculos, sobretudo na chamada Idade Moderna, a religião foi um dos agentes catalisadores de diversas mudanças no mundo, imbuindo valores ao imaginário social e movimentando processos de ordenação dos indivíduos. Nesse sentido, os pensamentos em torno do divino e do diabólico rodearam boa parte das produções artísticas, literárias e sociais dos séculos XVI e XVII, recobrindo, assim, a paisagem de diferentes locais. Dentro desse quadro, o presente trabalho debruça-se sobre

a Inglaterra, localidade na qual as crenças religiosas vão passar por intensas reformulações ao longo da primeira modernidade². Dessa forma, empreende-se aqui um esforço em melhor entender sobre que condições e justificativas foram erigidas e reproduzidas ali as concepções em torno do místico e do sobrenatural.

Somado a isso, há também um interesse em se esclarecer como a imagem do diabo assolou o período abarcado, cristalizando-se na publicação de diferentes relatos que apontavam para a existência de possessões demoníacas. Para tanto, analisa-se aqui um panfleto específico de 1647 intitulado “*A strange and true relation of a young woman possest with the Devill, by name Joyce Dovey*”. Ao relatar um caso de possessão de uma menina, o texto suscita questões a respeito da crença na atuação do diabo e do papel da mulher na trama. Nesse prisma, cabe uma reflexão acerca dos porquês desse cenário e em que medida ele se articula com a dimensão do feminino e a culpabilização e controle sobre as mulheres e seus corpos. Analisando as representações das possessas veiculadas na literatura impressa, tonifica-se aqui a busca pelo entendimento de como esses textos foram construídos e qual a relação deles com os ideários

² Periodização realizada com base na tradicional divisão historiográfica, na qual interpõe-se uma separação temporal em quatro fases (idade antiga; média; moderna e contemporânea). Nesse prisma, cabe ressaltar que, apesar de serem construções humanas realizadas a posteriori, elas permitem ainda uma delimitação dos eventos ao longo de suas ocorrências, facilitando uma maior compreensão destes. Nesse viés, utiliza-se aqui ainda a ideia de “Primeira Modernidade” – a fim de acentuar as dinâmicas que são colocadas em curso logo no início do período moderno – salientando as experiências ali dispostas e dirigindo um outro olhar para as demarcações temporais e culturais já estabelecidas.

circulantes. De igual modo, abre-se um horizonte para a compreensão de como esses materiais contribuíram para o reforço de um arquétipo da mulher ideal e um fortalecimento da dominação masculina, implicando, pois, modificações no que tange aos processos de convivência e sociabilização (BOURDIEU, 2020: 60).

Ao centralizar a análise em torno das produções impressas e textuais que são veiculadas na modernidade, é essencial a delimitação da importância desses objetos enquanto ferramentas no auxílio para a apreensão de realidades históricas. Conforme argumentado por Sharon Achinstein (2001), a construção desses materiais englobava dimensões que perpassam pela sociabilidade, espacialidade e materialidade, aliando-se ainda a um processo dinâmico e multifacetado no qual uma série de agentes e instituições se defrontam. No entanto, é justamente por meio desse encadeamento que se deu a construção das identidades sociais e das relações de dominação entre os indivíduos. Nesse sentido, um conceito chave a ser elencado aqui é o de “representação”, na medida em que elas são circuladas dentro desses textos e exprimem valores e modelos sociais vigentes (CHARTIER, 2011). No caso, as representações funcionam como “sistemas de interpretação”, responsáveis por reger a relação entre os homens e o seu mundo, “orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais” e impactando, concomitantemente, na “assimilação dos conhecimentos e no desenvolvimento individual e coletivo” (JODELET, 1993: 5). Assim, ancoradas em uma dada realidade, elas atribuem significado ao mundo e resultam em formas de saber, atuando

também na própria construção do imaginário social e intermediando as relações de uma comunidade com a outra.

Por conseguinte, e tendo em mente que as ações colocadas em curso pelos indivíduos se alinharam às determinadas conjunturas vigentes de cada momento, sobressai-se aqui a necessidade de se melhor compreender o contexto de produção desses impressos e sobre como tais materiais vão estar sedimentados em torno de uma vida coletiva própria, regida por tensões e conflitos inerentes à modernidade. Trata-se, portanto, de uma Inglaterra que, em meio ao século XVII, encontra-se recém-saída de atritos políticos e religiosos, de tal forma que se vê confrontada com novas experiências religiosas e comportamentais (DELUMEAU, 1989: 141; HILL, 1987: 29; THOMAS, 1991: 19).³ Ao mesmo tempo, a localidade perpassa, nesse período, por divergências políticas e por mudanças que reverberam no campo da economia e da sociedade.⁴ Assim, visualiza-se um extenso processo de transformações e instabilidades, no qual o fervor escatológico e a ideia de que o mal estava à solta foram propiciados

³ Destacamos aqui alguns dos acontecimentos que marcaram os séculos XVI e XVII na Inglaterra, como a Reforma Protestante (com a propagação do Anglicanismo), a ascensão da dinastia Stuart ao poder e a eclosão da Guerra Civil Inglesa.

⁴ Acerca desse contexto, delimitam-se ainda as chamadas Guerras Civis Inglesas (1642-1651) - provenientes, sobretudo, de atritos entre o rei e o parlamento -, que culminaram em uma série de batalhas que abalaram significativamente a sociedade inglesa. Por meio dela, verifica-se a disputa entre os chamados *Round-heads* e os *Cavaliers*, bem como a instalação de uma crise econômica e política na região, levando, inclusive, à morte do monarca Charles I em 1649 e a implementação de uma breve República. Em consonância, visualiza-se nesse momento abalos expressivos nas relações entre o Estado e a Igreja, bem como entre as relações da Inglaterra com seus países vizinhos.

(ALMOND, 2014: 168). Nesse sentido, as angústias, ansiedades e temores encontram na figura do diabo a sua personificação, de modo que a crença em um diabo atuante e maléfico que assombrava a sociedade se solidifica e se reproduz nesse mesmo momento (MUCHEMBLED, 2001: 145-147).

Em consonância, se fortalece cada vez mais a ideia do Anticristo e do fim do mundo, fazendo do período supracitado um momento de extremo milenarismo, melancolia e crença no poder do Diabo (CLARK, 1999: 340). Sublinha-se também o peso que a Reforma Protestante teve no que concerne ao processo de interiorização da culpa e dos pecados. Com as alterações religiosas – vide abolição do purgatório, dos santos e dos milagres –, a angústia coletiva e o desespero religioso aumentam, e os indivíduos se veem à mercê do mal (THOMAS, 1991: 453). Não por acaso, verifica-se a individualização de uma luta contra Satã e o mal instalada, sobretudo, na crença de um diabo presente e vívido que habitaria o interior de cada indivíduo. Dessa forma, é propiciado, pois, o surgimento e a propagação de uma forte demonologia voltada para a compreensão da atuação do diabo no mundo. Como um debate em aberto, ela envolvia um esforço científico e intelectual que incidia ainda mais na existência de uma fluidez entre o universo natural e o sobrenatural.

Nessa perspectiva, a mulher – em consonância ao discurso eclesiástico que lhe atribuiu um estatuto de inferioridade frente ao homem – será associada ao maligno e, consequentemente, ao diabo. Essa construção, por sua vez, pode ser visualizada desde a Antiguidade e as histórias circulantes na Grécia Clássica, em que, a exemplo de Circe e Medeia, já se

verifica uma incorporação do maligno e do mágico pela figura da mulher. No entanto, é com a ascensão do Cristianismo que essa visão inferiorizante do feminino ganha força e se difunde de forma expressiva. Assim, tendo o mal e o pecado encarnados em Eva, verifica-se, pois, a disseminação de um “antifeminismo agressivo, especialmente a partir do século XV”, bem como o reforço do controle sobre o agir e o pensar da mulher (LIEBEL, 2004: 12). Nesse curso, percebe-se um processo de demonização do feminino, responsável por alocar as mulheres como seres pecadores e subversivos por natureza, suscetíveis ao mal e à ação do diabo.

Equitativamente, tal cenário alia-se ainda a um reforço da ordem e dos controles dos corpos femininos, tidos como corruptos e pecaminosos (AMUSSEN; UNDERDOWN, 2017: 22). Desse modo e, entendendo o corpo como algo inscrito socialmente, pode-se verificar um processo de adestramento e vigilância constante dos corpos e condutas femininas, frente a um contexto de angústias e tensões sociais que se aglutinam justamente na figura da mulher pecaminosa (WOLFF, 2011: 101). Nessa ótica, a mulher é tida como uma ameaça à ordem, à moral e à harmonia social, devendo ser cerceada e restringida. Assim, tem-se, cada vez mais, a fortificação de um discurso misógino que evoca um controle da sexualidade feminina e das ações protagonizadas por mulheres, cerceando e regulamentando o campo de atuação dessas (LIEBEL, 2004: 64).

O mal era encarnado na figura da mulher desviante, de modo que os casos de possessão demoníaca e feitiçaria eram, paulatinamente, associados à esfera do feminino. No caso, a possessão, como um desvio da natureza,

envolvia a tomada do corpo feminino pelo diabo, de modo que a vítima se sucumbia, involuntariamente, à ação demoníaca (PURKISS, 1998: 243). No entanto, muitos dos relatos apontam para uma associação desse fenômeno a, essencialmente, mulheres e crianças, devido ao ideário de que estas eram seres mais frágeis e inferiores e, portanto, mais suscetíveis ao mal e à tentação (ALMOND, 2004: 22). Ainda nesse quadro, sublinha-se que a possessão envolvia uma série de questões que concernem ao corpo do possesso. Fica perceptível como a identificação da possessão se dava por um conjunto de características, gestos e comportamentos corporais que permitiam a recognição de que o diabo estaria agindo sobre aquele indivíduo (USZKALO, 2015: 56). Sendo assim, posturas tidas como “anormais” poderiam ser passíveis de associação com a possessão. A exemplo, cita-se a mudança no timbre de voz, a presença de convulsões, espasmos ou vômitos e a demonstração de maior força ou violência.

Desponta-se daí uma importante dimensão que englobava os processos de acusação e identificação da possessa. Eles eram regidos por uma lógica própria, sendo delineados pela existência de uma condição peculiar e distintiva, que permitia a classificação do ato como uma possessão de fato. De igual forma, as possessões apresentavam-se como negociações que envolviam a vítima, aqueles que identificaram o fenômeno e as testemunhas que o presenciaram (USZKALO, 2015: 10). Nessa ótica, visualiza-se uma série de agentes, e sujeitos se entrecruzam nos processos de possessões, tornando-os complexos e abstrusos. É dentro desse sentido, pois, que se pode compreender a formação e transmissão de ideias a

respeito do diabo e da conduta feminina. Ou seja, é em cima desse cenário que o medo irá se cristalizar e tomar forma no corpo da possessa, e é a partir de uma nova invenção que esses ideais vão ser repercutidos e veiculados: a prensa.

Como elemento fundamental para a divulgação de notícias, ideias e informações, a publicação de impressos na modernidade coloca-se como um processo delineado por lógicas e condições próprias (CLARK, 2003: 23). A produção de um texto envolvia uma extensa rede de agentes (incluindo autores, editores, revisores, tipógrafos, vendedores e leitores), de modo que a criação e circulação do material exigia um longo e dinâmico processo (CHARTIER, 2014: 46). Recobertos ainda por diferentes escolhas e intenções estilísticas, gráficas e mercadológicas, o texto emergia, portanto, como algo múltiplo, fluido e contextual, marcado sobretudo por disputas de interesses e relações de prestígio, poder e autoridade (HALASZ, 1977: 133).

Nesse viés, destaca-se aqui a produção de textos voltados para um público mais amplo e com um acesso mais fácil. Intituladas de “literatura de rua”, essas obras – que incluíam panfletos, baladas e *single-sheets*⁵, por exemplo – eram caracterizadas por uma produção mais rápida e um linguajar mais simples, contendo um valor mais acessível e uma qualidade inferior (SPUFFORD, 1981: 249). No caso dos panfletos, ainda que considerada a fluidez e dinamicidade que perpassava pela produção desses

⁵ Textos impressos de caráter efêmero e produção mais rápida e barata. Eram caracterizados por serem feitos de materiais mais frágeis e com um tipo de amarração simplificada e menos prestigiosa (SURH, 2011: 77).

textos, verifica-se a existência de um conjunto de características próprias no que tange a formato, *layout*, estilos de letra e tamanho. Em sua maioria, tais publicações eram precedidas, portanto, por certas configurações estilísticas e convenções tipográficas que lhe conferiam uma audiência e um mercado específico. Equitativamente, elas continham uma retórica especial e mecanismos que procuravam conferir veracidade e legitimidade ao que estava sendo exposto (SUHR, 2011: 162). Não por acaso, verifica-se em boa parte dos panfletos da época a menção a testemunhas ou citações de autoridade, assim como a presença de trechos da bíblia e palavras como “*true*”, “*faithful*” e “*trusty*” nos títulos e prefácios, a fim de endossar a autenticidade da história veiculada.

À luz dessas considerações, sublinha-se aqui o impresso anteriormente mencionado de autoria de James Dalton⁶. Intitulado *A strange and true relation of a young woman possest with the Devill, by name Joyce Dovey*, o curto panfleto de 1647 evoca em sua narrativa o relato de uma possessão demoníaca que teria acometido a jovem Joyce Dovey. Disponível na Biblioteca Britânica por meio do banco de dados *Early English Modern Books*, o impresso é um exemplo dos variados tipos de publicações efêmeras que datam do século XVII na Inglaterra e que foram coletadas e arquivadas. A história, que se passa em Bewdley,

⁶ Sobre o autor do panfleto, não foi possível aferir informações acerca de sua identidade. No entanto, sabe-se, conforme consta nas informações do impresso disponibilizadas pela plataforma, que ele foi publicado em Londres por E.P - sendo uma de suas cópias coletada pelo inglês George Thomason em 23 de dezembro no mesmo ano de sua publicação. Sobre o colecionador George Thomason, ver: LIMA, 2013: 102-115.

próximo a Worcester, narra o episódio de possessão da menina, que teria sido presenciado e identificado por outros indivíduos. A princípio, o excerto aloca-se como uma importante fonte para a compreensão da dimensão material e linguística dos impressos, assim como da veiculação de representações acerca da possessa e do processo de acusação e reconhecimento do fenômeno.

De início, chama-se atenção para a abertura do texto que já afirma a presença do diabo no mundo e do mal à solta na sociedade. Com uma carta de autoridade logo no começo do panfleto – atestando a veracidade do que estava sendo veiculado –, o texto inaugura a sua escrita mencionando a existência de um conflito e a presença de soldados na região. Nessa ótica, sublinha-se aqui o entrelaçamento da obra com o próprio contexto de sua produção. Trata-se, pois, de um período que está no entrecruzo das Guerras Civis Inglesas, de modo que as turbulências das agitações políticas dessa conjuntura se reverberam nos mais diversos âmbitos sociais (PURKISS, 2007: 389). Com isso, verifica-se um cenário de violências e estresses, coincidindo também com um grande fluxo de notícias e impressos (DAVIES; FLETCHER, 2014: 02). Em igual medida, a guerra oportunizou a ascensão de tensões e ansiedades acerca do gênero e da masculinidade, incidindo em questões relativas à autoridade patriarcal e familiar (PURKISS, 2005: 97). Apesar de ser uma produção voltada para a narrativa de um caso de possessão, percebe-se, concomitantemente, uma alusão ao contexto vigente que se transveste nas próprias páginas do panfleto e se amplia nas tensões que o ambiente ali aglutina. Pode-se pensar também no

caráter político que algumas possessões poderiam assumir, apresentando-se como casos de manifestação contra a ordem ou alguma autoridade (THOMAS, 1991: 388).

Em sequência, a narrativa inicia a abordagem da possessa, mediante a identificação de que o diabo estaria atuando sobre a garota. Ressalta-se, mais uma vez, o caráter classificatório das possessões, dado que elas poderiam ser identificadas e reconhecidas por mais indivíduos mediante um conjunto de características próprias. Em virtude disso, o anormal ganha aqui um caráter especial, pois aquela conduta que agia fora da expectativa ou do esperado, era tida como uma anomalia ou uma subversão, sendo, portanto, negativada. Ao apontar para certo comportamento e colocá-lo como desviante, se glorifica, por outro lado, aquela postura que era prevista para os indivíduos na época. Assim, os panfletos adquiriam um tom e uma função moralizantes, reforçando a ordem e as atitudes esperadas – no caso, as das mulheres – ao passo que repulsava outras.

Tal situação é perceptível no panfleto abordado, dado que a vítima na história é acusada de estar possuída justamente pela rejeição de palavras divinas e sermões. A exemplo, o autor no texto cita:

[...] who after the hearing of a Sermon, seemed to be much wrought upon and dejected, who afterward fell into some passions, and (as was conceived by her friends) Convulsion fits [...] (DALTON, 1647).

O ato de rechaçar e reprovar tais discursos era tido como algo problemático e subversivo, dado que se tratava de uma sociedade

extremamente religiosa. Desse modo, a renúncia a elementos e símbolos bíblicos era interpretada como uma anormalidade e um sinal da influência e da atuação do diabo no mundo. Com isso, ao expor tal caso, se reforça, por outro lado, o que era esperado dos indivíduos; isto é, a adoração e o respeito pelas palavras e elementos religiosos.

Por conseguinte, no panfleto mencionado outras características permitem a identificação da possessa. No caso, sublinha-se, a princípio, o papel das testemunhas nesse processo e, conjuntamente, o peso conferido à situação por se tratar de uma mulher. É relatado que a garota teria apresentado episódios de convulsão e espasmos, coincidindo com a presença de uma extrema força e uma expressiva mudança no tom de voz. A exemplo, o autor menciona: “*...he makes the woman’s tongue and organs instruments of speech, but it is in a bigger and grosser tone than her ordinary speech [...] she fell upon him very violent*” (DALTON, 1647). Percebe-se, de antemão, que o ato de a personagem ficar violenta ou falar com uma voz mais grossa, era tido como anormal e, portanto, relacionado a uma atuação do diabo. Isso porque o esperado era que a mulher mantivesse a postura de quieta, calma e permissiva, conforme ditavam os discursos religiosos e sociais da época (LIEBEL, 2004: 23).

Somado a isso, a presença de convulsões e epilepsias atesta para a multiplicidade de causas às quais a possessão poderia ser vinculada. Tais ocorrências mesclam as associações da crença no diabo aos diagnósticos médicos, teológicos e filosóficos provenientes dos tratados demonológicos da época (USZKALO, 2015: 21). À luz disso, a possessão aparece ainda

como uma justificativa e uma explicação para fenômenos biológicos ou tormentos físicos e mentais que, até então, não encontravam respostas nas explicações científicas. Apesar dessas premissas, cabe pensar que muitas das associações da possessão com as mulheres caíam, na verdade, em discursos pautados na misoginia, associando a possessa à manifestação de histerias, períodos menstruais ou outros transtornos. Nesse prisma, o corpo feminino é, mais uma vez, objeto de atenção e repulsa, inspirando medidas para o seu controle e limitação. Acima disso, destaca-se o modo como esses casos perpassam por uma linguagem corporal e gestual própria, envolvendo também dimensões afetivas e emocionais. Assim, a possessão delimita-se como uma experiência humana atrelada a um contexto específico e às tensões que ali se inserem, podendo ainda estar articulada à melancolia e a sentimentos de raiva ou frustração.

Posto isso, depreende-se que a veiculação de tais relatos, por meio dos impressos, contribuiu para a reprodução de um certo ideário a respeito das possessões demoníacas e da crença na atuação do diabo no mundo. Nesse viés, a análise em torno das representações veiculadas nesses materiais permite entender em que medida elas estavam ancoradas em uma dada realidade e apontam para determinadas condições sociais, políticas e econômicas. Nesse caso, elas se inserem como importantes mecanismos para a melhor compreensão de como se sucedeu a interação entre os indivíduos e a circulação de ideias. Por conseguinte, o estudo em torno desses materiais contribui para ressaltar a fluidez e a complexidade que abrangia a elaboração e a veiculação dos impressos, atestando para a

existência de disputas e tensões próprias. Ponderar sobre isso auxilia, portanto, em um maior esclarecimento acerca dos tênuos limites - sobretudo em uma sociedade regida cada vez mais pelo medo do Diabo - entre a literatura, religião e tradição, nas quais o natural se fundia ao sobrenatural (CAMBERS, 2009: 35).

Em consonância, ao debruçar-se sobre tais relatos verifica-se a reprodução do estigma em torno da figura feminina, ao passo que as mulheres são “condensadas em uma única palavra: desviantes” (LIEBEL, 2020: 25). A possessão demoníaca, associada em grande medida às mulheres, encontra no imaginário coletivo o respaldo da existência da malignidade que habitaria os corpos femininos. Sendo assim, a mulher é, por natureza, má; ela reflete o pecado de Eva em si e apresenta-se como um ser subversivo e inferior se comparado aos homens (GREENBLATT, 2018: 120). Nesse prisma, fazia-se necessário um reforço da ordem e do poder patriarcal, sujeitando as mulheres às instituições sociais, religiosas e familiares, destituindo-as de uma autonomia. De igual forma, a sexualidade e o corpo feminino se veem, cada vez mais, restringidos e cerceados, recobertos pela crença de que eram poluídos e corruptos e que deveriam ser, portanto, controlados.

Por fim, este trabalho também possibilita uma melhor compreensão das relações travadas entre os indivíduos e as instâncias religiosas e políticas, que eram propagadas, sobretudo, pelos impressos. De certo, elucida ainda a própria alocação social da mulher nas sociedades, a qual insurge, por sua vez, em uma condição inferioridade e marginalização.

Nesse sentido, encadeia-se um processo de dominação masculina, na qual o arquétipo da mulher “ideal” é contraposto ao da “desviante e subversiva”. Assim, verifica-se a sobreposição de uma visão masculinista dentro dos discursos e práticas sociais, legitimando e naturalizando as relações desempenhadas entre homens e mulheres no período.

Acima disso, o presente texto revela um esforço historiográfico de melhor entender as condições pelas quais a crença no divino e no diabo foi repercutida nos impressos na Inglaterra, o que por si só reflete em escolhas humanas que partem de contextos específicos. Dito isso, “certezas surgem, certezas se vão; só permanece a história, porque a história muda com os eventos que registra” (HILL, 2012: 334), de modo que ela não só fornece uma leitura de mundo, ao iluminar o passado, como também, no pensamento de Sandra Pesavento (2007), auxilia a preencher vazios.

Referências

- ACHINSTEIN, Sharon. *Women on Top in pamphlet literature of the English Revolution*. *Women's Studies*, Northwestern University, v. 24, n. 1-2, p. 131-163, 1994.
- ALMOND, Philip. *Demonic Possession and Exorcism in Early Modern England: Contemporary Texts and their Cultural Contexts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- ALMOND, Philip. *The Devil: A New Biography*. Ithaca: Cornell University Press, 2014.
- AMUSSEN, Susan; UNDERDOWN, David. *Gender, Culture and Politics in England, 1560-1640*. Londres: Bloomsbury Publishing Plc, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de: Maria Helena Kühner. 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

CAMBERS, Andrew. *Demonic Possession, Literacy and “Superstition” in Early Modern English. Past & Present*, n. 202, p. 3-35, 2009.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

CLARK, Sandra. *Women and Crime in the Street Literature of Early Modern England*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

CLARK, Stuart. *Thinking with demons: Idea of Witchcraft in Early Modern Europe*. Oxford: University of Oxford, 1999.

DAVIES, Simon F.; FLETCHER, Puck. *Introduction*. In: DAVIES, Simon F.; FLETCHER, Puck (Eds.). *News in early modern Europe: currents and connections*. Boston: Brill Leiden, 2014.

DELUMEAU, Jean. *Nascimento e Afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.

GREENBLATT, Stephen. *Ascensão e Queda de Adão e Eva*. Tradução de: Donaldson M. Garschagen. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HALASZ, Alexandra. *The marketplace of print: Pamphlets and the public sphere in Early Modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HILL, Christopher. *O século das revoluções: 1603-1714*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989. p. 31-61.

LIEBEL, Silvia. *Demonização da Mulher: a construção do discurso misógino no Malleus Maleficarum*. 74f. Monografia de especialização (Pesquisa Histórica) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

_____. *O mundo às avessas na Europa dos séculos XVI e XVII*. 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

LIEBEL, Sílvia; LIEBEL, Vinicius. *Mulheres, Gênero e Conservadorismo: uma genealogia da violência e da dominação*. Penápolis: Editorial Sociologia, Política e Cidadania, 2020.

LIMA, Veronica. Uma narrativa da Revolução Inglesa por meio de seus impressos: George Thomason e sua Coleção (1640-1660). In: SEMANA DE HISTÓRIA DA UNESP: HISTÓRIA, LEITURA E CULTURA MIDIÁTICA, XIX. *Anais....* Franca, 2013. p. 102-115.

MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do diabo – Séculos XII-XX*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.

PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: LANGUE, Frédérique (Org.). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PURKISS, Diane. *Invasions: Prophecy and Bewitchment in the Case of Margaret Muschamp*. *Tulsa Studies in Women's Literature*, v. 17, n. 2, p. 235-253, 1998.

PURKISS, Diane. *Literature, Gender and Politics During the English Civil War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

PURKISS, Diane. *The English Civil War: A people's history*. Perennial: UK Edition, 2007.

SPUFFORD, Margaret. *Small Books and Pleasant Histories – Popular Fiction and its Readership in Seventeenth-Century England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

SUHR, Carla. *Publishing for the masses – Early Modern English Witchcraft Pamphlets*. Société Néophilologique, Mémoires de la Société Néophilologique de Helsinki, Tome LXXXIII. 2011.

THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia*. Crenças populares na Inglaterra – Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

USZKALO, Kirsten. *Bewitched and Bedeviled: A Cognitive Approach to Embodiment in Early English Possession (Cognitive Studies in Literature and Performance)*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2015.

WOLFF, Janet. Recuperando a corporalidade: Feminismo e política do corpo. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Orgs.). *Gênero, Cultura visual e performance: Antologia Crítica*. Ed. Húmus, 2011. p. 101-120.

Fontes

Anônimo. *The Devils Reign upon Earth. Being a relation of several murtherers lately committed, especially that of Sir. Geo Sands his son upon his own Brother*. Coleção Thomason Tracts. Biblioteca Britânica: Londres, 1655. Código: E.1646.(4.). Disponível em: <[https://0-data-historicaltexts-jisc-ac-uk.catalogue.wellcomelibrary.org/vie/w?pubId=eebo-99867992e&offset=60&terms=E.1646.\(4.\)&size=120](https://0-data-historicaltexts-jisc-ac-uk.catalogue.wellcomelibrary.org/vie/w?pubId=eebo-99867992e&offset=60&terms=E.1646.(4.)&size=120)>. Acesso em: 04 fev. 2021.

DALTON, James. *A strange and true relation of a young woman possest with the Devill, by name Joyce Dovey*. Early English Books Online. Biblioteca Britânica: Londres, 1647. Código: D142 (Wing). Disponível em: <<https://0-data-historicaltexts-jisc-ac-uk.catalogue.wellcomelibrary.org/vie>

Recebido em: 08/02/2021

Aceito em: 20/04/2021

YVES SAINT LAURENT: COLEÇÃO *POP ART* E A CRIAÇÃO DO *LE SMOKING* PARA O OUTONO-INVERNO DE 1966

YVES SAINT LAURENT: POP ART COLLECTION AND THE CREATION OF *LE SMOKING* FOR AUTUMN-WINTER 1966

*Mariana Mayumi Abe Oliveira*¹

Resumo: Este artigo analisa o impacto e a importância da criação do *le smoking* por Yves Saint Laurent, na França em 1966, através de uma discussão sobre a representação, a simbologia e o imaginário na sociedade do período. A partir da realização de pesquisas em periódicos da época (1965-1975), buscamos compreender o contexto social, cultural e econômico e destacar a importância do estudo da indumentária no meio historiográfico, assim como a influência da moda enquanto vertente transformadora de pensamentos e posicionamentos.

Palavras-chave: Moda; Indumentária; Yves Saint Laurent; *Haute Couture*; História da França.

Abstract: This article analyzes the impact and importance of the creation of *le smoking* by Yves Saint Laurent in France in 1966, through a discussion about representation, symbolism and the imaginary in the society of the period. Through researches in periodicals of the time (1965-1975), we seek to understand the social, cultural and economic contexts, as well as to highlight the importance of the study of clothing in the historiographic environment and the influence of fashion as a transforming aspect of thoughts and positions.

Keywords: Fashion; Dressing; Yves Saint Laurent; *Haute Couture*; France History.

¹ Graduanda no curso de História (Licenciatura) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Email para contato: mariana.mayumii@gmail.com.

Introdução

Desde muito cedo na história humana, o vestuário aparece como uma das partes intrínsecas que definem e acompanham as mudanças ocorridas ao longo dos séculos nas sociedades ao redor do mundo. Desta forma, o estudo da indumentária e da moda adquire grande valor, por analisar e buscar compreender qual o papel do vestuário e seus diversos hábitos, em diferentes períodos da humanidade.

A importância do vestuário dentro da estrutura social se modifica conforme a sociedade e o período analisado, podendo variar dentro de parâmetros mais simples como o de algo aparentemente “não pensado”, sem valor - um pedaço de pano que serve somente para cobrir e aquecer o corpo - e podendo chegar até grandes ícones de status social, político e/ou financeiro que representam simbolicamente em certas sociedades altos níveis de importância dentro das hierarquias e do *status quo*.

Diane Crane delineia de maneira breve em seu livro sua definição de vestuário e moda, caracterizando também a sua função social:

A escolha do vestuário propicia um excelente campo para estudar como as pessoas interpretam determinada forma de cultura para seu próprio uso, forma essa que inclui normas rigorosas sobre a aparência que se considera apropriada num determinado período (o que é conhecido como moda), bem como uma variedade de alternativas extraordinariamente rica. Sendo uma das mais evidentes marcas de status social e de gênero – útil, portanto, para manter ou subverter fronteiras simbólicas -, o vestuário constituiu uma indicação de como as pessoas, em diferentes épocas, veem sua posição nas estruturas sociais e negociam as fronteiras de status (CRANE, 2009: 21).

As simbologias caminham lado a lado com a moda, em diversos graus e diferentes importâncias conforme o período, mas sempre com intenções direcionadas. Pesavento (1995: 24) entende que “o imaginário social se expressa por símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas”, que podem ser traduzidos para a moda por meio do controle social, de classe e de gênero, pela busca de representatividade, como uma forma de protesto, ou ainda, de diversas outras maneiras de expor, por meio da moda, uma intencionalidade.

Em contrapartida, mesmo com o conceito de moda distintamente conhecido no âmbito social, assim como os estudos feitos na área sendo amplamente discutidos, a indumentária ainda acaba por ser considerada de “segunda classe” no meio acadêmico quanto à sua importância e ao impacto na historiografia. Gilles Lipovetsky aponta em sua obra *O Império do Efêmero*, sobre a existência desta dicotomia:

A moda é celebrada no museu, é relegada à antecâmara das preocupações intelectuais reais; está por toda parte na rua, na indústria e na mídia, e quase não aparece no questionamento teórico das cabeças pensantes. Esfera ontológica e socialmente inferior, não merece a investigação problemática; questão superficial, desencoraja a abordagem conceitual; a moda suscita o reflexo crítico antes do estudo objetivo, é evocada principalmente para ser fustigada, para marcar sua distância, para deplorar o embotamento dos homens e o vício dos negócios: a moda é sempre dos outros (LIPOVETSKY, 2009: 9).

Apesar do possível “desprezo” por parte da academia, a moda - assim como suas ramificações com a “indústria da moda” - tem uma origem distante que, com o passar dos séculos, ganhou forma e se estruturou no que hoje conhecemos como os grandes impérios da moda, as “grandes marcas”. Dentre essas grandes marcas de luxo, de alta costura, está a *Maison Yves Saint Laurent* (YSL ou somente *Saint Laurent*), que leva o mesmo nome de seu fundador, o estilista francês Yves Saint Laurent.

Yves Henri Donat Mathieu-Saint Laurent nasceu em Orã, na Argélia, no período em que o país era uma colônia francesa, no dia 1 de agosto de 1936. Era filho de um homem de negócios, mas sua paixão pela moda foi influenciada e incentivada por sua mãe e aos 17 anos se mudou para Paris com o intuito de estudar. Venceu um concurso internacional de moda pela criação de um vestido coquetel, o que veio a impressionar o diretor da *Vogue Paris* na época, Michel de Brunhoff, e o estilista Christian Dior, que o contratou como assistente.

Após a morte de Dior, Saint Laurent herdou o controle criativo da *Maison Dior*. Sua primeira coleção foi muito bem recebida pelo público do período, o que fez com que Yves ganhasse o prêmio Neiman Marcus, um marco em sua carreira que possibilitou a abertura de muitas oportunidades na indústria da moda.

Mesmo alcançando sucesso em sua carreira, foi convocado pelo exército francês para lutar durante a Guerra de Independência da Argélia, o que fez com que sofresse um colapso nervoso após 20 dias servindo, sendo submetido a fortes tratamentos psiquiátricos, ficando afastado e

posteriormente desligado da *Maison Christian Dior*. Yves Saint Laurent nunca falou abertamente sobre este período de sua vida, mas utilizava de seus desfiles para expor seus pontos de vista sobre assuntos mais polêmicos, como a participação da França em suas diversas guerras.

Entendendo a importância da indumentária no contexto historiográfico e o impacto de Yves Saint Laurent no universo da moda, este artigo busca analisar a criação de uma das peças mais icônicas da alta costura e da carreira do estilista, o *le smoking*, com o intuito de compreender o que levou o *couturier* à criação do design no final da década de 1960 na França.

A França de 1960 e sua raízes no mundo da moda

A França desde o início tem uma forte importância e influência no mundo da moda, principalmente no âmbito da moda de alta costura (*haute couture*), que consiste na criação de peças sob medida, produzidas em poucas unidades e confeccionadas inteiramente na França, já que foi no país que a chancela e o conceito de *haute couture* surgiu em meados do século XIX, como destaca Lipovetsky em seu livro:

Outono de 1857-inverno de 1858: Charles-Frédéric Worth funda, na rue de la Paix em Paris, sua própria casa, primeira da linhagem do que um pouco mais tarde será chamado de Alta Costura. [...] a verdadeira originalidade de Worth, de quem a moda atual continua herdeira, reside em que, pela primeira vez, modelos inéditos, preparados com antecedência e mudados frequentemente, são apresentados em salões

luxuosos aos clientes e executados após escolha, em suas medidas (LIPOVETSKY, 2009: 82).

Hoje a chancela da alta costura é protegida internacionalmente por lei e o título somente pode ser concedido às *Maisons* francesas pela *Fédération de la Haute Couture et de la Mode*, um órgão do governo que está ligado à Câmara do Comércio e da Indústria do país. Somente ateliês autorizados podem usar da denominação de alta costura. Atualmente 17 *Maisons* são consideradas membros permanentes da Federação e 8 como membros correspondentes.

Lipovetsky ainda aponta o que fez com que a alta costura se diferenciasse e ganhasse tamanho significado dentro da moda:

Incontestavelmente, a Alta Costura é a instituição mais significativa da moda moderna; só ela precisou mobilizar permanentemente o arsenal das leis a fim de se proteger contra o plágio e os falsificadores, só ela despertou debates acalorados, só ela gozou de uma celebridade mundial, só ela se beneficiou da publicidade regular e acelerada da imprensa especializada (LIPOVETSKY, 2009: 81).

Para entender a moda discutida e estudada do século XX e que porventura chega até os dias atuais, é necessário buscar suas bases. Lipovetsky descreve o conceito de *moda de cem anos* e sua origem:

Foi ao longo da segunda metade do século XIX que a moda, no sentido moderno do termo, instalou-se. Certamente nem tudo então é absolutamente novo, longe disso, mas, de maneira evidente, apareceu um sistema de produção e de difusão

desconhecido até então e que se manterá com uma grande regularidade durante um século. [...] Da metade do século XIX até a década de 1960, momento, com efeito, em que o sistema começa a fender-se e a readaptar-se parcialmente, a moda vai repousar sobre uma organização a tal ponto estável que é legítimo falar de uma *moda de cem anos*, primeira fase da história da moda moderna, seu momento histórico e sublime (LIPOVETSKY, 2009: 79).

As mudanças e readaptações que ocorreram na década de 1960 são significativas e refletem o período de estabilidade e crescimento (mesmo que por vezes superficial) que a humanidade vinha vivenciando desde o fim da 2^a Guerra Mundial. A partir da intensa busca das grandes potências pelo avanço tecnológico e econômico, possibilitaram um “bem-estar coletivo” que derivou em novos movimentos sociais, novos questionamentos e modos de vida.

A realidade francesa da década de 1960 é a de um país que se recupera do desgaste vivido pela participação em diversas guerras desde o século XIX, dentre elas a 1^a e a 2^a Guerra Mundial, como aponta Jean-François Sirinelli (2014: 9)

até 1962, a história francesa poderia, sob muitos aspectos, se resumir nesta fórmula de impacto: a guerra sempre recomeçada. Por quase um século, de 1870 a 1962, a marca desta foi profunda na vida e na consciência da comunidade francesa.

Alguns destes conflitos não foram vivenciados em território francês, nem em suas grandes metrópoles, como a guerra da Indochina e da Argélia,

fator que acabou por não influenciar a vida dos franceses diretamente, como destaca Sirinelli (2014), mas, que somada à constante realidade de conflitos sucessivos do país, acabou por se enraizar e se mesclar na identidade nacional, instaurando assim uma realidade complexa entre os franceses e a guerra. De maneira que a constante da guerra, no imaginário francês, simbolicamente podia ser associada ao cerne da sociedade.

Após 1945, um crescimento contínuo sem precedentes pelas próximas três décadas marcou o país e ficou conhecido como *os Trinta Gloriosos*, o que acabou por marcar também grandes mudanças e transformações na sociedade francesa. Roger Price (2016) descreve em seu livro a maneira como o investimento econômico interno durante o período - mesmo com problemas relacionados à inflação - serviram para impulsionar a economia e destacar o país internacionalmente, trazendo assim mudanças estruturais e novas oportunidades diante das crescentes pressões competitivas da época. A década de 1960 em específico ficou marcada por uma maior abertura e ruptura da realidade existente até então, como Price (2016: 355) apresenta em sua continuação:

A década de 1960 constituiria os “anos de ruptura”. O crescimento econômico facilitou a mobilidade geográfica e social. As cidades recuperaram seu dinamismo e acelerou-se o êxodo do campo. Os valores religiosos e morais tradicionais foram questionados como parte de uma revolução dos “gostos e expectativas”. Os indicadores mais claros do tamanho das mudanças são as estatísticas sobre estruturas socioprofissionais, as quais revelam um rápido declínio da população empregada na agricultura, estabilidade no número de trabalhadores industriais, crescimento do número de

trabalhadores de escritório e um declínio no número de empregadores por causa do crescimento substancial das categorias profissionais e gerenciais, contribuindo para o fortalecimento das classes médias.

Com o surgimento de novas oportunidades no país, novos meios de produção e comércio também adentraram a economia francesa, por uma busca mais competitiva e similar a modelos estadunidenses, a produção mais rápida e em maior quantidade ganhou força no período.

Dentro destes parâmetros, com uma economia em constante crescimento e com uma sociedade de consumo fortalecida e revigorada, se encaixa a abertura da primeira *prêt-à-porter*² da *Maison YSL* em 1966 em Paris, a *Rive Gauche*, originalmente às margens esquerda do rio Sena. A popularização da *prêt-à-porter* foi um dos grandes marcos dentro da indústria da moda, sendo criada originalmente por Pierre Cardin de 1959, mas que ganhou fama e adeptos dentro e fora da França com Yves Saint Laurent e a *Rive Gauche*, como destacam as notícias do *The New York Times* do período, que apontam certa ansiedade e expectativa internacional para a inauguração da loja do estilista.

Rive Gauche apresentava uma realidade de consumo mais acessível às classes ascendentes do período, de forma que Saint Laurent usou sua *prêt-à-porter* como um laboratório de ideias, criando também coleções

² “Expressão lançada na França por Jean Claude Weill em 1949, a partir da expressão norte-americana *ready to wear*, pode ser considerada uma verdadeira revolução, pois muda completamente a lógica da produção industrial.” (CALANCA, 2011: 203).

diferentes das até então conhecidas em sua *Maison* e não simplesmente recriando versões mais acessíveis de suas peças de alta costura.

St. Laurent, o *le smoking* e as mudanças sociais do período

O contexto da década de 1960 se apresenta como um período marcante e de grande importância histórica, seja por via de seus diversos acontecimentos sociais, culturais ou econômicos. Dentro da França não foi diferente, tomando como exemplo acontecimentos do período como o início dos *Vinte Decisivos* (1965-1985), além do movimento de Maio de 68 e a crise política em que o país se encontrava sob o comando de seu presidente, o general Charles de Gaulle.

Nesta conjuntura, a indústria da moda necessitou apresentar novos formatos e opções para as demandas crescentes da sociedade do período, como pode ser visto por meio da cobertura jornalística de Gloria Emerson de 23 de julho de 1968 na matéria do *The New York Times* “*After the 'Revolution', Couture asks questions*”, na qual a jornalista questiona o posicionamento de alguns estilistas sobre os acontecimentos de Maio de 1968 e de que forma eles seriam refletidos em coleções futuras, além de alfinetar a possibilidade destas coleções serem vistas somente como uma forma de ganhar dinheiro em cima de movimentos sociais.

As mudanças culturais e econômicas do período apresentavam dois contrapontos importantes; de um lado uma crescente classe média (jovem) que ganhava poder aquisitivo, como descreve a matéria do *The New York Times* de 28 de dezembro de 1965, “*France is getting younger to the cry of*

‘I Am Free’” e buscava, no contexto dos países europeus em recuperação pós-guerra, uma maior internacionalização de certos aspectos na sociedade – aqui tomando como exemplo aspectos dentro da indústria da moda.

Por outro lado, alguns setores mais tradicionais como o das *Maisons* francesas enfrentavam crises com o aumento nos preços, nos custos de produção e manutenção, além de uma demanda de produção mais rápida do que a existente até o momento, para suprir uma nova geração de consumidores que tinham como base a classe média trabalhadora e sua nova valorização do tempo, seguindo o modelo estadunidense de “*ready to wear*” (o *prêt-à-porter* em francês), fato discutido nas manchetes de 14 de julho de 1965, “*St. Laurent sees growth in prestige, but not size*” e 12 de setembro de 1965, “*After Courrèges, what futures for Haute Couture?*” do jornal *The New York Times*. Tais vertentes de consumidores tomavam como base a crescente influência mundial dos Estados Unidos após 1945 e seu *american way of life*.

Todos estes fatores eram refletidos nas prioridades pessoais do período, o que, por sua vez, acabava por colocar toda a estrutura das *Maisons* e suas criações em grande risco. Isso é enfatizado por Mara Rubia Sant’anna-Muller (2011: 115) quando coloca:

Os anos pós-guerra, aos poucos, elaboraram uma nova sociedade, cujos valores eram representados com fragilidade pela Haute Couture francesa tradicional. [...] Contudo, na medida em que os anos 60 chegaram, observa-se modificações significativas nas tendências que todos os grandes costureiros apresentaram. Em grande parte, isso decorreu diretamente do falecimento ou afastamento do criador da direção de sua

Maison e a chegada de outros profissionais, que os substituíram. Porém, o fato de maior relevância está no redimensionamento do significado do papel da Haute Couture na produção da elegância idealizada, o que exigiu de seus novos profissionais outros perfis. Tal contexto exigiu das Maisons maior flexibilidade face aos novos grupos sociais que se constituíam a partir de outros poderes aquisitivos no cenário mundial. Na dança do poder, foi preciso abrir espaço para novos pares.

Neste contexto social se encontrava Yves Saint Laurent, o mais jovem *couturier* do período, considerado por alguns um “jovem prodígio” dentro da alta costura francesa. Com a abertura de sua própria *Maison* em 1961 obteve uma maior liberdade para experimentar e criar tendências, fato que não era tão apreciado quando trabalhava como diretor criativo da Dior.

Sua primeira grande criação que acabou ganhando destaque dentro e fora da França e atingiu o mercado estadunidense - um mercado importante a ser “conquistado” até os dias atuais quando se trata de comércio e consumo - foi o seu vestido Mondrian, criado para sua coleção de Outono-Inverno de 1965 e inspirado nas obras de Piet Mondrian, conforme observado em matérias do The New York Times e da Vogue Itália do período. O vestido também se tornou um dos símbolos da indústria da moda de *Op Art*³ (Arte Óptica) do período.

³ Refere-se a um movimento artístico que teve seu auge entre 1965 e 1968. Os artistas envolvidos nesta vertente realizam pesquisas que privilegiam efeitos ópticos, em função de um método ancorado na interação entre ilusão e superfície plana, entre visão e compreensão, dialogando diretamente com o mundo da indústria e da mídia (publicidade, moda, design, cinema e televisão), os trabalhos da *Op Art* enfatizam a percepção a partir do movimento do olho sobre a superfície da tela.

Foi uma das primeiras peças de sua criação que atingiram as grandes massas consumidoras, sendo copiado diversas vezes por grandes lojas de varejo pela Europa e América do Norte, como é destacado na entrevista do *The New York Times* de 12 de novembro de 1965, “*I hate Mondrian now*”, *St. Laurent says*”, em que a jornalista Angela Taylor entrevista o estilista em sua passagem por Nova York para promover seu perfume “Y” e Saint Laurent reforça, ainda que de forma bem-humorada, a pressão e o desgaste que a popularização do vestido Mondrian trouxeram, tanto pelas diversas cópias em si, mas também pela expectativa colocada para as suas próximas coleções.

Parte da popularidade do vestido pode ser analisada a partir da proposital representação do quadro de Mondrian no design, que passou a adquirir uma nova importância, um novo significado, indo além de um simples vestido ou peça de roupa e se elevando – até certo ponto – a um conceito de obra de arte.

A receptividade e a popularidade de Yves Saint Laurent no mundo da moda sofreram certa variação conforme o país. Ainda que de maneira geral mantivesse o prestígio que todos os estilistas franceses de alta costura carregavam e ainda carregam até hoje, o seu estilo, suas escolhas e criações possuíam mais impacto e importância no mercado estadunidense, além do mercado francês.

Esse fato era comprovado a partir de suas vendas e cobertura midiática do período, tomando como exemplo a matéria de Georgina Howell de 7 de agosto de 1966, “*Real Paris people and latest collections*”

para o *The Guardian*, na qual a jornalista descreve, a partir de sua viagem para Paris, o sentimento de “não pertencimento” quando analisa as roupas criadas pelos estilistas e de como “todas as pessoas são bem vestidas em Paris”, quando comparado com a sua realidade em Londres.

De tal forma, muitos críticos apontavam como o estilista “criava para o mercado estadunidense” e para as jovens “yé-yé”⁴, como é possível verificar na matéria do *The Guardian* de 6 de agosto de 1967, “*HERS: Runners-up win at Paris*”, sendo apontado que sua moda por vezes não representava o mercado europeu como um todo, já que este ainda carregava fortemente características mais tradicionais e clássicas, em especial no vestuário feminino de mulheres mais velhas.

Saint Laurent apostava em criações mais andróginas e “libertadoras” para o guarda-roupa feminino a cada coleção, seja por meio de vestidos não acinturados, leves, o uso de calça e shorts, blusas e vestidos com transparência ou a adaptação de peças estritamente masculinas para o guarda-roupa feminino, como foi o caso do *le smoking*, criado para a “*Pop Art Collection*” do Outono-Inverno de 1966.

O *le smoking* se baseava na adaptação do terno masculino - mantendo suas premissas de criação - para o uso no guarda-roupa feminino. Yves Saint Laurent o apresentou com a proposta de uso social formal, tal qual utilizado por homens. Era composto por uma calça social preta de

⁴ Termo originado na França para exemplificar a juventude efervescente do período de 1960. Muito associada a *boybands* da época, como Os Beatles e a “beatlemania”. O desenvolvimento desta cultura estaria ligado a uma conquista de autonomia dos adolescentes no seio da família e da sociedade.

corte reto, uma camisa branca com babados por baixo de um blazer pouco acinturado com quatro bolsos, três botões e finalizado com uma fita de cetim preta formando um laço onde costumeiramente ficam as gravatas no modelo masculino.

A importância da criação foi logo percebida pelo *couturier*, de forma que o design se manteve como uma peça fixa em todos os desfiles de suas coleções desde 1966 até 2002, quando o estilista se aposentou de sua *Maison*. O *le smoking* passava por uma releitura a cada coleção, sendo “reinventado” com base nas tendências e propostas que Saint Laurent desejava apresentar naquele desfile, porém, buscando manter em sua essência as premissas de um terno masculino adaptado para o corpo e o guarda-roupa feminino.

Segundo a matéria de 5 de agosto de 1966 do *The New York Times*, “*A nude dress that isn't: Saint Laurent in a new, mad mood*”, de Gloria Emerson, a influência para a criação do design teria vindo de Niki de Saint-Phalle, uma pintora, escultora e cineasta de origem francesa com quem Saint Laurent havia trabalhado no início daquele ano em uma produção de balé de Roland Petit. Vale o apontamento de que mesmo que Saint-Phalle seja de origem francesa, viveu por muitos anos nos Estados Unidos, obtendo dupla-cidadania, de forma que a jornalista a apresenta como estadunidense em sua matéria, dando assim o entendimento da influência de criação do *le smoking* aos EUA, como é observado em sua fala:

Niki de Saint-Phalle, artista americana radicada no país, foi a que mais influenciou Saint Laurent, embora ainda não saiba. A senhorita Saint-Phalle, cujas estátuas de mulheres enormes são chamadas de ‘Nanas’, conheceu o designer no início deste ano, quando foi co-criadora na decoração do balé de Roland Petit. Agora Saint Laurent copiou seu terninho “*black tie*” em veludo e lã (EMERSON, 1966).⁵

Porém, o estilista descreve sua inspiração a partir de uma foto de Marlene Dietrich usando roupas masculinas:

Fiquei profundamente impressionado com uma fotografia de Marlene Dietrich vestindo roupas masculinas, disse Yves Saint Laurent. Um smoking, um blazer ou uniforme de oficial da Marinha - uma mulher vestida de homem deve estar no auge de sua feminilidade para lutar contra um hábito que não é dela. (LAURENT apud THE NEW YORK TIMES..., [20--]: [1], tradução nossa).⁶

Saint Laurent descrevia que o *le smoking* poderia ser caracterizado como “uma peça indispensável com a qual ela (a mulher) se sentiria sempre estilosa, visto que se trata de uma roupa de estilo e não de moda. As modas

⁵ Texto original: “*Niki de Saint-Phalle, an american artist living in this country, has had the best influence of all on Saint Laurent, although she does not yet know it. Miss Saint-Phalle, whose statues of oversize women are called Nanas, met the designer earlier this year when she was co-designer of the décor of a Roland Petit ballet. Now Saint Laurent has copied her “black tie” trouser suit in velvet and in wool.*”

⁶ Texto original: “*I was deeply struck by a photograph of Marlene Dietrich wearing men’s clothes,” said Yves Saint Laurent. “A tuxedo, a blazer or a naval officer’s uniform — a woman dressed as a man must be at the height of femininity to fight against a costume that isn’t hers”.*

passam, o estilo permanece”⁷ (LAURENT *apud* MUSÉE..., [20--]: [1], tradução nossa). Diana Crane analisa em sua obra sobre como estilos alternativos de vestuário foram importantes para a ressignificação simbólica e independência feminina no contexto social:

O estilo alternativo de vestuário, que incorporava peças de roupas masculinas à vestimenta feminina, representava, consciente ou inconscientemente, uma forma de resistência ao estilo de vestuário dominante. [...] esse estilo representou uma espécie de inversão simbólica da mensagem dominante de vestuário feminino ao associá-lo ao masculino. Através de um processo de inversão simbólica, itens ligados à indumentária masculina ganharam novos significados – mais especificamente, a independência feminina – que desafiam as fronteiras de gênero (CRANE, 2009: 265).

A princípio a criação do *le smoking* não foi bem aceita pela clientela de alta costura, que normalmente era composta por mulheres ricas, mais velhas e tradicionalistas em sua forma de vestir, fato que fez com que somente uma peça fosse vendida de início. Somente quando Saint Laurent levou o modelo para sua loja *prêt-à-porter* – *Rive Gauche* que o design ganhou força e popularidade, acontecimento que é possível de ser observado na matéria do *The New York Times* de 16 de setembro de 1968, de Bernadine Morris, “*Saint Laurent has a new name for Madison Ave. – Rive Gauche*”, em que o *couturier* aponta as diferentes recepções da peça:

⁷ Texto original: “*For a woman, the tuxedo is an indispensable garment in which she will always feel in style, for it is a stylish garment and a not a fashionable garment. Fashions fade, style is eternal*”.

Eu primeiro criei o '*le smoking*' para a coleção de alta-costura, disse ele, mas ninguém comprou. Então, eu o trouxe para o *ready-to-wear* e foi um grande sucesso. Foi uma boa experiência para mim. Vi que o espírito de quem compra no *ready-to-wear* está mais adaptado à vida de hoje, mais receptivo às mudanças (LAURENT, 1968).⁸

A grande aceitação do design pelo público consumidor de sua loja *prêt-à-porter* desde o início tem como justificativa a base econômica e a faixa etária de sua clientela, já que sua maioria era composta por mulheres jovens, de classe média que já estavam inseridas no mercado de trabalho e possuíam uma maior adaptação a novas tendências de moda, fatores que são observados nas matérias do *The New York Times* do período.

Um dos marcos que veio a fortalecer o *le smoking* como uma das peças icônicas da moda para a contemporaneidade foi a publicação de uma matéria da *Vogue Paris* de setembro de 1975, intitulada “*Haute Couture 1975-1976*” que apresentava um editorial fotografado por Helmut Newton, um renomado fotógrafo de moda. Dentre os designers escolhidos para o editorial estavam algumas peças da *Maison Yves Saint Laurent*, dentre elas o *le smoking* criado para aquela estação.

As fotografias que utilizaram o *le smoking* foram feitas à noite em becos nas ruas de Paris, nas quais a modelo foi representada em um visual

⁸ Texto original: “I first did ‘le smoking’ for the couture collection” he said, “but nobody bought it. Then I brought it out in ready-to-wear and it was a great success. It was a good experience for me. I saw the spirit of the people who bought ready-to-wear is more adapted to the life of today, more receptive to change”.

andrógino, com características e hábitos tradicionalmente vistos como masculinos, seja por seu cabelo curto, estar sem maquiagem, fumando, em uma pose fechada e séria como eram feitas a maioria das fotos publicitárias de ternos masculinos.

O editorial foi considerado um marco no período, tanto para a carreira de Yves Saint Laurent, o fortalecimento e a reafirmação de sua criação quase uma década depois, quanto para a forma de representação feminina e de feminilidade ao utilizar o *le smoking* em uma proposta mais androgina e “fora dos padrões” de beleza femininos.

Saint Laurent reforçou, através de seu consistente uso de calças em desfiles, o processo transformatório no guarda-roupa das mulheres ocidentais do período, principalmente no uso de calças sociais, que eram vistas majoritariamente como parte do vestuário masculino até então, ao contrário de calças jeans que eram mais aceitas, principalmente no cotidiano de mulheres jovens e/ou trabalhadoras desde a década de 1950.

O uso de calças sociais no dia a dia feminino da época era visto como mais uma “desnecessária moda passageira”, algo de uma estação que seria esquecido dentro do guarda-roupa. Também não era considerado como uma roupa aceitável para que se frequentasse certos estabelecimentos, como por exemplo restaurantes. Neles, ocorriam histórias como a da socialite Nan Kempner, que foi barrada de entrar em um famoso restaurante em Manhattan, o *La Côte Basque*, por estar usando o *le smoking*, de maneira que, para conseguir entrar, teve que se despir da calça e transformar o blazer em um minivestido.

Reportagens - como a do *The New York Times* de 10 de abril de 1967, “*The continuing story of the Pants Suit: will it survive?*”, por Marylin Bender - apontam a visão da sociedade do período sobre o controle do feminino, seja do corpo, da postura, da vestimenta ou de qualquer outro aspecto dentro deste ideal de mulher. Desta forma, na matéria, a fala de uma das entrevistadas, Ellen Brooke (1967), reitera este pensamento:

Um grupo inteiro da humanidade ainda não começou a receber a mensagem. O terninho social tem um bom caminho a percorrer ainda. Mas ao menos que você tenha bom gosto e um bom traseiro você não deve usá-lo. Uma mulher sempre deve manter a elegância e graça ao se movimentar.⁹

Assim também ocorre na reportagem de 7 de outubro de 1968, “*Even the restaurants concede that pants are fashionable*”, de Bernadine Morris para o *The New York Times*. Nesta reportagem, um dos apontamentos feitos pela jornalista quanto à popularização e à possível aceitação do uso de calças versa sobre a insatisfação masculina: “as objeções mais vociferantes vêm de homens que gostam de olhar para as pernas e consideram as minissaias a moda mais sensata”¹⁰ (MORRIS, 1968). Outro ponto destacado na reportagem é o receio por parte das mulheres de não parecerem femininas usando calças, de forma que deixariam de usar por

⁹ Texto original: “*A whole coterie of humanity hasn't begun to get the message yet. The pants suit has quite a way to go. But unless you have taste and a good behind you shouldn't wear it. A woman should be a thing of grace in movement always*”.

¹⁰ Texto original: “*The most vociferous objections come from men who like to look at legs and found miniskirts the most sensible fashion going*”.

reprovação masculina, como apontava Monrie Meyerson - uma engenheira industrial - quando fala que “se meu marido se opusesse, eu não usaria”.

Michelle Perrot, em sua obra “Minha história das mulheres”, cita Georges Duby em sua análise sobre como a iniciativa (e o poder) masculinos afetam a maneira como as mulheres se enxergam e buscam representação:

[...] a força da iniciativa masculina que reduz as mulheres a espectadoras, mais ou menos submissas, de si mesmas. "As mulheres não representavam a si mesmas", escreve ele. "Elas eram representadas. [...] Ainda hoje, é um olhar de homem que se lança sobre a mulher" e se esforça para reduzi-la ou seduzi-la (PERROT, 2007 apud DUBY, 1992: 192).

A moda, em especial a moda de alta costura do período, foi de grande importância para a disseminação e a aceitação de novos estilos e propostas de vestimentas no guarda-roupa feminino. Crane aponta, em especial, a importância da *haute couture* na aceitação e posteriormente popularização, do uso de calça pelas classes média e alta quando descreve que “a calça foi aceita pelas mulheres de classe operária durante a guerra, e apenas muito mais tarde, na década de 1960, pelas de classe média, depois de aparecerem nas coleções de estilistas franceses” (CRANE, 2009: 257).

Desta forma, o contexto social favorável encontrado em meados da década de 60 aos movimentos sociais - em especial o início da segunda onda do movimento feminista, que “explodiria” na década de 1970 nos Estados Unidos e na Europa -, os ideais e os questionamentos quanto ao

“ser mulher”, seu papel na sociedade e a busca por igualdade de direitos influenciaram na modificação de diversos aspectos e costumes na sociedade que, por sua vez, vieram a ser representados em diferentes formatos, um deles sendo por meio do vestuário.

Yves Saint Laurent marcou seu nome como um dos estilistas “visionários” que entendiam e buscavam, por meio de suas criações, oferecer novas bases de expressão para as mulheres do período, valendo-se da ressalva de que suas propostas e influências se mantinham originalmente no âmbito de mulheres de classes média, média-alta e alta. Ao mesmo tempo, porém, entendia que, a partir da popularização de seus designs, com sua reprodução alcançando os grandes mercados de moda e, assim, as grandes massas populares, com as lojas de varejo, também seus ideais e suas propostas chegavam para o guarda-roupa feminino mais generalizado.

Considerações finais

O legado deixado por Yves Saint Laurent avança além da criação do *le smoking*, passando pelo vestido Mondrian, as coleções *Safari* e *Scandal* e a valorização do uso de transparências em suas roupas. Simboliza, por meio do vestuário, uma nova visão para o vestir feminino e apresenta, a partir da moda, oportunidades de redefinir padrões.

Em especial, o *le smoking* ganha destaque por ressignificar um vestuário estritamente associado ao masculino, que representava a detenção do poder, influência social e econômica da época – homens de negócios, influentes e tradicionais do período, podendo ser exemplificados por

corretores da bolsa de valores de Nova York, trabalhadores de grandes empresas em centros urbanos ou simplesmente por donos dos meios de produção.

Desta forma, o terno em si como uma peça de roupa não sofre modificações em sua importância e simbologia como um ícone de status e poder por aqueles que o vestem, mas ganha uma ampliação e nova aceitação social para serem utilizados, a partir daquele período, também por mulheres.

Também é necessário compreender a importância que teve a *Rive Gauche* e o formato *prêt-à-porter* na disseminação e popularização do *le smoking* para um grande número de mulheres de diferentes classes sociais, além das tradicionais consumidoras da *haute couture* do período. O público jovem consumidor, observador de tendências e frequentador de lojas no formato *ready to wear*, ganhou força e importância no período, de tal modo que passou a ditar e influenciar os novos passos da indústria da moda.

As décadas de 1960 e 1970, como um todo, são marcadas por diversas quebras de paradigmas, revoluções e mudanças sociais ao redor do mundo. As modificações e popularizações no guarda-roupa do período puderam ocorrer, sendo aceitas e disseminadas principalmente por acontecerem nesta época, o que pode ser entendido como “uma tempestade perfeita”, já que os movimentos sociais e a busca por mudanças, neste caso femininas, já haviam ocorrido anteriormente diversas vezes, conquistando outros direitos - que vieram a abrir caminho para estas conquistas – desta maneira não podendo ser delimitadas somente a este período, já que se

entende que o questionamento, busca por aceitação e a transitoriedade são uma constante humana.

Referências

- BENAÏM, Laurence. *Yves Saint Laurent: uma biografia*. São Paulo: Siciliano, 1994.
- CALANCA, Daniela. *História social da moda*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2011.
- CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2013.
- FEDERATION DE LA HAUTE COUTURE ET DE LA MODE. *Haute Couture: haute couture members*. France, Paris, [20--]. Disponível em: <<https://fhcm.paris/en/haute-couture-2/>>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: A moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MUSÉE YVES SAINT LAURENT PARIS. *First tuxedo: related to fashion*. França: Paris, [20--]. Disponível em: <<https://museeyslparis.com/en/biography/premier-smoking>>. Acesso em: 9 set. 2020.
- _____. *Rive Gauche: related to haute couture house*. France: Paris, [20--]. Disponível em: <<https://museeyslparis.com/en/biography/saint-laurent-rive-gauche>>. Acesso em: 5 set. 2020.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995. Disponível em:

<https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=14>. Acesso em: 14 nov. 2020.

PRICE, Roger. *História concisa da França*. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2016.

RAINHO, Maria do Carmo. A moda como campo de estudos do historiador: balanço da produção acadêmica no Brasil. In: COLÓQUIO DE MODA, 11, 2015, Curitiba. Disponível em: <<http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202015/ARTIGOS-DE-GT/GT06-MODA-E-CULTURA/GT-6-A-MODA-COMO-CAMPO-DE-ESTUDOS-DO-HISTORIADOR.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2020.

SANT'ANNA-MULLER, Mara Rubia. Prêt-à-Porter, discussões em torno de seu surgimento e relação com a Alta-Costura francesa. *Projética Revista Científica de Design*, Universidade de Londrina, v. 2, n. 2, p. 114-127, dez. 2011. DOI. 10.5433/2236-2207.2011v2n2p114. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/projetica/article/view/8856>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SHARDLOW, Estella. *Business Insider*. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/ysls-greatest-fashion-hits-2011-8>>. Acesso em: 21 out. 2020.

SIRINELLI, Jean-François. *Abrir a História: novos olhares sobre o século XX francês*. 1. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2014.

THE *Guardian Archives: the largest online newspaper archive*. Disponível em: <<https://theguardian.newspapers.com/>>. Acesso em: 01 set. 2020.

TIMES Machine. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/search/?srchst=p>>. Acesso em 01 set. 2020.

VOGUE Itália Archive. Disponível em: <<http://archivio.vogue.it/archivio>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

VOGUE PARIS. *Haute Couture 1975-1976*. Paris, n. 559, p. 144, set. 1975.

Recebido em: 17/02/2021

Aceito em: 15/04/2021

Resenhas

KIERNAN, Ben. *Việt Nam – A History from Earliest Times to the Present*. New York: Oxford University Press, 2017.

Carlos Eduardo Bione Sidrônio de Lima¹

Os estudos asiáticos no Brasil vêm desenvolvendo nos últimos anos, com algum fôlego, boas produções acadêmicas. Alguns departamentos, com maior frequência aqueles de língua, cultura e civilização estrangeiras, têm se esforçado para criar e manter centros de estudo sobre a Ásia. Os departamentos de História, por sua vez, com esforços igualmente louváveis, vêm já há algumas décadas envidando esforços no sentido de contribuir para uma abordagem mais matizada e vertical dos temas asiáticos, retirando-os assim de um destino quase sempre panorâmico da visada internacionalista interessada, mais imediatamente, nas conjunturas político-econômicas da ordem do dia.

Nesse contexto de abertura e consolidação de uma área de especialização, os estudos asiáticos quase sempre são sinônimo, no volume da produção acadêmica brasileira, de estudos sobre China, Japão e, com menos incidência, Coreia do Sul. As relações históricas mais próximas do Brasil com esses três países acabam, de alguma forma, condicionando e dirigindo o interesse do pesquisador brasileiro por temas ligados àqueles momentos em que estabelecemos relação mais direta com esses três representantes do extremo leste.

¹ Discente de graduação em História da Universidade de Brasília (UnB). Email para contato: cadubione@gmail.com.

Entretanto, quando nos afastamos um pouco dessa grande órbita sino-nipônica, deparamo-nos com um quase-vazio que só não é total devido aos esforços hercúleos de alguns poucos pesquisadores e suas pequenas ilhas de resistência para manter o interesse e alguma produção que abarque outras histórias, outras narrativas, outros povos.

O espaço compreendido pelo Sudeste Asiático é um exemplo desse acantonamento involuntário promovido na nossa produção acadêmica pelo “excesso” – com todas as aspas que esta hipérbole exige – de interesse pelo eixo China-Japão. Uma bela e promissora exceção a esse paradigma vem sendo a produção do Professor Emiliano Unzer Macedo, do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo. Em 2019, o professor lançou um rico compêndio de “História da Ásia” que, ao longo de 656 páginas, perfaz a trajetória, dos tempos míticos aos conflitos pós-coloniais, de um espaço geográfico que se estende de Karachi a Tóquio.

Ao e à estudante futuros pesquisadores e pesquisadoras mais interessados na história nacional dos Estados que compõem o Sudeste Asiático, por exemplo, a solução que se impõe é recorrer à produção acadêmica internacional. Nesse sentido, o acesso à bibliografia estrangeira se assevera como praticamente única via possível para que pesquisas possam ser desenvolvidas e amadurecidas.

As produções francófonas e anglo-saxônicas vêm, desde meados da década de 1970, muito por conta do *boom* dos estudos culturais nos

departamentos de LLCE², se dedicando à produção de estudos periféricos, não-cênicos. Nesse contexto específico, a referência de centralidade é a China, o Japão e, em alguns casos, mais tarde, a Rússia asiática, já num período pós-soviético. Dessa forma, os países que estiveram fora da área de interesse mais imediata dos dois blocos antagônicos no contexto da Guerra Fria passaram a adquirir alguma atenção no momento em que se projetaram como bloco não-alinhado, engajados na criação de uma possível terceira via.

Diante desse cenário, a reação foi quase imediata nos grandes centros de referência acadêmica da Europa e dos Estados Unidos no sentido de investir na pesquisa sobre a diversidade que integrava aquele bloco então dissidente. Como resultado direto daquela conjuntura, hoje temos espalhados pelo Norte global institutos de excelência para os estudos asiáticos, sobretudo dedicados aos espaços periféricos com menor frequentaçāo no *mainstream* acadêmico.

Diante desse quadro sintético do atual estado da arte dos estudos asiáticos, temos acompanhado nos últimos anos publicações de grande envergadura promovendo profundas renovações na forma como algumas histórias nacionais foram escritas ao longo da segunda metade do século XX. O Vietnam, em especial, tem merecido a atenção de especialistas do mundo asiático.

² Língua, Literatura e Cultura Estrangeiras.

Se, para a produção francesa³, até pelo menos a década de 1990, o país permaneceu em certa medida preso à condição de “nação rebelde”, muito por conta da dissolução do projeto imperialista da Indochina francesa em meados da década de 1950, a partir dos anos 2000 vemos uma mudança de abordagem e uma renovação temática substancial nos estudos vietnamitas francófonos. Basta apenas mencionar aqui a publicação, em 2001, da obra que já nasceu como um clássico incontornável para os estudos do sudeste asiático, o “História de Hanói”⁴, do Professor Philippe Papin. Muito dessa mudança de tom na forma como o Vietnam havia sido até então estudado pela escola francesa encontra respaldo na produção daquele historiador que, para além da academia, desenvolve concomitantemente e *in loco* projetos de coleta e preservação de vestígios históricos da antiga civilização do Dai Viet.

No espaço anglófono, a produção dos estudos vietnamitas segue profícuo. É bem verdade que muito do interesse pelo Vietnam, tanto por parte dos pesquisadores estadunidenses quanto dos ingleses, se concentra no período histórico que vai de 1954, com a assinatura dos Acordos de Genebra e a subsequente dissolução da Indochina francesa, até 1975, com a retirada, de solo vietnamita, das forças de guerra lideradas pelos EUA. Desse minúsculo recorte temporal – de uma civilização que acumula mais de quatro milênios de história –, percebe-se facilmente a tendência, e até

³ Notadamente nos artigos dedicados ao mundo vietnamita publicados pelos “Cadernos da Escola Francesa do Extremo Oriente” (*Cahiers de l’École française d’Extrême-Orient* - CEFEO).

⁴ No original: PAPIN, Philippe. *Histoire de Hanoi*. Paris: Fayard, 2001.

um certo fascínio, por uma historiografia belicocentrada na produção anglo-saxônica. As publicações em língua inglesa abordando os mais diversos aspectos ligados à guerra levada a cabo pelos EUA, de 1955 a 1975, em solo vietnamita, acumulam-se às centenas.

Na contracorrente a essa tendência hegemônica, vimos recentemente, no curto espaço de quatro anos, a publicação de três estudos de grande fôlego voltados exclusivamente à história do Vietnam⁵. O mais recente deles, lançado em 2017, o “*Việt Nam – A History from Earliest Times to the Present*”, do historiador estadunidense Ben Kiernan.

Desde 1990, Kiernan é professor da Universidade de Yale e diretor-fundador do Programa de Estudos sobre Genocídios na mesma instituição. Nascido na Austrália, desde jovem Kiernan nutre especial interesse pelos temas referentes ao Sudeste Asiático. Esteve no Camboja pouco antes da chegada ao poder dos *Khmers Rouges*. Intrigado com a situação política do país, então totalmente fechado para o resto do mundo, Kiernan começou a realizar, em 1975, uma série de investigações e entrevistas com nacionais refugiados do regime *Khmer*. Desde 1976, vem publicando estudos sobre a península asiática, tendo o Camboja lugar de destaque na sua produção. Na década de 1980, Kiernan colaborou com o Professor Gregory Stanton, da *George Mason University*, na Virginia

⁵ Em ordem cronológica: TAYLOR, K. W. *A History of the Vietnamese*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013; GOSCHA, Christopher. *Vietnam: A New History*. New York: Basic Books, 2016; KIERNAN, Ben. *Việt Nam – A History from Earliest Times to the Present*. New York: Oxford University Press, 2017.

(EUA), para levar os titulares do regime cambojano *Khmer Rouge* à Corte Internacional de Justiça.

Nesta obra de 2017, dedicada inteiramente ao Vietnam, o Professor Kiernan percorre, desde a pré-história do país, remontando a análises de vestígios bacsonianos⁶ de cerca de 9000 a.C., passando pelo primeiro registro escrito nos anais chineses, da década de 220 a.C., sobre os “costumes não-ortodoxos” dos povos Yuè, ancestrais da etnia vietnamita, na região do Lạc Việt – área ao Sul da China, atual província de Guangxi, onde se agruparam diferentes ramos da etnia Yuè (KIERNAN, 2017: 144).

Até chegar à invasão do Nam Việt pelos Han chineses, em 111 a.C, à ocupação e subjugação do território Việt por mais de um milênio pelo império sínico, e à posterior criação, uma vez liberto, do império unificado do Đại Cồ Việt (Grande Vietnam), em 968 d.C., por Đinh Bộ Lĩnh, o Professor Kiernan consagra as duas primeiras partes do livro, equivalentes a aproximadamente 280 páginas. Um feito raramente encontrável na historiografia mais tradicional dedicada ao pequeno país do Sudeste Asiático.

Com certa frequência, na produção bibliográfica dedicada ao país, mencionam-se em bloco: (i) a ocupação e anexação levada a cabo pelo Império Han; (ii) a presença de um legado burocrático-administrativo e confucioniano, que foram implantados ao longo da ocupação, sobrepondo-se e moldando a “nova” feição da civilização Việt, uma vez recuada a presença

⁶ Referentes ao grupamento étnico oriundo de BẮc Son, atual província de Lạng Sơn, a extremo norte do Vietnam.

chinesa como consequência da desagregação da dinastia Tang; e, na sequência cronológica, (iii) as tentativas de construção de um império vietnamita consolidado, em fins do século X e alvorecer do XI.

Portanto, pelas quase trezentas páginas iniciais dedicadas exclusivamente à época pré-nacional⁷ da história do Vietnam, recorrendo a fontes documentais pouco ou quase nunca exploradas, do Império Han ao Império Han do Sul⁸ (cobrindo um período que se estende de 111 a.C. a 938 d.C.), a obra de Kiernan deixa a sua importante contribuição para os estudos sobre a construção do Estado vietnamita, mas também, numa visada mais ampla, acerca da formação das sociedades e dos Estados nacionais na península indochinesa – pois a formação do Vietnam teve papel preponderante na conformação dos Estados circunvizinhos, Laos e Camboja, antes territórios dos impérios do Siam e Khmer.

⁷ Fazemos aqui uma observação: essa expressão é fruto de uma terminologia da qual estamos “refém” na contemporaneidade, pois, a rigor, esse espírito de identidade de um grupo social – que seria um dos elementos caracterizadores (somado a outros) da ideia de “nação” na sua acepção contemporânea – já estaria presente desde o período em que os povos *Nam Yuè* [trad.: *Yuès do Sul*] (etnias que habitavam o sul da China, atual província de Guangxi) decidiram se afastar do domínio chinês e migrar rumo à porção mais meridional do continente, instalando-se por fim na região do delta do Rio Vermelho (Sông Hồng). Porém, na historiografia, convencionou-se nomear como “pré-nacional” o longo período em que o Vietnam esteve ligado à China, seja como região ocupada, anexada, seja como Estado vassalo. Teríamos então um período propriamente nacional a partir da derrocada chinesa na batalha naval de Bạch Đằng e da consequente instituição da Dinastia Đinh, no ano 968 da nossa era.

⁸ O intervalo entre esses dois impérios sínicos cobre cronologicamente o chamado “período chinês” do Vietnam.

Diante de um trabalho de tamanha envergadura seria inapropriado querer exigir do seu autor total inovação e, consequentemente, uma contribuição inédita para o campo dos estudos vietnamitas. Temos de ter sempre em vista, num horizonte interpretativo mais amplo, que todo o trabalho de investigações, pesquisas e até mesmo análises mais conjunturais, dentro da grande área das Ciências Humanas, é tributário daqueles que o antecederam – seja no sentido da continuidade, seja no da ruptura e da mudança de paradigmas.

Num caso ou no outro, a existência de marcos de referência é essencial para o avançar do pensamento, concordemos ou não com eles. Isto dito, há que se considerar que o diálogo, o debate com uma tradição é sempre produtivo na medida em que recupera os principais marcos da trajetória de uma dada área de pesquisa. Não há discurso adâmico, já nos lembrava o teórico dos estudos dialógicos. E, no caso do Sudeste Asiático, querer propor simplesmente o apagamento da vasta produção acumulada, sobretudo ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, em nome de uma provável refundação ôntico-epistêmica historiográfica seria tão simplesmente jogar fora a criança junto com a água do banho.

Dessa forma, entendemos o esforço do autor de recuperar uma vasta tradição de escritos na área – vide a longa notação que acompanha toda a obra – para estabelecer as suas análises de forma dialógica, tendo sempre em seu horizonte as contribuições anteriores de especialistas desde, pelo menos, a década de 1950. Essa dinâmica crítica e atualizadora do debate ganha força sobretudo naquelas passagens que dão ossatura à primeira

metade do livro: partes I, II e III, em que Kiernan aborda as especificidades das primeiras formas de organizações sociais experienciadas pelos povos Viêt, as *chefaturas*⁹, as *províncias* e, mais tarde, os *reinos* respectivamente.

Outro aspecto que merece destaque na obra de Kiernan é o uso contextualizado de um rico conjunto de imagens e mapas que auxiliam fortemente a leitura e a compreensão por parte daquele leitor pouco habituado ao universo topográfico do Sudeste Asiático. Para além das clássicas imagens das terraças de produção de arroz, frequentes nos livros didáticos como exemplo do “modo de produção asiático”, a iconografia mobilizada pelo Professor Kiernan, no seu “*Viêt Nam – A History from Earliest Times to the Present*”, reconstitui visualmente um espaço/tempo muito específico que é o do Vietnam moderno em sua condição geográfica, ocupando a costa leste da península asiática, acantonado entre a Cordilheira Anamita e o Mar da China Meridional. Esse dado, que para o leitor desavisado pode parecer mero preciosismo topográfico, constitui,

⁹ No original *chiefdoms*, agrupamentos que têm na figura de um chefe a sua principal liderança e referência para a organização do grupo. Para a antropologia cultural, *grosso modo*, distingue-se a chefatura da organização de tipo tribal, por exemplo, por aquela não ser baseada numa coesão social, étnica e política de forma estrita, como costuma acontecer nas tribos. Outro ponto distintivo da chefatura seria o fato de a figura do chefe ser atribuída quase sempre por laços de hereditariedade e sua liderança ser operada por consenso e não por coerção – há, entretanto, casos em que a chefatura é exercida a partir de eleição consensual do agrupamento (cf. SKALNÍK, Peter. *Chiefdom: a universal political formation?* *Focaal – European Journal of Anthropology*, n. 43, p. 76-98, 2004).

entretanto, fator primordial para a forma como se deu o histórico desenvolvimento da civilização Viêt.

Eis aqui outro ponto de importância analisado com atenção pelo autor ao longo do seu estudo. Atravessando os diferentes períodos históricos, Kiernan identifica o imperativo que se impôs como condição de sobrevivência ao povo vietnamita, desde o período fundacional e da grande migração dos povos Yuè, do sul da China em direção ao norte do atual Vietnam, estabelecendo-se no Delta do Rio Vermelho: a necessidade de adaptarem-se ao rigoroso regime de monções que “castiga” sazonalmente a região.

Do extremo norte ao extremo sul, o território vietnamita é atravessado por abundantes cursos d’água e, durante a quase totalidade da sua história, os viet – maioria étnica que compõe o país – viveram nas terras baixas. A ocupação massiva e integração das terras altas do Vietnam remontam à primeira metade do século XX¹⁰. Este fato fez com que “naturalmente”, ao longo da sua história, para permanecerem como unidade civilizacional coesa e relativamente independente, que se distinguia daquela reunida dentro do império chinês Han, ao norte, os viet tiveram de desenvolver uma relação de parceria, inicialmente, com os regimes naturais das águas na região do antigo Tonquim (norte do atual Vietnam) e, posteriormente, com o regime de inundações no Delta do Mekong, região

¹⁰ Cf. PAPIN, Philippe. *La création d'un espace politique national: le Vietnam et son histoire, XVe-XIXe siècles, entre la Chine et la France*. Université de Genève. Conferência, 30 out. 2013.

da Cochinchina, atual cidade de Ho Chi Minh, ao extremo sul do país (KIERNAN, 2017: 76, 225).

Toda essa saga, na lida com as águas, para estabelecerem-se no território é densamente analisada pelo Professor Kiernan ao longo de um capítulo inteiro dedicado aos três elementos decisivos para o enraizamento e crescimento pujante daquela civilização, a saber, as águas, a cultura do arroz e a abundância de metais, que proporcionaram o desenvolvimento de instrumentos de trabalho necessários à manutenção daquela sociedade.

As três partes subsequentes do livro, dedicadas respectivamente ao estudo da conformação do espaço territorial do país no período moderno, ao estabelecimento das colônias e à criação lenta e dolorosa das repúblicas contemporâneas, ocupam a segunda metade da obra.

Na quarta parte, Kiernan dedica-se aos processos que, ao longo da modernidade, vão direcionar os caminhos da geopolítica do país. Inicialmente, o autor se ocupa com mais atenção dos conflitos que opuseram os clãs Mạc e Lê ao longo do século XVI; passando, na sequência, à análise do XVII e ao intrincado confronto entre Norte e Sul, controlados respectivamente pelos Trịnh e pelos Nguyễn – casas senhoriais que acantonaram a dinastia Lê e assumiram o comando *de facto* do país.

Desse período de longo conflito interno, com três guerras civis, Kiernan irá identificar, no final do XVIII, a retomada do “grande consenso” e a volta da unificação política e territorial preconizada pela restituição do *Đại Việt*, ou o *Grande Vietnam*. Ganhando destaque igualmente, nessa parte do

livro, o importante papel assumido pelo país no cenário internacional para as trocas comerciais entre o ocidente e o continente asiático. Devido ao longo e histórico fechamento comercial do Império do Meio para os estrangeiros, o Vietnam desempenhará, momentaneamente, a função de “balcão comercial” com navegações no Mar da China, dando assim escoamento às manufaturas chinesas. A complexa e controversa questão dos missionários, representados pela missão francesa, também recebe atenção pormenorizada do autor.

À quinta parte do livro é dedicada a leitura da ocupação colonial pelo imperialismo europeu a partir de meados do século XIX com a instituição da Indochina francesa. Kiernan analisa como paralelamente à instalação da administração colonial em todo o território nacional – do norte, Tonquim, passando pelo centro, Annam, até o extremo sul, Cochinchina – um forte movimento nacionalista ia se articulando, sobretudo nas províncias mais antigas do norte. Fato este que irá desaguar nos conflitos de resistência anticolonialista ao longo do segundo quartel do século XX.

Para além do apontamento dos marcos bélicos, que vão dar corpo à vasta cronologia de conflitos ao longo da primeira metade do século XX, passando pela Revolução Cultural de 1920-40, interessa ao autor investigar as condicionantes históricas que estão na base dos focos de resistência nacionalista contra a empresa colonial. Dessa tática de sabotagem ao sistema, que irá culminar na dissolução do império colonial indochinês, Kiernan entrevê a organização política da frente popular na vanguarda das lutas republicanas, que marcarão os tensos anos da segunda metade do XX.

Na parte final do seu livro, a VI, ao abordar o conflito com os EUA, *academia oblige*, o autor desenvolve um denso apanhado do saldo resultante dos vinte anos de guerra e suas consequências para os contornos da fundação do Estado republicano vietnamita. Do período compreendido entre 1975 e 2016, o autor analisa a construção do Vietnam contemporâneo, passando por temas essenciais como a grande diáspora do pós-guerra; o difícil lugar de equilíbrio entre a gigante China e os contenciosos territoriais com o Camboja; e, por fim, os desafios políticos, econômicos e socioculturais enfrentados por um país que cresce pujantemente no seu contexto e que se projeta, regional e internacionalmente, nas trocas comerciais, dentro de uma dinâmica de recondução da cena asiática ao centro dos interesses globais.

Temáticas frequentes nos escritos que abordam a construção histórica desse país tão multifacetado como o Vietnam - o espaço geográfico, as formas de sua ocupação e os regimes administrativos que se sucederam - configuram-se como aspectos importantes nas obras especializadas, cuja abordagem vai além da simples reprodução das narrativas belicocentradas, demasiadamente dedicadas ao teatro das atrocidades que invadiu o país por longos vinte anos (1955-1975).

Por esse esforço de romper uma hegemonia representacional que se construiu ao longo do tempo – a de aprisionar a história do Vietnam e da saga civilizacional dos povos Viêt a um átimo de tempo marcado pela intervenção e ingerência beligerantes externas –, e, sobretudo, por ousar dedicar tanta tinta a períodos frequentemente “silenciados” pela narrativa

historiográfica convencional, a obra do Professor Ben Kiernan, certamente, tem seu lugar garantido na (ainda) escassa pléiade dos estudos acerca do Sudeste Asiático. Resta-nos a torcida sempre renovada de que esta obra-farol, já um clássico, *Việt Nam – A History from Earliest Times to the Present*, seja traduzida no Brasil em algum momento e que ela possa alcançar um número maior de leitores para além do público anglófilo. Pois o ocidente certamente ainda tem muito a aprender com a história dessa civilização que a literatura universal se encarregou de descrever poeticamente como *a pérola asiática incrustada no Mar da China*.

Referências

- BROCHEUX, Pierre.; HÉMERY, Daniel. *Indochine: la colonisation ambiguë, 1858-1954*. Paris: Éditions la découverte, 2001.
- DUIKER, William J. *Historical Dictionary of Vietnam*. 2. ed. *Asian/Oceanian Historical Dictionaries*, n. 27. Boston: Scarecrow Press, Lanham, Md. & London, 1998.
- DUMOUTIER, Gustave. *Études sur les Tonkinois. Bulletin de l'Ecole française d'Extrême-Orient, Tome 1*, n. 2, p. 81-98, abr. 1901.
- DUONG, Quang Häm. *Leçons d'histoire d'Annam*. Nam Dinh: Truong-Phat, 1927.
- FANCHETTE, Sylvie; STEDMAN, Nicholas. *À la découverte des villages de métier au Vietnam: Dix itinéraires autour de Hà Nội*. Marseille: IRD Éditions, 2009.
- GOSCHA, Christopher. *Vietnam: A New History*. New York: Basic Books, 2016.

HOCQUARD, Charles-Édouard. *Une campagne au Tonkin*. Paris: Hachette, 1892.

KIERNAN, Ben. *Việt Nam – A History from Earliest Times to the Present*. New York: Oxford University Press, 2017.

_____. *Genocide and Resistance in Southeast Asia – Documentation, Denial, and Justice in Cambodia and East Timor*. New Brunswick: Transaction publishers, 2008.

LÊ, Thành Khôi. *Le Viet-nam – Histoire et Civilization*. Paris: Éditions de Minuit, 1955.

PAPIN, Philippe. *Histoire de Hanoi*. Paris: Fayard, 2001.

_____. *Viêt-nam – Parcours d'une nation*. Paris: La Documentation Française, 1999.

PHILLIPS, Douglas. *Vietnam. Modern World Nations Coll.* New York: Chelsea House, 2006.

PRÉCIS d'Histoire d'Annam. 2. ed. Saigon: Imprimerie de la mission, 1918.

TAYLOR, Keith W. *A History of the Vietnamese*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

TRỊNH, Văn Thảo. *Vietnam du confucianisme au communisme*. Paris: L'Harmattan, 1990.

UNZER, Emiliano. *História da Ásia*. Columbia: Amazon, 2019.

_____. *História da Ásia: uma introdução à sua história moderna e contemporânea*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2016.

VUÔNG, Thu Trang; VUÔNG, Quan Hoang. *L'Indochine française du XXIe-XXe siècle - politique et religions. Working Papers CEB, Université Libre de Bruxelles*, n. 18-002, 2018.

Recebido em: 03/03/2021

Aceito em: 16/03/2021

WACHTEL, Nathan. *Paradis du Nouveau Monde. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2019.*

*Heloisa Motelewski Trippia*¹

As associações interdisciplinares entre os campos historiográficos e antropológicos parecem render grandes contribuições para o entendimento da História, como é possível de se perceber, por exemplo, pela abordagem histórico-cultural da Arqueologia, segundo a apresentação de Bruce Trigger (2004). É, pois, a partir dessa rica relação com a Antropologia que Wachtel, historiador nomeado à Cátedra de História e Antropologia das sociedades meso e sul-americanas do *Collège de France* em 1992 e grande expoente em seus “estudos marranos”, elabora os capítulos de seu livro.² Sendo dividida em duas grandes partes, separadas em um total de cinco seções, ademais de introdução e conclusão, a obra congrega suas considerações sobre algumas das concepções paradisíacas colocadas sobre a América. Desse modo, em sua *Avant-propos*, o pesquisador, tratando das principais questões historiográficas da atualidade, situa este livro como parte de suas análises marranas, apoiando-se em uma bibliografia embasada nas discussões sobre os pensamentos ocidentais e sobre a aculturação, bem como em documentos de trabalhos teóricos e de campo, históricos e

¹ Discente do segundo ano de graduação em História – licenciatura e bacharelado da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do PET História da UFPR desde 2021. E-mail para contato: heloisamotelewski@gmail.com. Endereço para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7022532050657480>.

² Tais informações sobre Nathan Wachtel foram abstraídas da entrevista concedida pelo autor à revista *Sociologia & Antropologia* (2014).

antropológicos. Portanto, conclui que sua denominação de “Paraíso”, como resposta a eventos traumáticos, surge mais enquanto vocábulo contraditório, ao passo que recupera, pelas comparações paradisíacas, os terrores infernais vivenciados pelo continente americano.

Diante dessas primeiras considerações, o autor dá início à primeira parte de seu texto, denominada “*Fables D’Occident*”, nela assinalando os impactos do encontro do novo continente sobre o mundo ocidental. Assim sendo, ao inaugurar o primeiro capítulo de sua produção, intitulado “*Le paradis en Amérique*”, remete à extensa bibliografia dedicada à localização dos paraísos terrestres, um debate renovado com as descobertas de Cristóvão Colombo. Inserindo nesse cenário a obra de Antonio de León Pinelo, erudito e cristão-novo, o percebe alinhado cronologicamente à narrativa barroca, atribuindo a suas observações sobre o continente americano os preceitos e reafirmações de sua fé cristã e mariana. Nelas, coloca, em termos geográficos, e não metafóricos, o paraíso terrestre nas porções de terra centrais americanas, pensando, ainda, sobre questões como as origens do mundo, a presença e a chegada das populações das Américas, a remota existência de gigantes, a presença da Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal e dos rios paradisíacos no recém conhecido continente. Por esse modo, teria ele principiado um pensamento racional e, tal qual outros cristãos-novos, o advento da Modernidade Ocidental. Para além do literato espanhol, Wachtel atenta-se para o jesuíta português Simão de Vasconcelos, sobretudo por sua colocação metafórica do Paraíso em solo brasileiro. Dessa maneira, assevera a concretização do comum trato narrativo das

maravilhas americanas, igualmente que as constatações comparativas entre o Novo Mundo e as qualidades paradisíacas.

Seguindo, então, para o segundo capítulo de seu livro, nomeado “*La théorie de l’Indien juif/L’origine des population américaines*”, o historiador discorre sobre alguns dos discursos construídos acerca da origem dos povos indígenas americanos, especialmente aquelas centradas na teoria do “índio judío”. Por isso, classifica as tentativas de explicação sobre o povoamento das Américas como ancoradas nas tradições ocidentais, ressaltando a associação entre a peregrinação das Dez Tribos de Israel e os princípios dos assentamentos ameríndios, imbuído de intenso caráter messiânico pelo mito judaico-cristão de predição dos fins dos tempos. De modo a ilustrar esse pensamento, alude, em um primeiro momento, aos textos de Gregório García e de Diego Andrés Rocha, seus defensores, havendo o último inferido o destino divino dos espanhóis na evangelização e conversão dos povos israelitas refugiados na América. Ademais desses autores, descreve as concepções de Menasseh ben Israël, cuja predição dos fins dos tempos, igualmente fundamentada no encontro das Dez Tribos no novo continente, teria contribuído para a readmissão dos judeus na Inglaterra. Mesmo assim, tal narrativa, em consequência das novas noções objetivas de prova, contrárias às explicações de cunho religioso, fora progressivamente abandonada. À vista dessas novas práticas científicas, os povos indígenas acabaram por ser inferiorizados, o que leva o autor a argumentar que, ainda que errônea, a tese do “índio judío”

atribuiu uma dignidade aos grupos ameríndios que só seria retomada muito tardivamente pelas ciências sociais.

Dessarte, na terceira seção de sua obra, chamada por “*La Terre sans Mal*”, o professor parte ao início da segunda parte de seu livro, denominada “*Messianismes Indiens*”, centrando-se na ótica indígena sobre a chegada europeia nas Américas. Em tal âmbito, averigua a existência de similitudes entre os movimentos reacionários “messiânicos”, cujas combinações dos modos de pensar locais com certas propostas ocidentais serviram como modo de enfrentamento dos eventos traumáticos advindos da colonização. Dessa forma, considerando, nessa seção, a ideia Tupi-Guarani de uma Terra sem Mal, examina os deslocamentos indígenas e a troca de informações sobre a presença europeia por todo o território americano, notando, nesse meio, a presença de motivações religiosas migratórias. Nessa questão, atribui relevância para as figuras xamânicas, garantidoras do caráter messiânico da pronunciação da Terra sem Mal, e dos caraíbas que, vistos como mensageiros divinos, reavivavam as narrativas sobre o fim do mundo. Nesse ponto, é interessante recordar o texto de Viveiros de Castro (1992), demonstrando a importância caraíba ao retrato de sua associação aos missionários pelos tupinambás, conferindo ao homem branco uma ótima posição de enunciação e a possibilidade de os indígenas atingirem seus próprios objetivos. Nesse contexto do advento da Terra sem Mal, o historiador ressalta, ainda, os trabalhos de Jean de Léry e de Curt Nimuendajú. Em tal movimento, analisa a corrente atribuição de “santidade” às suas faces revoltosas, as quais foram fundamentadas,

sobretudo, na transformação do pensamento religioso em forma de resistência pela vingança, sendo igualmente incutidos de personificações divinas. Por fim, deduz a dualidade operacional, histórica e antropológica dessa teoria, refutando os exageros críticos destinados às obras de Alfred Métraux e de Nimuendajú e argumentando a favor da adoção de um método histórico regressivo para os estudos que aliam a ciência histórica à antropológica.

Avançando, então, para a quarta parte de seu livro, também alcunhada de “*Le retour de l’Inca/Le messianisme andin*”, Wachtel caracteriza os movimentos messiânicos ocorridos no mundo andino. Contextualiza, então, o primeiro deles, chamado *Taqui Onqoy*, em meio às dificuldades enfrentadas a partir do colonialismo, assumindo a defesa do restabelecimento huaca. Entretanto, tal reavivamento religioso não pode ser contemplado enquanto isolado das atitudes revoltosas, tendo em vista a forte e intrínseca relação existente entre a religião e a política. Referindo-se, sequencialmente, à memória dos incas, disserta sobre o *Inkarri*, narrativa enfocada nos conflitos do governante incaico contra os espanhóis, ou, em versões pré-hispânicas, contra os próprios inimigos andinos. Desse modo, partindo de certo atributo de messianismo, tais representações dos Incas passam a ser expressas no teatro popular, nas manifestações públicas, artísticas e literárias, marcando, assim, uma memória coletiva externalizada em uma variedade de reinvenções e de linguagens. Por consequência, constata as influências desses movimentos nas revoltas do século XVIII, dentre elas a de Juan Santos Atahualpa, a dos

Kataris e a de Tupac Amaru, lideradas por indivíduos cujo carisma lhes atribuíram aura messiânica. Enfim, ao epílogo do capítulo, pontua a permanência da simbologia heroica dos líderes rebeldes nos contextos peruanos e bolivianos, países onde os mitos de retorno do Inca seguem presentes, conservados e reavivados na memória coletiva pela sacralidade do governante incaico.

Passando, então, ao quinto e último capítulo, o pesquisador detém sua atenção nos movimentos das Danças dos Espíritos, ocorridos em solo estadunidense, cujo caráter messiânico se instituiu em um processo de longa duração. Dessa maneira, contextualizando as problemáticas da colonização anglo-americana, como epidemias e a migração forçada, averigua o resultante surgimento de uma nova identidade indígena, formada sobre a união de diversas tribos. Assim, destacando o papel de profetas como Neolin, Wovoka e Wodziwob, demonstra o modo de difusão das profecias preconizadoras da restauração do mundo ao decorrer do século XIX, pautadas, nomeadamente, na Dança dos Espíritos. Nesse sentido, partindo das tribos Cherokees e Sioux, e de personagens como Sitting Bull, Short Bull e Kicking Bear, apura a vivência de embates entre propostas indígenas “progressistas” e “conservadoras”. Logo, retrata o massacre de Wounded Knee, decorrente da proibição de práticas pagãs entre os Sioux, estando dentre elas as Danças dos Espíritos. Esse evento traumático reside, ainda, na memória e na identidade coletiva indígena norte-americana, tendo as cerimônias das Danças dos Espíritos permanecido ainda muitos anos após o massacre. Em fechamento, menciona os protestos do *American*

Indian Movement no local das mortes de Wounded Knee, celebrando, ali, uma última vez, a Dança dos Espíritos.

Em conclusão de sua obra, Wachtel diferencia as preocupações dos europeus, relativas ao conhecimento, das ameríndias, associadas às problemáticas provenientes da colonização. Desse modo, percebe como os três movimentos messiânicos aqui retratados se formaram em contextos espaço-temporais distintos, embora concebendo, semelhantemente, a necessidade de restituição dos pensamentos tradicionais, aliando-se, de algum modo, a elementos europeus, e opondo-se ao domínio colonial. Logo, os grupos indígenas teriam se dissolvido, paulatinamente, em uma identidade “pan-indígena”, desvendando suas intenções de se manterem fiéis às práticas ancestrais e, por essa maneira, demonstrado, sob a realidade caótica infernal subsequente da colonização, a simbólica amarga vitória dos vencidos.

Diante dessa leitura do texto de Wachtel, acredito ser pertinente concluir com uma crítica a suas atribuições de racionalidade aos escritores europeus, seguindo, para isso, as assertivas expostas por Bragato (2014). Afinal, como mostra a autora, a associação entre dignidade e racionalidade na modernidade europeia restringiu a qualidade de “humano” a certos indivíduos, hierarquizando as sociedades e levando à opressão dos considerados os “outros irracionais” – o que deve ser, evidentemente, considerado ao decorrer dessa obra, por tratar ela do momento de advento da Modernidade ocidental. Entretanto, penso que aqui um outro aspecto também merece ser ressaltado. É perceptível como as narrativas europeias

construídas sobre o paraíso americano e as narrativas messiânicas ameríndias contém elementos essenciais para a perpetuação da memória, estes segundo as declarações de Peter Burke (2000). Isso pois, ao referenciarem histórias bíblicas e mitificarem o passado sob figuras heroicas, estariam elas usando de “esquemas” e “temas”, sendo, por conseguinte, enraizadas na memória coletiva e, logo, comunicadas de distintas maneiras, como aqui visto pelo teatro, pela literatura e pelas cerimônias. Desse modo, o presente texto apresenta grande importância para a compreensão, através de uma etno-história, da formação da memória americana, destacadamente a indígena, sobre os processos coloniais, reverberando, pois, o que Cunha (1998) denota como a afirmação indígena de responsabilidade sobre a própria história.

Referências

- BRAGATO, Fernanda Frizzo. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. *Revista Novos Estudos Jurídicos*, v. 19, n. 1, p. 201-230, jan./abr. 2014.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67-90.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 35, p. 21-74, 1992.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 9-24.

TRIGGER, Bruce G. Arqueologia Histórico-Cultural. In: TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. Tradução de: Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora, 2004. p. 144-200.

WACHTEL, Nathan. Nathan Wachtel: História e Antropologia de uma América “Subterrânea”. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 259-276, jun. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sant/v4n1/2238-3875-sant-04-01-0259.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

Recebido em: 03/03/2021

Aceito em: 16/03/2021

NORMAS EDITORIAIS

1. A Revista Cadernos de Clio aceita artigos, resenhas bibliográficas, filmicas e musicais em português, inglês ou espanhol, ensaios fotográficos, ilustrações e relatos de docência.
2. Os artigos terão tema livre, desde que dentro do campo historiográfico ou que dialogue com o mesmo.
3. Os artigos deverão conter de 10 a 15 páginas (formato A4), sendo este o número máximo com resumo, bibliografia e título, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5 cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
4. As resenhas bibliográficas deverão ser de livros publicados no Brasil nos últimos 03 anos, de livros publicados no exterior nos últimos 05 anos ou de teses de pesquisa doutoral produzidas nos últimos 03 anos. Deverão ter no máximo 05 páginas (formato A4), utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5 cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
5. As resenhas filmicas devem ser de arquivos audiovisuais de clara relevância para a divulgação do conhecimento histórico, realizados no Brasil nos últimos 10 anos ou realizados no exterior nos últimos 15 anos. Deverão ter no máximo 05 páginas, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
6. As resenhas musicais devem ser de músicas ou álbuns a partir dos quais o autor consiga estabelecer uma reflexão histórica, realizados no Brasil ou no exterior, sem restrição de data. Deverão ter no máximo 05 páginas,

utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.

7. Os ensaios fotográficos devem conter no máximo 06 páginas, sendo que uma destas deve ser obrigatoriamente utilizada para o título e o resumo do projeto demonstrando sua relevância para a História. Fica a critério do autor se deseja mandar 05 imagens, na disposição de uma por página, ou 10 imagens, na disposição de duas por página. Os arquivos devem estar em formato .doc.

8. As ilustrações devem se restringir a 01 página, contendo o título abaixo da mesma, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado.

9. Os relatos de experiência docente em História ou de estágio na área têm como limite (incluindo elementos pré e pós-textuais) de 8 a 15 páginas e seguem as mesmas normas de formatação dos artigos.

10. Serão aceitos artigos e resenhas de graduandos/as ou graduados/as dos cursos de História ou de áreas afins desde que os trabalhos dialoguem com temáticas relacionadas à historiografia. É possível que os textos sejam escritos em co-autoria com um/uma professor/a orientador/a. Não serão aceitos artigos e/ou resenhas anônimas.

11. A decisão sobre a publicação de artigos e resenhas cabe aos Editores a partir da avaliação do Conselho Editorial da Cadernos de Clio. Cada artigo será avaliado por dois pareceristas e poderá receber três pareceres, que podem ser: (a) indicar a publicação; (b) indicar a publicação desde que sejam feitas revisões; ou (c) negar a publicação. A publicação dos artigos e resenhas aprovados pelos pareceristas estará, contudo, condicionada ao orçamento da revista e/ou às configurações do suporte on line. Portanto,

artigos e resenhas que forem aprovados e não imediatamente publicados, ficarão arquivados para possíveis publicações em edições futuras.

12. Os Editores reservam-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma a adequar as colaborações ao padrão editorial e gráfico da revista.

13. Os autores serão notificados da recepção das colaborações e desenvolvimento do processo de avaliação.

14. As afirmações e conceitos emitidos em artigos são de absoluta responsabilidade de seus autores. A apresentação das colaborações ao corpo editorial implica a cessão da prioridade da publicação a Cadernos de Clio, bem como a cessão dos direitos autorais dos textos publicados, que só poderão ser reproduzidos sob autorização expressa dos Editores. Os colaboradores manterão o direito de utilizar o material publicado em futuras coletâneas de sua obra, sem o pagamento de direitos à revista. A permissão para reedição ou tradução por terceiros do material publicado não será feita sem o consentimento do autor.

Normas técnicas para apresentação dos materiais:

1. O envio de artigos e resenhas deverá ser feito exclusivamente pelo sistema SER/UFPR (<https://revistas.ufpr.br/clio>). Deverá ser informado na plataforma o e-mail, a situação acadêmica do(a) aluno(a) (período e vinculação), link do lattes (se possuir) e nome do(a) professor(a) orientador(a) (se possuir).

2. Os artigos em português deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em português, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em língua estrangeira (inglês ou espanhol); (b) do título traduzido para a língua estrangeira escolhida; (c) de uma relação

de até 6 palavras-chave em português e sua respectiva versão na língua estrangeira escolhida.

3. Os artigos em inglês deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em inglês, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em português ou espanhol; (b) do título traduzido para a segunda língua escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em inglês e sua respectiva versão na língua escolhida.

4. Os artigos em espanhol deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em espanhol, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em português ou inglês; (b) do título traduzido para a segunda língua escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em espanhol e sua respectiva versão na língua escolhida.

5. Para resenhas de filmes, devem constar as seguintes informações ao início do texto: Título do filme em português (Título original). País de origem, ano de lançamento, Duração (em min.). "Dirigido por" Nome do Diretor.

6. Para resenhas de músicas, devem constar as seguintes informações ao início do texto: SOBRENOME, Nome(s) do(s) Compositor(es). Título da música (ou faixa de gravação). Seguidos da expressão In:, e da referência do documento sonoro no todo (SOBRENOME, Nome do Intérprete. Título do álbum. Local: Gravadora, ano.) No final da referência, deve-se informar o tipo de suporte do documento (CD, Web etc).

7. Para publicações de imagens, encaminhar ainda termo de liberação para publicação do detentor dos direitos autorais ou comprovação de que esteja em domínio público.

8. No caso de ensaios fotográficos, é necessário apresentação do título da obra e texto que a apresente, contendo a conceituação e metodologia da execução das imagens, não superior a uma página.
9. Os relatos de experiência docente em História ou de estágio na área deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em português, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em língua estrangeira (inglês ou espanhol); (b) do título traduzido para a língua estrangeira escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em português e sua respectiva versão na língua estrangeira escolhida.
10. As referências bibliográficas deverão seguir o modelo da ABNT.
11. As referências a autores no decorrer do artigo deverão obedecer ao padrão (Autor, data) ou (Autor, data: página). Ex.: (Hobsbawm, 2003) ou (Hobsbawm, 2003: 30). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra após a data. Ex.: (Le Goff, 2006a), (Le Goff, 2006b).
12. As notas de rodapé deverão ter caráter unicamente explicativo, não de referências bibliográficas, obedecendo à ordem dos algarismos arábicos em ordem crescente.
13. Os arquivos não poderão ter qualquer informação que identifique a autoria, sob pena de eliminação do processo seletivo da revista.

INFORMAÇÕES

cadernosdeclio@gmail.com (Comissão Editorial)

<http://pethistoriaufpr.wordpress.com>

<https://www.instagram.com/pethistoria.ufpr/>